Relatório

Ação Educativa

Ano 2015

2015

Versão Preliminar

ação educativa

Sumário

SUMÁRIO **2**

SIGLÁRIO **3**

APRESENTAÇÃO **5**

UNIDADES PROGRAMÁTICAS **8**

Gestão e Desenvolvimento Institucional **42**

CORPO DIRETIVO E PESSOAL **53**

APOIOS **60**

ANEXOS **61**

II - Listagem de atividades **63**

III – Pesquisas **73**

IV – Publicações **77**

Jornais e revistas **81**

V – Promoção de eventos **81**

VI-Participação em eventos **86**

VII - Participação em redes, fóruns, articulações intersetoriais e conselhos de representantes **92**

VII - Inserções na mídia **95**

Siglário

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ABONG – Associação Brasileira de ONGs
ADI ou ADIn – Ação Direta de Inconstitucionalidade
ALESP – Assembleia Legislativa de São Paulo
ANPAE - Associação Nacional de Política e Administração da Educação
APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCJ – Centro Cultural da Juventude
CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CEU – Centro Educacional Unificado
CLADE – Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación
CLADEM – Comitê da América Latina e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher
CNAEJA – Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONFINTEA - Conferência Internacional de Educação de Adultos
CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude
DhESCA – Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma Brasil)
DRE – Diretoria Regional de Ensino
EACH – Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP
ECOS – Comunicação em Sexualidade
EE – Escola Estadual
EF – Ensino Fundamental
EI – Educação Infantil
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental
FAEB – Federação de Arte Educadores do Brasil
GT – Grupo de Trabalho
GTIEI – Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Educação Infantil
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional
INDIQUE – Projeto Indicadores da Qualidade na Educação
INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira
JADE ou JADEs – Jovens Agentes pelo Direito à Educação
JusDH – Articulação Justiça, Direitos Humanos e Participação Social
LAI – Lei de Acesso a Informação
LDB – Lei de Diretrizes e Base
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MEC – Ministério da Educação
MEEL – Movimento Estratégico pelo Estado Laico
NEPSO – Nossa Escola Pesquisa sua Opinião (projeto)
OLE – Observatório da Laicidade na Educação
ONU – Organização das Nações Unidas
PAD – Processo de Articulação e Diálogo
PJMC – Programa Jovens Monitores Culturais
PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo
PNE – Plano Nacional de Educação

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático
PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PT – Partido dos Trabalhadores
RAES – Rede de Arte-Educadores Sociais
REA – Recursos Educacionais Abertos
RENADE – Rede Nacional de Defesa do Adolescente em Conflito com a Lei
SAP – Secretaria de Administração Penitenciária
SDH – Secretaria de Direitos Humanos
SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEE – Secretaria Estadual de Educação
SENAD – Secretaria Nacional Antidrogas
SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SESC – Serviço Social do Comércio
SESI – Serviço Social da Indústria
SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SMDHC – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SNJ – Secretaria Nacional de Juventude
STF – Supremo Tribunal Federal
TI – Tecnologia da Informação
TJSP – Tribunal de Justiça de São Paulo
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNCME – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP – Universidade de São Paulo

Apresentação

O ano de 2015 foi um ano turbulento e difícil para o Brasil e para os movimentos sociais e organizações da sociedade civil brasileira que lutam por direitos, justiça social e democracia. Depois de uma disputa eleitoral acirrada, o segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff se iniciou com uma série de medidas que frustraram setores progressistas que apoiaram sua reeleição para impedir retrocessos nas agendas sociais. A escolha da ruralista Katia Abreu para o Ministério da Agricultura e de Gilberto Kassab para o das Cidades repercutiram como afrontas aos movimentos do campo e das cidades, assim como as propostas de ajuste fiscal do ministro da Fazenda Joaquim Levy, de natureza neoliberal, que envolviam cortes em gastos públicos e ataques a direitos trabalhistas. Muitos setores do próprio Partido dos Trabalhadores se colocaram contra as escolhas da Presidenta visando a governabilidade, depois de uma vitória por uma diferença de votos tão pequena. As medidas, entretanto, não conseguiram minimizar os efeitos da recessão econômica que já se avizinhava: a população começou a sentir na pele os efeitos desagregadores do desemprego.

A oposição, animada com a expressiva quantidade de votos que recebeu, assumiu a nova legislatura no Congresso Nacional disposta a continuar a batalha contra o governo do PT, responsabilizando-o pela crise. Também na base aliada, as fissuras se alargaram: partidos como o PMDB e PP, cuja proximidade com o governo era menos programática que oportunista, afastaram-se cada vez mais do Planalto. O isolamento do PT ficou flagrante quando Eduardo Cunha derrotou o candidato do governo e conseguiu se eleger Presidente da Câmara dos Deputados. Ocupando essa cadeira, Eduardo Cunha pode operar manobras de toda sorte, para fortalecer as agendas retrógradas defendidas por seus aliados, como a redução da maioridade penal, a limitação do uso de anticoncepcionais e legalização do financiamento empresarial de campanhas. As organizações da sociedade civil identificadas com os direitos das crianças e adolescentes, com os direitos das mulheres e com a reforma política se mobilizaram e entraram na disputa, conseguiram barrar alguns desses retrocessos, outros não.

Paralelamente, a Operação Lava Jato, conduzida pela Polícia Federal, revelou um grande esquema de corrupção envolvendo a Petrobrás, grandes empreiteiras e políticos de vários partidos. Foram presos doleiros, políticos ligados ao governo e à sua base aliada, além de altos executivos do setor privado. Numa bola de neve, as delações dos investigados trouxeram a público esquemas de corrupção que não se limitavam à Petrobrás, mas que abrangiam empresas de diversos setores de infraestrutura e da administração pública e que constituíam a base do sistema de financiamento das campanhas eleitorais no país, além de permitir o enriquecimento ilícito de políticos e grandes empresas às custas do erário público.

Recessão, crise econômica e indignação com a corrupção criaram o clima propício para detonar uma onda de protestos nas redes socais e nas ruas. Em março, em torno de 1,5 milhão de pessoas participaram de manifestações em todo o país contra a corrupção e contra o governo, apesar da presidenta não estar pessoalmente envolvida nos escândalos. O clima de disputa eleitoral voltou às ruas, com participação ativa dos grandes meios de comunicação, que amplificaram os protestos antigoverno e passaram a promover uma cobertura

seletiva, focalizando apenas o envolvimento do PT nos escândalos de corrupção. Diferentes das manifestações de 2013, que levaram às ruas pessoas de diferentes orientações políticas, as de 2015 foram claramente partidarizadas. Ainda que rechaçassem a presença de líderes políticos de partidos de oposição, os movimentos anticorrupção se assumiram claramente como antigoverno e anti-PT, atribuído injustamente, somente a esse partido as práticas ilícitas de financiamento de campanhas. Com essa abordagem, essas manifestações passaram a abrigar protestos também contra políticas redistributivas implementadas pelo PT como o Bolsa-Família e até clamores por uma intervenção militar no país.

Recolhidos durante o período de redemocratização, quando a hegemonia foi dos movimentos que lutaram por direitos e justiça social, os movimentos de direita, inclusive alguns com viés fascistas, ganharam a cena pública. Os movimentos sindicais e populares, por sua vez, procuraram fazer o contraponto saindo também às ruas em defesa de direitos ameaçados e contra as políticas recessivas. Somaram-se, a essas manifestações, outras de movimentos que já vinham resistindo aos retrocessos orquestrados pelo Congresso ou pelo próprio governo: contra a redução da maioridade penal, contra retrocessos nas políticas de saúde mental, pelos direitos das mulheres, em defesa da Petrobrás.

A popularidade de Dilma Rousseff despencou. Sem apoio popular, sem base de sustentação no Congresso e com severas restrições orçamentárias, o governo federal não conseguiu sair do imobilismo. A reforma ministerial e sucessivas trocas de ministros fizeram com que importantes programas sociais fossem seriamente abalados. O golpe final veio quando em dezembro Eduardo Cunha, em represália ao envolvimento cada vez maior do seu nome nos escândalos de corrupção investigados pela Polícia Federal, aceitou um pedido de impeach-ment da Presidenta apresentado por três juristas, que a acusavam de ter realizado manobras fiscais para aliviar a situação das contas governamentais. O vice-presidente Michel Temer, do mesmo partido de Cunha, aproveitou a situação para romper abertamente com o governo. A crise política se instalou definitivamente. O poder legislativo, com apoio de setores empresa-riais e forte engajamento dos grandes meios de comunicação deu início a um processo para afastar do seu cargo uma presidente que, apesar dos erros e das dificuldades para governar, tinha sido democraticamente eleita e não estava pessoalmente envolvida nas denúncias de corrupção.

A Ação Educativa, assim como outras organizações de defesa de direitos, foi afetada por esse contexto adverso no plano econômico e político. Os cortes nos orçamentos públicos das três esferas de governo levaram à diminuição ou suspensão de projetos e programas em que a instituição estava envolvida. Também as empresas privadas, precisando reduzir custos para enfrentar a recessão econômica, encolheram seus investimentos na área social, limitando a capacidade da Ação Educativa de captar novos recursos junto a esse segmento. Tal situação exigiu da entidade um exercício de focalização nas questões mais urgentes a serem enfrentadas, assim como de identificação de novas oportunidades. Graças à dedicação militante de suas equipes e parceiros, a Ação Educativa conseguiu estar presente em importantes movimentos de resistência aos retrocessos, podendo captar, nessas vivências, o potencial de novos atores e novas estratégias de ação que podem produzir uma nova onda de avanços democráticos no Brasil.

Um dos mais expressivos exemplos desse movimento de resistência foi o empenho da Ação Educativa em alimentar as discussões sobre gênero e educação, uma vez que grupos religiosos ligados às igrejas católica e evangélicas trabalharam para excluir essa temática dos planos de educação que estavam sendo votados nas assembleias legislativas e câmaras de vereadores de todo o pais em 2015. A entidade somou-se assim aos movimentos feministas e pelos direitos LGBT que consideram ser fundamental discutir essas questões na escola para combater a discriminação e a violência contra lésbicas, gays e transexuais, além do viés sexista da educação tradicional, que limita as possibilidades de desenvolvimento intelectual e emocional tanto das meninas quanto dos meninos. O trabalho cotidiano de formação de jovens confirmou a relevância dessa aposta, pois as questões identitárias relacionadas a gênero e raça estão cada vez mais presentes entre as inquietações e expectativas de transformação social expressas pelos jovens.

Outro importante movimento em que a Ação Educativa esteve envolvida e que lançou um facho de esperança no cenário da crise foi o movimento dos estudantes secundaristas, que ocuparam as escolas para resistir a uma medida administrativa que pretendia reorganizar o sistema escolar do estado de São Paulo, fechando escolas e transferindo alunos, sem qualquer consulta aos professores, alunos e famílias. O movimento conquistou a simpatia da sociedade, muitos professores, moradores das vizinhanças, artistas e pessoas comuns prestaram sua solidariedade. A Ação Educativa também esteve presente no apoio às ocupações, aprendendo com os estudantes o potencial da auto-organização popular e podendo vivenciar na prática a aposta institucional na participação como fator principal de promoção da qualidade educativa.

Da mesma forma, o permanente adensamento dos movimentos culturais nas periferias, que a Ação Educativa integra, também sinaliza a emergência de novos atores e novas estratégias de afirmar direitos e fazer frente à violência e à intolerância. Certamente, com suas artes e irreverências ocupando o espaço público, com futebol jogado na rua com regras colaborativas, os movimentos juvenis e culturais das periferias terão seu papel na desconstrução das estruturas de poder que levaram o sistema político a esse total descrédito. Acreditamos também que avanços conquistados no âmbito institucional das políticas públicas podem sofrer revezes, mas não poderão ser totalmente desconstruídos, a sociedade já se apoderou deles. Certamente, o caminho não será curto nem linear, exigirá trabalho, disciplina, conhecimento e convencimento. Mas essa é a nossa aposta: juventude, educação e cultura para a democracia, a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

Por sorte, além de realizar seu plano de ação para 2015, as equipes de Ação Educativa estiveram envolvidas durante todo o ano na elaboração coletiva do seu próximo plano plurianual para o período 2016-2019. Graças a isso, acabamos abrindo muitos espaços para analisar a conjuntura com uma perspectiva de mais longo prazo. Olhar para o futuro, rever estratégias de intervenção e modelos organizativos acabaram servindo para nós como antídotos contra o desânimo em que a crise e as derrotas poderiam nos lançar.

São Paulo, abril de 2016.

Unidades Programáticas

1. Diversidade, Raça e Participação

Atividades e produtos

- Impressão e distribuição nacional pelo MEC e Unicef de 42 mil kits da *Coleção De Olho nos Planos* para os municípios do país.
- Mesa de Debate sobre Monitoramento Participativo dos Planos de Educação com participação de 1.687 secretários/as de educação durante o Fórum Nacional da UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) realizado na Bahia.
- Realização de formação nas metodologias dos materiais que compõem a *Iniciativa De Olho nos Planos* e em discussões sobre a gestão democrática na educação com participação de 102 profissionais da educação, ativistas de movimentos sociais e de organizações da sociedade civil.
- Realização de oficina em parceria com o UNICEF e a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) com participação de 60 municípios pertencentes aos estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso. O objetivo foi subsidiar e apoiar a atuação das equipes municipais e de movimentos sociais para o desenvolvimento de processos participativos na construção e revisão de Planos de Educação.
- 619 coletivos (fóruns, conselhos, comissões etc.) inscritos no *Reconhecimento Público De Olho nos Planos*, proposta que visa estimular e valorizar experiências participativas na elaboração ou revisão de Planos de Educação e mobilizar a construção de estratégias para o monitoramento participativo desses planos.
- Mesa de debate sobre Participação e Planos de Educação envolveu 480 conselheiros de educação durante Encontro Nacional da UNCME (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação).
- Participação de 660 profissionais da educação, ativistas de movimentos e de organizações de sociedade civil, fóruns e conselhos de educação na *Rede De Olho nos Planos*, plataforma *online* que atrela recursos de portais de educação à distância com a agilidade das redes sociais, para apoiar e estimular o desenvolvimento de processos participativos para a construção, revisão e monitoramento de Planos de Educação no país. A Rede é parte da Iniciativa De Olho nos Planos.
- Participaram da 1ª edição do Curso à distância "A Prática em curso: a participação nos Planos de Educação" 188 integrantes de fóruns municipais e estaduais de educação, conselhos de educação e de escola, secretarias municipais e estaduais de educação, educadoras (es), familiares, estudantes, lideranças comunitárias e ativistas da sociedade civil. O Curso é parte da Iniciativa De Olho nos Planos.
- Participaram da 2ª edição do Curso à distância "A Prática em curso: a participação nos Planos de Educação" 84 integrantes de fóruns municipais e estaduais de educação, conselhos de educação e de escola, secretarias municipais e estaduais de educação, educadoras (es), familiares, estudantes, lideranças comunitárias e ativistas da sociedade civil. O curso é parte do *Reconhecimento Público De Olho nos Planos*.

- Foi dada continuidade à participação no Fórum Municipal de Educação de São Paulo com incidência no processo de monitoramento das metas do Plano Municipal de Educação de São Paulo.
- Participação no Fórum Estadual de Educação de São Paulo que pressionou o governo e possibilitou que o Plano Estadual de Educação fosse discutido em um ciclo de audiências públicas regionalizadas.
- Participação em eventos públicos e realização de formação sobre os *Indicadores da Qualidade na Educação* - Ensino Fundamental, Educação Infantil e Relações Raciais na Escola- para 500 profissionais da educação da rede de ensino de Santos/SP, da Universidade Federal de Tocantins e durante o encontro da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE).
- Adesão de 55 escolas ao processo de uso e discussão dos *Indicadores da Qualidade na Educação* (Ensino Fundamental, Educação Infantil, Relações Raciais e Ensino Médio) em Santos/SP, Zona Leste de São Paulo, Diretoria Regional de Ensino do Butantã/SP e na consulta sobre qualidade do ensino médio.
- Oficina sobre a Proposta Metodológica de uso dos *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* para a Política de Avaliação na/da Educação Infantil envolveu 30 profissionais da educação na cidade de Santos/SP.
- Realização de formação na metodologia dos *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* com participação de 70 profissionais da educação de Santos/SP. A atividade é parte da experiência de uso assistido dos Indicadores EI destinada a construir subsídios à formulação da política de avaliação na educação infantil.
- Evento público de apresentação dos resultados do processo de uso dos *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* no município de Santos/SP com participação de 100 educadoras. O processo de utilização dos Indicadores no município visou contribuir com o debate nacional sobre política de avaliação na/da educação infantil.
- Finalização de proposição de metodologia de uso dos *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil,* por Secretarias Municipais de Educação, para apoiar o debate nacional sobre avaliação da execução da política pública para a Educação Infantil previsto no Plano Nacional de Educação.
- Seminário Avaliação Institucional e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica com participação de 36 pessoas.
- Continuidade do coletivo *Tranças das Diversidades na Educação*, com participação de 28 militantes de diferentes segmentos do campo das diversidades: negro, indígena, ABGLT, do campo, quilombola, de educação inclusiva, de educação ambiental, da educação de jovens e adultos, comunidade surda e da educação em sexualidade. O coletivo tem como objetivo fortalecer alianças políticas entre movimentos sociais, redes e organizações da sociedade civil e universidades em prol do direito à educação em gênero, sexualidade e relações raciais na educação pública, em um contexto caracterizado pelo crescimento da força política de grupos fundamentalistas nas políticas públicas educacionais.
- Continuidade de participação no Comitê de assessoramento da Coordenadoria da Infância e da Adolescência do Tribunal de Justiça de São Paulo que tem como objetivo assessorar o TJSP no monitoramento do cumprimento do julgamento da expansão de vagas de creches no município em decorrência de uma decisão judicial favorável à criação de 150 mil vagas de creches na cidade de São Paulo.

- Finalizado o Guia "O Ministério Público e a igualdade étnico-racial na educação – Contribuições para a implementação da LDB alterada pela Lei 10.639/2003" em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público, Defesa dos Direito.
- Lançamento da Coleção "Educação e Relações Raciais: Apostando na Participação da Comunidade Escolar" no estado de Santa Catarina. O lançamento reuniu 157 pessoas, entre educadores, gestores e ativistas.
- Distribuição de 150 mídias da Coleção "Educação e Relações Raciais: Apostando na Participação da Comunidade Escolar" no evento "Agenda Política para a Promoção da Igualdade Racial", realizado na Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo.
- Curso *Indicadores da Qualidade na Educação - Relações Raciais* com participação de 50 educadores/as que ocorreu na Diretoria Regional do Butantã/SP.
- Formação para o uso da Coleção "Educação e Relações Raciais apostando na participação da comunidade escolar" com participação de 70 profissionais de duas escolas da Zona Leste de São Paulo.
- Foi dada continuidade à participação no Fórum Estadual de Educação e Diversidade Étnico-Racial, com destaque para eleição da nova gestão do Fórum, agora coordenado por representante da APEOESP e do planejamento para 2016 - serão realizados seminários regionais no estado de São Paulo sobre a temática.
- Realização da Oficina de Trabalho – Mulheres Negras e Educação envolvendo 23 organizações ou coletivos de diferentes regiões do país para discutir a realidade educacional de meninas e mulheres negras, suas especificidades, demandas e prioridades e uma agenda estratégica de atuação e incidência nas políticas educacionais visando a superação das desigualdades e garantia de oportunidades para este segmento populacional.
- Realização da Oficina de Trabalho – Mulheres Lésbicas e a Diversidade Sexual na Educação com participação de 21 organizações de diferentes regiões do país para discutir e problematizar situações de invisibilidade, violência e marginalização das expressões de gênero e sexualidade nas escolas e a necessidade de novas práticas educacionais cotidianas.
- Realização do Curso Educação, Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade com participação de 75 profissionais da rede municipal de educação, educadores/as, gestores escolares e educacionais, estudantes, lideranças populares, jornalistas e ativistas de movimento sociais e de organizações não governamentais participaram. O curso teve como objetivo apresentar os principais debates, conceitos, materiais e metodologias que envolvem as temáticas de educação e gênero, articulando as questões de raça/etnia e diversidade sexual.
- Produção do texto Gênero e Políticas Educacionais na pesquisa acadêmica – elementos para repensar as políticas públicas. Apresenta um balanço crítico sobre a agenda de gênero nas políticas educacionais brasileiras, tendo por base o que a produção acadêmica desenvolveu sobre esse tema nos anos 2000 até 2015.
- Realização de mapeamento do lugar institucional de gênero e sexualidade na gestão educacional, por meio de instrumento de consulta enviado para as secretarias de educação sobre a temática de gênero e sexualidade nas políticas educacionais. O instrumento foi enviado via LAI - Lei de Acesso à Informação (lei 12.527, de novembro de 2011) para todas as secretarias estaduais e municipais de educação do país, além das ouvidorias dos seus respectivos estados e municípios.

- Criação do Portal Gênero e Educação. Possui um amplo material de apoio para educadores e interessados no tema.
- Fortalecimento da Reges – Rede de Educação, Gênero e Sexualidade em encontro com participação de 23 organizações de diferentes regiões no país. O principal desdobramento deste encontro foi a elaboração de uma carta enviada ao Conselho Nacional de Educação (CNE) onde as organizações participantes se colocam à disposição para contribuir com a construção das Diretrizes de Educação, Gênero e Diversidade Sexual e destaca os principais documentos e acúmulos para elaboração deste referencial.

Balanço dos resultados e perspectivas

Em 2015 as ações da Unidade Diversidade, Raça e Participação foram marcadas pela disseminação de materiais e formações nas metodologias participativas dos diferentes projetos que compõe a Unidade, decorrentes do trabalho da instituição com escolas, movimentos sociais, organizações de defesa de direitos, comunidades escolares e articulações políticas ao longo dos últimos anos.

As ações estão relacionadas aos objetivos do Trienal que tratam da participação e da qualidade na educação; da promoção de abordagens territorializadas e intersetoriais, ancoradas em Planos de Estado e da afirmação da problemática do racismo como desafio estrutural para a garantia do direito à educação de qualidade no país, articulado aos recortes de classe, gênero e sexualidade.

As atividades desenvolvidas beneficiaram as comunidades escolares - profissionais de educação, gestores, familiares, estudantes e os gestores educacionais - envolvidos no debate sobre as políticas de educação infantil, de ensino fundamental, de ensino médio, direitos educativos de adolescentes e jovens e os desafios da implementação da lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira e da educação das relações étnico-raciais nas instituições de educação básica (pública e privada) dos 5.570 municípios brasileiros.

A conjuntura nacional durante o período foi desfavorável para as entidades e as organizações do campo da defesa do direito humano à educação. Em meio a ações de ajuste fiscal promovidas pelo Governo Federal e, principalmente, pela falta de clareza em relação a sua agenda educacional, Secretarias importantes foram extintas e houve muita instabilidade e rotatividade nas equipes do Ministério da Educação (MEC), o que impactou algumas ações do projeto que dependiam da articulação com o MEC, como a impressão e distribuição nacional da Coleção Educação e Relações Raciais, o que trouxe dificuldades para a equipe e a necessidade de alguns ajustes no planejamento da Unidade. Apesar dos materiais da *Coleção Educação e Relações Raciais* estarem disponíveis para download na internet; diante da falta de material impresso foram reproduzidos e distribuídos cerca de 500 CDs contendo os arquivos dos materiais da Coleção em formações e eventos estratégicos.

A *Coleção Indicadores da Qualidade na Educação* foi utilizada como parte da Iniciativa De Olho nos Planos e nas demais ações previstas, destinadas a implementar outras metas do

Plano Nacional de Educação, em especial, metas referentes à avaliação da qualidade da educação infantil, à superação de desigualdades étnico-raciais, à melhoria da qualidade do ensino médio e à construção do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SINAEB.

Na experiência de uso assistido dos Indicadores de Educação Infantil no município de Santos, como subsídio para a construção da Política Nacional de Avaliação da Educação Infantil, prevista no novo PNE, foram desenvolvidos processos de autoavaliação institucional em 25 comunidades escolares, que atendem 3695 crianças.

As estratégias de apoio e formação à distância (Rede de Olho nos Planos, duas edições do Curso à distância "A Prática em curso: a participação nos Planos de Educação" e o Reconhecimento Público De Olho nos Planos) envolveram cerca de 1.550 profissionais da educação de diferentes municípios brasileiros integrantes de fóruns municipais e estaduais de educação, conselhos de educação e de escola, secretarias municipais e estaduais de educação, educadoras (es), familiares, estudantes, lideranças comunitárias e ativistas da sociedade civil nas discussões sobre participação social nos processos de construção, revisão e monitoramento dos Planos de Educação.

O projeto também gerou frutos relacionados a políticas públicas intersetoriais, por meio de atividades de articulação com o Conselho Nacional do Ministério Público, Defesa dos Direitos para a finalização do Guia "O Ministério Público e a igualdade étnico-racial na educação – Contribuições para a implementação da LDB alterada pela Lei 10.639/2003". O instrumento orienta o sistema de justiça a utilizar também os Indicadores da Qualidade na Educação-Relações Raciais na escola como instrumento de avaliação da implementação da lei 10.639/03 pelas Secretarias de Educação.

Como desdobramento às recomendações do Relatório Gênero e Educação foi dada continuidade ao projeto Gênero e Educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais que tem como principal objetivo incidir na construção das Diretrizes Nacionais de Educação, Gênero e Diversidade Sexual. No âmbito desse projeto foram realizadas atividades de pesquisa, planejamento e articulação que envolveram 164 participantes de diversas organizações, coletivos, movimentos sociais e universidades para a realização do Curso e das Oficinas de Trabalho sobre Gênero, Sexualidade e Raça e para o fortalecimento da Rede de Educação, Gênero e Sexualidade (REGES).

Durante o período houve muita pressão de grupos conservadores para que os Planos de Educação não abordassem as temáticas relacionadas à igualdade de gênero em suas metas e estratégias. Assim, o fortalecimento da agenda da igualdade de gênero nas políticas educacionais, em articulação com as questões de renda, raça/etnia e diversidade sexual, se faz necessário nesse contexto de resistência como forma de aprimorar a qualidade da educação, superar as desigualdades, combater a exclusão escolar e garantir o direito humano à educação de qualidade para todas e todos.

2. Jovens na Política e Políticas de Juventude

Atividades e produtos

- Em parceria com a Coordenação Municipal de Juventude/ Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Município de São Paulo, produção do *Guia Sampa Jovem*, que oferece informações acerca de serviços e políticas municipais, estaduais e federais dirigidas à juventude paulistana. As informações podem ser acessadas em material impresso e a partir do Portal da Juventude: https://portaldajuventude.prefeitura.sp.gov.br/. Foram cadastradas 200 políticas e mais de 1.500 equipamentos distribuídos pela cidade.
- Realização, em parceria com a profa. Dra. Eliane Ribeiro, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, de pesquisa exploratória de avaliação dos programas de permanência no ensino médio por meio de transferência de renda para jovens, implementados pelos governos estaduais de São Paulo e Rio de Janeiro.
- Em parceria com Centro de Estudios Sociales - Cidpa (Chile) e Centro Latinoamericano de Juventud - Celaju (Uruguai), prestação de consultoria a Asociación Civil Gurises Unidos (Uruguai) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID no âmbito do projeto Sistematización de modelos de prevención y levantamiento de buenas prácticas.
- Com apoio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD)/ Ministério da Justiça, formação de 10 jovens agentes pelo direito à segurança na região de Sapopemba e São Mateus, Zona Leste de São Paulo. Nas 184 horas de duração, a formação abordou questões relacionadas aos direitos humanos e às desigualdades em função de gênero e raça.
- Realização, em parceria com o IBASE, do Encontro Agendas da Juventude na Educação, com o objetivo de identificar agendas juvenis comuns no âmbito da educação básica. O encontro reuniu 33 jovens do Rio de Janeiro e de São Paulo.
- Realização da Conferência Livre de Juventude e Educação, para elaboração de propostas a serem inscritas na etapa digital da 3ª Conferência Nacional de Juventude. O encontro contou com a participação de 40 jovens da região de Sapopemba, além de dois jovens do Rio de Janeiro.
- Em parceria com o Instituto Pólis e a Oxfam Brasil, realização da oficina Desigualdades na Cidade – Juventude, Gênero e Raça. Na oficina, 10 coletivos juvenis com atuação em São Paulo debateram suas agendas, os avanços e os desafios de sua atuação, oferecendo subsídios para a construção de um programa voltado ao enfrentamento das desigualdades enfrentadas pelas juventudes urbanas.
- Em parceria com a Oxfam Brasil, o Instituto Pólis, o Ibase, a Fase e o Inesc, construção do Programa Desigualdades Urbanas – Juventudes, Gênero e Raça, a ser implementado no período 2016 – 2010.
- Em parceria com Oxfam Brasil, Instituto Pólis, Ibase, Fase e Inesc, publicação no Le Monde Diplomatique Brasil do encarte Juventudes e a Desigualdade no Urbano. A participação da Ação Educativa se deu por meio do artigo Cultura e Apropriação da Cidade por Meio de Iniciativas Juvenis. O encarte foi distribuído durante a Etapa Nacional da 3ª Conferência Nacional de Juventude.

Balanço dos resultados e perspectivas

No âmbito das políticas de juventude, a principal realização foi a parceria com a Coordenação de Juventude da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania na elaboração do *Guia Sampa Jovem*. Disponível no Portal da Juventude da cidade de São Paulo, o Sampa Jovem busca responder a uma importante necessidade de jovens: o acesso a informações sobre serviços e políticas de seu interesse, sejam eles municipais, estaduais ou federais. Ele se propõe a oferecer informações atualizadas e georreferenciadas, de fácil consulta. No entanto, dois problemas vêm limitando seu alcance: de um lado, nem sempre o georreferenciamento é preciso, e de outro, ele necessitaria de maior divulgação por parte da gestão municipal.

As duas outras ações nesse âmbito são de produção de conhecimento.

A pesquisa sobre políticas estaduais de ampliação da escolarização que utilizam estratégias de transferência de renda para jovens não foi concluída. No estado do Rio de Janeiro, a Secretaria de Educação levou mais de seis meses para autorizar a realização de entrevistas com estudantes. Com isso, o estudo será concluído em 2016. Mesmo assim, resultados preliminares foram apresentados e discutidos na Oficina "Estratégias para permanência e conclusão da educação básica dos jovens brasileiros", promovida pelo Subcomitê de Trabalho Decente para a Juventude.

A consultoria ao BID e organismos nacionais de políticas de juventude do Brasil, Paraguai e Uruguai, no âmbito do projeto *Sistematización de modelos de prevención y levantamiento de buenas prácticas* foi apenas iniciada. A expectativa é de que ela possa aportar um importante conhecimento acerca dos caminhos tomados por projetos e políticas para jovens nesses três países.

Para 2016, há poucas perspectivas de parcerias com órgãos gestores de políticas de juventude. No contexto de crise econômica, assistiu-se a um processo de enxugamento e instabilidade nas equipes governamentais. No âmbito federal, o processo de reforma ministerial significou, para a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), perda de status, equipe e orçamento. Tendência que deve se repetir nos estados e municípios.

No âmbito da mobilização e participação juvenil, num contexto de desmobilização de fóruns e redes de juventude, os destaques se deram na formação e apoio a jovens, independentemente de serem ou não membros de coletivos juvenis.

No processo de lutas contra a reorganização escolar proposta pela Secretaria Estadual de Educação, parcela significativa dos JADEs (Jovens Agentes pelo Direito à Educação), com o apoio da Ação Educativa, esteve na liderança da ocupação da escola Arthur Chagas, em Sapopemba. Além da pauta geral do movimento, os estudantes reuniram um conjunto de denúncias e reivindicações específicas, que foram em grande parte atendidas, especialmente com a exoneração da direção.

O Encontro Agendas da Juventude na Educação e a Conferência Livre Juventude e Educação proporcionaram aos jovens estudantes informações estratégicas e debates qualificados, que contribuíram: para o processo de luta na Escola Artur Chagas; para a elaboração de propostas que, uma vez inscritas na plataforma digital, alimentaram os debates na 3ª Conferência Nacional de Juventude; para a eleição de uma jovem estudante como delegada na Etapa Nacional da Conferência.

Para 2016, dois processos permitem alimentar expectativas positivas. Os Grupos de Diálogo sobre juventude e segurança, que serão conduzidos pelos jovens agentes pelo direito à

segurança, devem contribuir não só para a produção de conhecimento, mas também para a mobilização de jovens e outros atores da região de São Mateus e Sapopemba.

O Programa Desigualdades Urbanas – Juventudes, Gênero e Raça, elaborado em parceria com a Oxfam Brasil, o Instituto Pólis, o Ibase, a Fase e o Inesc, uma vez que consiga captar recursos, permitirá uma ação coordenada em quatro importantes cidades brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Brasília.

3. POEMA – Políticas, Estéticas, Mobilização e Articulação

Atividades e produtos

- Encerramento da formação da segunda turma do convênio relativo ao Programa Jovem Monitor Cultural, com turma de 128 jovens que passaram a atuar no CCJ e também em 37 bibliotecas municipais, no Museu da Cidade e no Arquivo Histórico Municipal.
- Início da formação da terceira turma do Progama Jovem Monitor Cultural com 136 jovens, ampliando o número de bibliotecas (de 37 para 45) e acrescentando o Centro Cultural São Paulo, o Centro de Memória do Circo e a Biblioteca Mario de Andrade.
- Participação na Copa América de Futebol de Rua realizada em Buenos Aires, onde a delegação de São Paulo sagrou-se campeã do Torneio.
- Articulação da Rede Paulista de Futebol de Rua, reunindo 10 polos na Grande São Paulo e Interior e realizando dois encontros, no âmbito do Edital Juventude Viva.
- Realização do II Encontro de Futebol e Cultura – Práticas de Futebol Colaborativo e Solidário, na cidade de Fortaleza, onde foi articulada a Rede Brasileira de Futebol e Cultura.

Balanço dos resultados e perspectivas

Nossa atuação junto à Rede de Pontos de Cultura, tanto na esfera estadual quanto na nacional e latino-americana, continuou sendo pouco ativa. Em 2015 surgiu uma rede na na Cidade de São Paulo com os 85 pontos que venceram o edital lançado pela Prefeitura. Porém, também não nos engajamos nessa rede. Acompanhamos à distância os esforços para a regulamentação da Lei Cultura Viva, aprovada ainda em 2014. Recebemos, no auditório da Ação Educativa, a secretária de cidadania cultural do Ministério da Cultura, Ivana Bentes, que proferiu palestra sobre as políticas públicas de sua secretaria, em especial os Pontos de Cultura. Participamos também da preparação da Conferência Latino-Americada de Pontos de Cultura realizada em novembro em El Salvador, evento do qual não participamos porque não foram fornecidas passagens, conforme prometido pela Secretaria de Cultura do Estado e pelo MINC. Enfim, apesar da baixa atuação, seguimos atentos a essa articulação dos Pontos de Cultura, que é a rede mais importante para nossa incidência política.

Participamos ativamente da tentativa de articulação de uma rede que agregasse arte-educadores sociais e professores de arte da rede pública no âmbito da FAEB – Fedeação de Arte-educadores do Brasil. Organizamos e atuamos em seminários no Estado de São Paulo,

mas logo nos primeiros debates percebemos que tal iniciativa teria pouca chance de prosperar e de fato isso ocorreu. Por volta do meio do ano o movimento perdeu força e não chegou articulado para o CONFAEB realizado em Fortaleza em novembro. Entretanto, aprendemos com esse esforço que o mais promissor será articular uma Rede de Arte Educadores Sociais independente, e seguiremos em 2016 focados nesse desafio, retomando as reuniões e seminários a fim de lograr a RAES – Rede de Arte-educadores sociais.

O Futebol de Rua, por sua vez, confirmou as perspectivas expostas no relatório de 2014. Por sinal, foi além das expectativas. Participamos e ganhamos a Copa América de Futebol de Rua na Argentina; articulamos a Rede Paulista de Futebol de Rua e realizamos três eventos: dois encontros e um festival; realizamos o II Encontro de Futebol e Cultura e articulamos a Rede Brasileira de Futebol e Cultura reunindo 24 experiências de 12 estados brasileiros. Surgido em 2013, portanto no primeiro ano do Plano Trienal que se encerrou em 2015, o Futebol de Rua encontra-se em fase de consolidação. Entretanto, sérios problemas de financiamento poderão comprometer algumas ações da Ação Educativa nessa linha de ação em 2016. Mas o fato de termos conseguido articular as redes em São Paulo e em nível nacional pode assegurar a continuidade do trabalho apesar das dificuldades financeiras.

Por fim, o Programa Jovem Monitor Cultural segue se ampliando, chegando, no final de 2015, a 136 jovens atuando em 60 equipamentos culturais. Essa política pública se consolidou na Prefeitura de São Paulo, sendo uma das ações que promoverão a atual gestão na busca pela continuidade nas eleições de 2016. Passado o primeiro ano de experiência apenas com os 30 jovens que atuavam no Centro Cultural da Juventude, veio a assinatura de convênio por 5 anos em 2014 com uma primeira turma de 128 jovens. Tamanha quantidade de jovens resultou num impacto considerável na Ação Educativa, evidenciando uma série de fragilidades do Programa tanto por parte da Prefeitura quanto nossa. Foi um período de tensões e insegurança que nos causou incerteza em relação à continuidade de nossa participação no Programa. Porém, veio a renovação em setembro com uma turma ainda maior, mas com um perfil mais adequado ao Progama e sentimos mais confiança. Nosso Plano Pedagógico e de Trabalho foi todo reformulado, realizamos estudos sobre o progama, enfim, acumulamos muita reflexão sobre a prática, somando esforços semelhantes realizados pelo Instituto Pólis – que a partir de 2015 passou a também atuar no Programa –, ampliando a reflexão crítica sobre nossa prática. Para o ano de 2016 a perspectiva é muito boa, pois muitas dificuldades foram sanadas, sobretudo institucionais na relação com a Prefeitura. Foi criado o Grupo de Gestão que reúne o Poder Público e as instituições conveniadas (Instituto Pólis e Ação Educativa), e em 2016 será lançado o Conselho Participativo que terá a presença dos jovens. Tais instâncias asseguram uma melhor gestão do Programa, tornando sua execução mais eficaz e participativa. Um avanço que teve na nossa atuação um elemento fundamental.

4. Educação em Diretos Humanos e Cidadania

Atividades e produtos

- Foi realizado o 2º Seminário Internacional de Educação Popular Hoje, nos dias 19, 20 e 21 de agosto de 2015 na Ação Educativa. Houve 145 participantes e 4 grupos de discussão temáticos (EJA, cursinho, arte e movimento social) durante o dia 19, que foi aberto ao público geral, com conferência de Miguel Arroyo e mesa redonda com Claudia Korol, Vidal Acevedo e Taciana Gouveia - que resultou em um vídeo do evento. Os outros dias foram dedicados ao debate interno sobre as pesquisas dos participantes, que serão publicadas.
- Foi dada continuidade ao Ação em Debate como espaço da instituição para formação e discussão de temas das conjunturas nacional e internacional. Os temas escolhidos sempre buscam contemplar o aprofundamento de assuntos que estão inseridos no cenário contemporâneo. No ano de 2015, foram realizados sete encontros do Ação em Debate (abril, maio, junho, agosto, setembro, outubro e novembro). Durante o primeiro semestre, ocorreram três encontros, sendo um deles sobre a redução da maioridade penal, e os outros dois a exibição dos documentários "Sem pena" e "Dignité - O direito humano à educação no Haiti". No segundo semestre, foram realizados cinco encontros: em agosto, houve uma conversa com o deputado Ivan Valente sobre conjuntura; em setembro, uma entrevista com a autora Lilia Schwarcz sobre seu livro Brasil uma Biografia; em outubro, tratou-se da Crise Global Contemporânea com Boaventura Santos e outros convidados, e, em novembro, por fim, houve um debate com o prefeito Fernando Haddad a respeito da gestão pública de São Paulo. No total, o público dos debates foi de 353 pessoas, sendo que o evento com o maior número de pessoas presentes foi a entrevista com o prefeito Fernando Haddad em novembro. Diversos debates aconteceram em parceria com outras instituições (Fundação Rosa Luxemburgo e Escola de Governo), sendo que o público médio aumentou com relação ao de 2014 e seu perfil é variado. Além disso, houve também, pela primeira vez, articulação entre o Ação em Debate e uma formação interna da casa: o primeiro debate do ano, sobe a redução da maioridade penal, contou com a presença dos alunos da formação *Poronga*. Assim, os debates parecem ter ganhado, ao longo deste ano, maior constância e consistência, consolidando-se como o encontro periódico de discussão da conjuntura atual proposto pela unidade.
- Foi finalizada a sistematização das formações internas da Ação Educativa com aquelas que aconteceram até o ano de 2015. O documento foi apresentado e revisado durante o primeiro Encontro de Formadores e Formadoras da Ação Educativa e deverá ser atualizado constantemente.
- Foi realizado o primeiro Encontro de Formadores e Formadoras da Ação Educativa em novembro de 2015. O encontro contou com 21 participantes, que apresentaram as iniciativas de formação das quais fazem parte e discutiram o documento elaborado pela FAART a respeito da formação na Ação Educativa no sentido de atualizá-lo. Como encaminhamento, ficou acordada a constante atualização do mapeamento e formações e uma reedição do documento da FAART, além da continuidade do grupo no ano de 2016 para acompanhar e colaborar na construção de atividades da Unidade de Formação e discutir os temas levantados no encontro de 2015.

Balanço dos resultados e perspectivas

Ao longo de sua história a Ação Educativa desenvolveu inúmeras ações de formação e atividades que valorizam práticas culturais, educativas e políticas e que promovem a participação da sociedade civil em espaços democráticos.

No ano de 2015 a unidade continuou em sua tarefa de mapear as iniciativas de formação que ocorreram na instituição ao longo do ano, sistematizando os dados coletados de forma a colaborar para que a própria Ação Educativa pudesse ter uma visão ampla sobre os processos formativos em curso e, assim, organizar uma agenda geral das formações realizadas pela instituição. Esse levantamento também tem o objetivo de subsidiar o trabalho da unidade e deve estar em constante atualização.

Outra agenda histórica da Ação Educativa são as experiências de Educação Popular. Essas práticas, tão presentes em décadas anteriores, hoje possuem pouca visibilidade, ainda que continuem desempenhando um papel fundamental na formação política e cidadã das pessoas. Nesse sentido, buscando atualizar os estudos sobre a realidade das práticas de Educação Popular, desenvolveu-se pesquisa com apoio do CNPq, coordenada por Sérgio Haddad, com o objetivo de atualizar e aprofundar o debate sobre a Educação Não Escolar de Adultos, em particular sobre as temáticas de Educação Popular e Educação para os Direitos Humanos. Foi constituído um grupo com pesquisadores e pesquisadoras que acompanharam experiências de formação e as sistematizaram ao longo do projeto, com o intuito de colaborar com a reflexão sobre formas de aprender e ensinar que ocorrem fora do contexto escolar e que têm tido pouca repercussão atualmente, apesar de continuar sendo espaços importantes de formação das pessoas.

Buscando criar espaços de debate, que também atuam em uma perspectiva formativa, outra iniciativa da unidade foi continuar com o Ação em Debate no formato de encontros periódicos (1 ao mês) para debater temas da conjuntura nacional e internacional. Ao longo de 2015, foram sete eventos, que discutiram assuntos de grande impacto para a sociedade, tanto do ponto de vista social, como econômico e político e que juntaram diferentes públicos, entre jovens, ativistas, pesquisadores e outros.

Por fim, foi realizado o primeiro Encontro de Formadores e Formadoras da Ação Educativa, em que o texto a respeito de formação na Ação Educativa, produzido pela FAART Formação, foi debatido e foram feitas sugestões para sua reedição e para as formações realizadas pela instituição.

Através dessas iniciativas a unidade buscou: mapear as práticas de formação que a Ação Educativa realiza, colaborando para o próprio conhecimento interno da instituição sobre suas ações nesse campo, além de integrar os debates sobre questões conjunturais em um espaço de discussão aberto.

5. Observatório da Educação

Atividades e produtos

- No âmbito da produção e difusão de informações, foram produzidos e distribuídos seis boletins do Observatório da Educação sobre a conjuntura educacional; e, no portal, foram publicadas 47 reportagens, entrevistas e artigos. O fortalecimento da produção de informações para nossos portais e a alimentação constante de nossas redes sociais com campanhas e peças próprias, além de notícias e informações relevantes para o setor educacional produzidas por outros veículos, nos permitiu um crescimento de acessos ao site do *Observatório da Educação* e também no número de seguidores e de interações nas redes sociais. Além das 63.817 visitas únicas ao site do Observatório em 2015, registrou-se um grande crescimento da interação por redes sociais – Twitter e Facebook – que saltou de um total de 19.208 seguidores em 2014 para 24.778 em 2015.
- Ao longo de 2015, o Observatório da educação ofereceu atendimento e suporte para 35 jornalistas e produtores de conteúdo de veículos de mídias comerciais e alternativas, apoiando seu trabalho de pré-apuração e indicando sujeitos ligados à educação, membros da sociedade civil organizada e de movimentos sociais e fontes de dados e informações que pudessem dar visibilidade às demandas por direito à educação de qualidade para todos.
- O atendimento à imprensa de maneira reativa foi aliado à busca ativa por pautar temas de interesse da sociedade civil no debate público, por meio de sugestões de pautas. Ao longo do ano, foram enviadas dez sugestões de pautas, que tiveram como resultado ao menos 40 reportagens, entrevistas e artigos publicados em veículos de mídia alternativa e comercial.
- A incidência nos conselhos de educação do estado e da cidade de São Paulo, de modo a permitir maior controle e participação da sociedade civil sobre estes espaços, foi mantida até o final do 1º semestre, com o acompanhamento periódico das reuniões semanais destas instâncias e a publicação de matérias. De janeiro a julho, foram publicadas 14 reportagens no blog *De Olho nos Conselhos*.
- Foram ainda atualizados os relatórios especiais e infográficos interativos sobre a composição dessas instâncias. Foi iniciado também o mapeamento especial sobre a composição do Conselho Nacional de Educação, que deverá ser lançado em 2016.
- A partir do segundo semestre, optou-se por fazer o monitoramento mais próximo dos fóruns de educação da cidade e do estado de São Paulo, em detrimento dos conselhos, de modo a apoiar a atuação da sociedade civil e fortalecer e empoderar estes espaços de participação, controle social e gestão democrática. Ao longo do segundo semestre, foram produzidas ao menos sete matérias sobre as ações dos fóruns de educação e duas notas públicas.
- Ainda com o objetivo de se pluralizar o debate público sobre educação, foram realizados três debates públicos para discutir diferentes aspectos do direito à educação, com um público total de mais de 120 pessoas. Em 1º de abril, foi realizado debate "Desafios da Conjuntura: As metas para a educação brasileira no pós-2015 e os desafios da educação brasileira", com a participação presencial de 30 pessoas (10 homens e 20 mulheres); em 29 de abril, o debate "Desafios da Conjuntura: 10 anos de ProUni – Balanços e perspectivas do acesso ao ensino superior no Brasil", com a presença de 35 pessoas (12 homens e 23 mulheres); e, por fim, em 18 de novembro, o debate "Desafios da Conjuntura:

Público X Privado: Consequências da mercantilização para o direito à educação" contou a participação presencial de 20 pessoas (7 homens e 13 mulheres). Em todos os casos, os eventos foram transmitidos ao vivo pela internet, com um público médio de 30 pessoas, e a íntegra do vídeo disponibilizada em nosso canal no *Youtube*, com um total de quase mil visualizações.

- No âmbito de formação, foi realizada, em 23 de abril, em parceria com a Controladoria Geral do Município de São Paulo, oficina para utilização da Lei de Acesso à Informação como ferramenta de controle social na área educacional. Ao todo, 50 pessoas, entre estudantes, representantes de movimentos sociais, gestores, jornalistas, e servidores públicos, participaram da atividade.
- Foi realizada também oficina de formação sobre Recursos Educacionais Abertos (REA) para professores, coordenadores escolares, produtores de conteúdos educacionais e estudantes, no dia 31 de julho, em parceria com o Centro de Pesquisa e Formação do SESC-SP. Ao todo, 16 pessoas participaram da atividade, que teve como foco a divulgação da pesquisa "Recursos Educacionais Abertos no Brasil: o campo, os recursos e sua apropriação e sala de aula".
- Foram distribuídos mais de 1.000 exemplares de publicações voltadas à difusão do uso das plataformas Wikimedia na educação (Wikipédia, Wikiversidade, Wikimedia Commons, etc) em eventos de naturezas diversas, como conferências, congressos acadêmicos, edit-a-thon (maratonas de edição de artigos na Wikipedia) e outro eventos de cultura hacker.
- Neste ano, foi também finalizada a pesquisa "Sistemas Privados de Ensino na Educação Públicas Brasileira: ameaças ao direito humano à educação", que mapeou a presença de sistemas privados de ensino em municípios brasileiros e seus impactos para o direito à educação. A pesquisa, realizada em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas Educacionais, foi sintetizada em ferramenta digital interativa, divulgada a veículos de comunicação e em seminário.
- Em 2015, colaboramos com o levantamento de informações e o envio de contribuições e propostas, junto à Campanha Nacional pelo Direito à Educação, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme) e Associação Nacional dos Comitês dos Direito da Criança e do Adolescente (Anced), para o processo de revisão do Brasil no Comitê dos Direitos da Criança da ONU, denunciando violações do direito à educação no processo de ajuste fiscal, privatização do ensino, militarização da gestão das escolas, discriminação de gênero, entre outros. Como resultado da ação de incidência articulada, o Comitê da ONU, em sua 70ª sessão, em Genebra, acatou todos os pontos levados, questionando o Governo Brasileiro e produzindo recomendações para a garantia do direito à educação.
- Foi produzido também, em parceria com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, artigo sobre as consequências da privatização para o direito humano à educação no Brasil para o relatório anual da Rede de Justiça Social e Direitos Humanos.
- Manteve-se a participação na Rede pela Transparência e Participação Social (RETPS), com acompanhamento da Parceria Governo Aberto, realização de evento de três anos da Lei de Acesso à Informação e publicação de posicionamentos públicos pela em defesa da transparência.
- Por fim, foi realizada uma oficina com vistas a avaliar os 14 anos de trajetória do Observatório da Educação e apontar os desafios que um novo site deveria contemplar no cenário atual. A atividade, realizada em 26 de outubro, contou com participação de coordenadores da Ação Educativa, ex-funcionários do Observatório da Educação, organiza-

ções parceiras e profissionais de imprensa e da área educacional, num total de 15 pessoas.

Balanço dos resultados e perspectivas

Ao longo do triênio 2013-2015, a unidade Observatório da Educação manteve sua atuação histórica na produção e difusão de informações com vistas à pluralização do debate público na área educacional. Considerando-se, porém, o contexto do campo de comunicação - marcado pela fragilização de grandes redações e o surgimento de novos veículos de mídia alternativa - e do campo educacional - com o acirramento de posições entre atores do campo público e do campo privado – buscou-se consolidar a produção de pesquisas e lavantamentos especiais, muitos deles realizados com base na Lei de Acesso à Informação, de modo a se produzir informações de maior relevância e impacto em diferentes veículos de comunicação.

Ainda que tal estratégia signifique a diminuição imediata da produção de conteúdo mais contidiano, ela mostrou-se importante para se conseguir pautar, sobretudo, agendas invisibilizadas e para pautar profissionais da grande imprensa, que já realizam uma extensiva cobertura de temas mais cotidianos. Por outro lado, segue como desafio a necessidade de se manter uma produção de informações cotidianas que atendam às demandas da sociedade civil e de comunidades escolares mobilizadas em torno do direito da è educação.

Neste sentido, a oficina realizada para avaliar os 14 anos de trajetória do Observatório da Educação, bem como a avaliação externa do programa realizada em conjunto com a avaliação da comunicação institucional da Ação Educativa, reforçam a necessidade de se pensar o Observatório da Educação como veículo de comunicação contra-hegemônica no campo educacional, capaz de produzir e difundir informações de maneira ágil e respondendo às demandas da conjuntura, ao mesmo tempo em que não perde vista a produção de conteúdo especial.

O quadro abaixo sintetiza algumas das recomendações saídas dos processos de avaliação:

Para viabilizar este novo alinhamento editorial proposto, coloca-se como urgente a construção de um novo portal para o Observatório da Educação e a manutenção de uma equipe capaz de produzir informações de relevância, com agilidade e trazendo para o centro do debate os sujeitos das políticas educacionais, o que deverá ser viabilizado ainda em 2016.

Neste triênio, também foi bastante importante a entrada da unidade no campo de debate sobre as relações entre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e educação, sobretudo no que diz respeito aos chamados Recursos Educacionais Abertos (REA). A agenda tem se colocado como uma questão central em alguns debates no campo educacional e a participação da Ação Educativa, que começa a atuar no tema a partir de projeto realizado em parceria com a Wikimedia Foundation, em 2014, se mostra fundamental para que não se perca a perspectiva do direito à educação neste debate.

No último triênio, realizou-se a pesquisa "Recursos Educacionais Abertos no Brasil: o campo, os recursos e sua apropriação e sala de aula", de grande repercussão, além do curso Educação, Direitos Humanos e Tecnologias e outras formações. Com estas ações, a Ação Educativa passou a ser reconhecida como ator relevante no tema e a ser convidada a integrar outras iniciativas importantes, sempre pautando as relações de REA e TIC com a concepção de educação como direito.

As atividades relativas à promoção da transparência e de controle social das políticas educacionais por meio do monitoramento de espaços como fóruns, conselhos, comissões e conferências de educação, bem como a realização de pedidos de informação a diferentes órgãos da administração pública nas três esferas de governos: federal, estadual e municipal, também se mostram uma estratégia acertada. Em muitos casos, porém, houve negativa de acesso aos dados, mostrando os desafios para se ampliar a transparência de políticas edeucacionais, sobretudo as que envolvem repasses ao setor privado.

Como forma de incidência em comissões, fóruns e conselhos de educação, realizou-se o acompanhamento de reuniões mensais do Fórum Municipal de Educação e do Fórum Estadual de Educação, em substituição ao monitoramento semanal dos conselhos de educação, por se entender que o momento político demanda fortalecimento destes espaços de participação da sociedade civil. Neste período, contribuiu-se para a construção do Plano Municipal de Educação de São Paulo, já aprovado e em vigor, e do Plano Estadual de Educação de São Paulo, em tramitação no Legislativo. Apesar da derrota no que diz respeito à inclusão de metas de igualdade de gênero, conseguiu-se, em articulação com outras organizações da sociedade civil, que o Legislativo realizasse audiências públicas para ampliar o debate sobre os Planos.

Por fim, vale destacar a importância de se seguir atuando no debate sobre as relações entre público e privado na educação. Com a conclusão da pesquisa "Sistemas Privados de Ensino na Educação Públicas Brasileira: ameaças ao direito humano à educação" e outras produções realizadas no último ano, conseguiu-se pautar alguns dos aspectos desta agenda. Contudo, a amplitude da privatização, as diferentes modalidades com que esta se dá e o atual contexto político e econômico reforçam o desafio de se manter a incidência na defesa da educação pública no âmbito político, comunicacional e jurídico.

6. Ação na Justiça

Atividades e produtos

- Articulação e acompanhamento do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Educação Infantil, com participação de 14 entidades públicas e organizações da sociedade civil, que reúne Ação Educativa, Ministério Público, Defensoria Pública, redes de sociedade civil e advogados no enfrentamento de questões relativas à proteção jurídica da educação infantil. Resposta aos tribunais superiores – STF e STJ – nas ações sobre o direito à educação infantil em São Paulo.
- Vale lembrar que, como resultado das decisões judiciais paradigmáticas sobre o direito à educação infantil de qualidade no Tribunal de Justiça de São Paulo, o Município de São Paulo foi compelido a criar 150 mil novas vagas até 2016, sendo no mínimo 105 mil em creches, assegurando-se o cumprimento dos parâmetros básicos de qualidade editados pelo Conselho Nacional de Educação, bem como a apresentação de um plano para a execução da decisão, acompanhado de um regime permanente de monitoramento, mediante relatórios semestrais e a criação de uma comissão de um Comitê de Monitoramento.

- No âmbito do Plano de Expansão e de Qualificação da Rede de Educação Infantil de São Paulo, que foi apresentado ao Judiciário por força da ação judicial idealizada por Ação Educativa em articulação com o movimento Creche para Todos em 2008 e julgada entre 2013 e 2014, foi relatada a criação de 20.943 novas vagas em creche e 3.500 novas vagas em pré-escolas no município de São Paulo.
- Foi formalizado, em setembro de 2014, o inédito Comitê de Assessoramento à Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo o da execução do plano judicial de expansão apresentado no início do mesmo ano. A Ação Educativa é parte do Comitê e no ano de 2015 houve duas reuniões com a Secretaria de Educação do Município de São Paulo para acompanhamento da criação de novas vagas, bem como realizou visitas *in loco* para acompanhar a criação de novas creches.
- Houve a Audiência Pública acerca da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.439, sobre o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras em 15 de junho de 2015, onde a Ação Educativa participou como um dos expositores.
- Ação Educativa realizou uma roda de diálogo e um seminário intitulado "Educação e Laicidade: questões em debates no STF" acerca do tema o, no dia 08 de junho de 2015. Do evento, originou-se um manifesto contrário ao ensino religioso nas escolas públicas do país, denunciando o proselitismo no ambiente escolar e elucidando o perigo do proselitismo para a existência de outras violações de direitos humanos como à liberdade de crença e o crescente da intolerância religiosa e do racismo no ambiente escolar.
- Essa articulação permitiu a continuidade da articulação do Grupo Educação e Laicidade e acompanhamento da, com a participação das demais instituições signatárias do *Amicus Curiae* da *ADI 4439* apresentado e membros da articulação educação e laicidade. O objetivo do grupo Educação e Laicidade é o fortalecer os sistemas educativos e o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente na prevenção, proteção e defesa da laicidade e da liberdade religiosa nas escolas e promoção da igualdade étnico-racial na educação.
- No bojo também das mobilizações sobre o ensino religioso foi possível a manutenção da Articulação do grupo Educação e Laicidade em convergência com o Movimento Estratégico pelo Estado Laico (MEEL). O Movimento Estratégico pelo Estado Laico – MEEL – é um coletivo horizontal de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, organizações religiosas e outros atores sociais que reconhecem a laicidade do Estado como um elemento fundamental para assegurar a efetivação dos direitos humanos e o aperfeiçoamento da democracia no Brasil.
- Acompanhamento do grupo de educação nas prisões em São Paulo e da Ação Civil Pública impulsionada em defesa do direito à educação noturna na Penitenciária Feminina de Santana, que conta com cerca de 2.700 internas e nenhuma oferta naquele turno.
- Defesa da gratuidade plena nas escolas públicas, com acompanhamento pedido de execução de decisão judicial obtida pela Ação Educativa, em que se proíbe a cobrança de qualquer taxa em escola pública do Estado de São Paulo, beneficiando potencialmente todos os estudantes.
- Seguimento à participação no comitê executivo da Articulação Justiça e Direitos (JusDh), iniciativa de sociedade civil que vem atuando em defesa da democratização da justiça. Houve a realização de seminário nacional para discutir o impacto da democratização da Justiça nas lutas dos movimentos sociais brasileiros.

- Permanece atuando o Grupo de Trabalho sobre Medidas Socioeducativas composto por cerca de 10 organizações da sociedade civil, além de militantes sociais, dentre elas Conectas Direitos Humanos, Mães de Maio, Amparar, Conselho Regional de Psicologia, CEDECA Sapopemba, RENADE, Coletivo de Advogados de Direitos Humanos, etc. O grupo de medidas socioeducativas possibilitou que essas organizações da sociedade civil tenham uma ação articulada nos desafios relacionados à implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o acesso à educação dos jovens privados de liberdade ou cumprindo medidas em meio aberto, e no monitoramento das violações sistemáticas de direitos humanos sofridas por esses jovens. O grupo continuou se reunindo ao longo de 2015 e foi responsável por atender a denúncias de violações e encaminhá-las ao sistema de justiça. Participamos de audiência com o Relator especial do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas Juan Méndez de combate à tortura sobre esse assunto e entregamos relatório acerca das violações do sistema socioeducativo e do perigo da redução da maioridade penal no Brasil. As denúncias realizadas pela Ação Educativa influenciaram o relatório da ONU e constaram tanto do pronunciamento quanto do relatório de Juan Méndez acerca do Brasil.
- A Ação Educativa foi uma das organizações da sociedade civil que apoiou a Missão Renade, no Estado de São Paulo para elaborar um *relatório nacional sobre a situação de unidades socioeducativas de privação de liberdade em 13 estados brasileiros, em parceria com o Conanda.* A missão ocorreu entre os dias 25 e 27 de agosto e foram realizados encontros com a sociedade civil, com autoridades do sistema de justiça e da secretaria de educação, com a sociedade civil e com jovens e adolescentes do sistema socioeducativo.
- Finalizado a publicação "Educação das Relações Étnico-Raciais: balanços e desafios da implementação da lei 10639/2003" que contém avaliação sobre os 10 anos das Diretrizes Curriculares da Lei 10639/2003 com autores do campo do Direito e Educação. O livro é resultante das considerações do seminário "10 anos das Diretrizes Curriculares Nacionais da Lei 10639/2003", organizado pela Ação Educativa em 2014.
- Manutenção de nossa participação no Fórum Estadual de Diversidade Étnico-racial na Educação e no Comitê Pró-Cotas do Estado de São Paulo, que vêm planejando iniciativas comuns de exigibilidade da Lei 10639/2003.
- Realização de *advocacy* junto ao Ministério da Educação, Seppir e INEP para a criação de campanha acerca do preenchimento do quesito cor pelos estabelecimentos de ensino, bem como a qualificação dos dados acerca dos problemas e perspectivas para aprimoramento do preenchimento do quesito raça/cor no Censo Escolar, realizado pelo Inep, e a promoção das ações afirmativas no ensino. Foram realizadas duas reuniões com o MEC, INEP e a SEPPIR acerca do tema.
- Participação no III Encontro Nacional Ministério Público e Movimentos Sociais como convidado para tratar de educação em direitos humanos. O evento contou com a presença de 100 pessoas.
- Finalizado o Guia "O Ministério Público e a igualdade étnico-racial na educação - Contribuições para a implementação da LDB alterada pela Lei 10.639/2003" em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público, Defesa dos Direito. O instrumento orienta o sistema de justiça a utilizar também os Indicadores da Qualidade na Educação-Relações Raciais na escola como instrumento de avaliação da implementação da lei 10.639/03 pelas Secretarias de Educação.

Balanço dos resultados e perspectivas

Na unidade Ação na Justiça, as principais atividades nos campos da assessoria a organizações e movimentos sociais de educação e do litígio estratégico para a promoção de direitos se deram nas ações coletivas relacionadas à educação infantil em São Paulo e na ação coletiva em defesa do direito à educação no sistema prisional, bem como nas articulações junto ao Ministério Público e demais atores para a exigibilidade jurídica da Lei n° 10.639/2013 e de suas diretrizes nacionais de implementação.

As Ações Civis Públicas foram propostas entre 2008 e 2010 em nome das organizações que compõem o Movimento Creche para Todos, tendo como propósito exigir a matrícula de centenas de crianças cadastradas pelo Movimento e a apresentação de plano de expansão de vagas e de construção de unidades de educação infantil (creche e pré-escola) em número suficiente para atender a toda a demanda. Nessas ações o Município de São Paulo foi condenado a criar 150 mil novas vagas até 2016, sendo no mínimo 105 mil em creches. Foi determinado o cumprimento dos parâmetros básicos nacionais de qualidade e ainda a apresentação de um plano para a execução da decisão, além de instituído um regime de monitoramento, mediante relatórios semestrais e a criação de uma comissão de acompanhamento.

A criação do Comitê de Assessoramento à Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJSP, com participação de 14 entidades públicas e organizações da sociedade civil, para acompanhamento da execução do plano judicial de expansão apresentado em 2014, é uma iniciativa inédita no Judiciário brasileiro e tem o potencial exemplar de alterar a forma como este poder atua nos casos relacionados à proteção de direitos econômicos, sociais e culturais, já que significa a criação de um espaço de interlocução e monitoramento da implementação de decisões judiciais complexas, com objetivos evidentemente distributivos.

Atualmente, o trabalho tem se estruturado em torno do acompanhamento da implementação dessa decisão judicial. A Ação Educativa é parte do Comitê de Assessoramento à Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJSP, que acompanhando a execução do plano judicial de expansão apresentado em 2014, reunindo-se semestralmente com a Secretaria de Educação do Município de São paulo e realizando, inclusive, visitas *in loco* nos territórios para avaliar a criação de vagas, obras e adaptações nos equipamentos escolares e mobilizar líderes locais, bem como participa às comunidades os dados acerca da implementação do plano de expansão apresentado pelo Município de São Paulo no início de 2014.

Embora o Comitê de Monitoramente seja um exemplo vitorioso de implementação diaálogica entre as partes de uma decisão judicial, vale destacar que a estratégia jurídica da Secretaria de Educação Municipal têm sido no sentido de suspender os efeitos da decisão judicial. Em agosto de 2015, a prefeitura ingressou com Recurso aos Tribunais Superiores (STJ e STF) pedindo a suspensão dos efeitos da decisão judicial que determinava a criação de novas vagas. O efeito das decisões foram suspensos e, posteriormente, a Ação Educativa em parceria com o GTIEI (Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Educação Infantil)

conseguiu reverter a decisão e manteve os efeitos da decisão, isto é, a Prefeitura continou obrigada a cumprir o Plano de Expansão. Vale destacar, entretanto, que o acompanhamento amigável da decisão junto à Prefeitura e a atuação do Comitê, não pode estar disassociado de uma estratégia judicial para que se garanta a manutenção dos efeitos da decisão.

Outra iniciativa no campo da defesa judicial de direitos que merece destaque é o acompanhamento da Ação Civil Pública que busca assegurar o direito à educação das mulheres privadas de liberdade na Penitenciária de Santana.

No campo das ações pela laicidade, vale destacar a rearticulação do grupo Educação e Laicidade foi inicialmente constituído pelas organizações que vem intervindo juridicament na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.439, proposta pela Procuradoria Geral da República (PGR), e que vai contra o trecho do acordo entre o governo brasileiro e a Santa Sé que prevê "ensino católico e de outras confissões" na rede pública de ensino do país (artigo 11, §1º, do Decreto n. 7.107/2010). A PGR pede ainda que o Supremo interprete o artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no sentido de proibir o ensino confessional, interconfessional ou ecumênico, por entender que essas modalidades são incompatíveis com a liberdade religiosa e a laicidade do Estado.

O ministro Luís Roberto Barroso convocou a Audiência Pública, que foi realizada no dia 15 de junho de 2015. Diante do agendamento de Audiência Pública na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 4439 sobre o ensino religioso em escolas públicas , a Ação Educativa em parceria com a Atea - Associação Brasileira de Ateus e Agnóstico, Católica pelo Direito de Decidir, CLADEM- Comitê Latino-Americano e do Caribe para aDefesa dos Direitos da Mulher, Conectas Direitos Humanos, ECOS Comunicação em Sexualidade, Geledés – Instituto da Mulher Negra, OLÉ - Observatório da Laicidade na Educação e Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil promoveram uma roda de conversa e um Seminário “Ensino religioso e laicidade do Estado:questões em debate no STF”, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, seguido de Ato Públicoa favor da laicidade na Escola Pública. Juristas, movimentos sociais, pesquisadores (as), educadores (as) e organizações da sociedade civil reuniram-se para aprofundar o debate sobre o tema e as eventuais implicações

do futuro posicionamento do STF para a realização dos direitos fundamentais no Brasil. Foi produzido um vídeo com a edição dos principais momentos do Seminário, que anexamos a este relatório. No ato público foi divulgado uma nota pública com posição básica comum das entidades e indivíduos proponentes e participantes, comprometidos com a necessidade de ampliar o enfoque proposto na ADI n. 4439, no sentido de restringir a oferta de ensino religioso nas escolas públicas como meio de promover os direitos humanos à educação, à liberdade religiosa e à pluralidade.

Acerca da audiência pública, ao todo foram admitidos 31 representantes de organizações de da sociedade civil, institutos de pesquisa e entidades religiosas para apresenteram suas posições acerca da audiência. A Ação Educativa foi representada pelo advogado Salomão

Ximenes e a atuação da Ação Educativa teve grande repercussão da mídia, fruto da mobilização realizada pela organização. Ao todo a grande maioria dos convidados defendeu o fim do ensino religioso nas escolas públicas. O caso deve ir a julgamento no STF em 2016 e terá repercussão na vida de mais de cinquenta milhões de crianças, adolescentes, jovens e adultos que atualmeente frequentam a educação básica em escolas públicas.

Esse último tema se relaciona às apostas da unidade programática na defesa da implementação integral da Lei n. 10.639/2003 e no combate à discriminação, ao racismo e à intolerância religiosa nas escolas. Como resultado da atuação nesse campo, foi finalizada a publicação "Educação das Relações Étnico-Raciais: balanços e desafios da implementação da lei 10639/2003" que contém avaliação sobre os 10 anos das Diretrizes Curriculares da Lei 10639/2003 com autores do campo do Direito e Educação. Em 2015, obtivemos significativos avanços com a sedimentação de parcerias e grupos de trabalho permanentes com Ministério Público, o Conselho Tutelar e Defensoria Pública, mas também com o Poder Judiciário no caso específico da formalização do Comitê de Assessoramento em São Paulo.

Foi mantida a atuação junto ao Judiciário – com a proposição e participação em audiências públicas e em espaços institucionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) –o que se apresentou como importante ferramenta de atuação, em articulação com outras organizações da sociedade civil. Esse enfoque, adotado com sucesso no tratamento das demandas coletivas relacionadas à educação infantil, a partir de São Paulo, tende a se expandir nas demais demandas. Essa perspectiva inovadora consolida diretrizes postas no Plano Trienal, coerentes com as recomendações das avaliações externas do programa e da própria Ação Educativa.

Uma das ações frutos dessa aproximação gradual é a colaboração da Ação Educativa em elaboração de protocolos de atendimento e atuação tanto junto a Defensoria Pública quanto junto ao Conselho Tutelar do Estado de São Paulo para a atuação em caso de racismo e intolerância religiosa na escola. O principal destaque dessa estretégia é o Guia "O Ministério Público e a igualdade étnico-racial na educação - Contribuições para a implementação da LDB alterada pela Lei 10.639/2003" em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público, Defesa dos Direitos, finalizado em 2015.

Essa atuação é resultado de nossa estratégia de complementar a atuação judicial da Ação Educativa, nas ações estratégicas e exemplares que promove, com uma atuação sobre a própria administração e condução do Sistema de Justiça, buscando assim influenciar diretamente para que ele se torne mais aberto à demanda por democratização, igualdade e diversidade na educação. Dito de outra forma, a aposta do programa Ação na Justiça, nesse contexto, foi a aproximação estratégica com tal arquitetura institucional do Poder Judiciário , tanto no caso da Educação Infantil como nos casos de pessoas privadas de liberdade, educação para as relações raciais e laicidade.

Em razão da atuação da Ação Educativa para articulação da sociedade civil, a organização pôde estar inserido nos principais debates e disputas acerca do combate à intolerância religiosa e ao racismo, isto é, da promoção da laicidade, diversidade e igualdade no país.

7. Educação, Desenvolvimento e Relações Internacionais

Atividades e produtos

- Acompanhamento e produção de matérias relacionadas à Agenda 2030 sobre as metas globais em educação (Educação para Todos; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; CONFINTEA) disponibilizadas no site da unidade.
- Participação na 60ª Assembleia Geral das Nações Unidas, na qual foi acordada a nova agenda internacional para o desenvolvimento com os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- Participação da Assembleia Mundial do Conselho Internacional em Educação de Adultos (ICAE), na coordenação do eixo temático sobre formação e capacitação para incidência.
- Participação na Plataforma Política Social, vinculada ao Instituto de Economia da UNICAMP, e no Seminário "Desafios do Desenvolvimento Brasileiro".
- Participação no GR-RI (Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais), grupo composto por intelectuais, pesquisadores, ativistas políticos, movimentos e representantes da sociedade civil e quadros de diversos ministérios do governo vinculados ao campo progressista que defendem a democratização do processo decisório em política externa.

Balanço dos resultados e perspectivas

A nova agenda para o desenvolvimento internacional encabeçada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, assim como as novas metas do acordo Educação Para Todos, ambas acordadas em 2015, colocam aos governos nacionais o desafio de alcançarem, nos próximos quinze anos, os objetivos acordados.

No campo específico da educação, a agenda dos ODS, no Objetivo 4, se propõe "Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem para todos ao longo de toda vida". Para isso, conta com sete metas que buscam garantir: a conclusão do ensino básico por todos os jovens, o acesso equitativo de meninos e meninas ao sistema escolar, a ampliação de acesso ao ensino superior, formação técnica para o trabalho, eliminação do analfabetismo entre jovens e diminuição substantiva entre a população adulta, aquisição de conhecimentos para a promoção do desenvolvimento sustentável, construção de facilidades para pessoas portadoras de necessidades especiais, aumento das bolsas de estudo para pessoas de países em desenvolvimento, e melhora da oferta e qualificação dos docentes.

Para o Brasil essa agenda impõe diversos desafios. O país está entre os 10 países responsáveis por 72% da população mundial de analfabetos, com mais de 13 milhões de pessoas analfabetas. Mais de 2,9 milhões de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos estão fora da escola e apenas 54% da população entre 15 e 17 anos está matriculada no ensino médio (PNAD, 2013). Esses dados mostram a dificuldade da garantia do direito à educação no país.

Para além das possibilidades de trazer à luz a situação da educação tanto no Brasil como em uma perspectiva comparada com outros países, a agenda 2030 constitui uma oportunidade de fortalecimento das políticas públicas educacionais, a identificação de gargalos, insuficiências e análises sobre possíveis caminhos a serem trilhados nos próximos 15 anos para que os objetivos acordados sejam trabalhados com mais efetividade tanto no plano internacional e nacional.

Buscando visibilizar e desenvolver o debate sobre os acordos internacionais e suas influências nas políticas nacionais, a unidade participou, ao longo de 2015, de diversas atividades e eventos, inclusive da 60ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Além disso, é membro do Grupo de Trabalho da sociedade civil sobre a Agenda 2030, que tem feito diversas ações de *advocacy* no governo, tanto no executivo como no legislativo, no sentido de fortalecer a importância da agenda, pressionar para que o governo cumpra os compromissos ao longo desses quinze anos e garantir mecanismos que possibilitem o monitoramento por parte da sociedade.

8. Trajetórias Juvenis: Educação e Inserção no Mundo do Trabalho

Atividades e produtos

- Formação sobre políticas públicas de educação e trabalho e sobre participação política para 20 moças e rapazes atuarem como *JADEs - Jovens Agentes pelo Direito à Educação*. Ao final da formação, os/as participantes se engajaram em atividades contra a reorganização escolar proposta pelo governo estadual, apoiando uma ocupação de escola em Sapopemba.
- Formação e assessoria para três jovens participantes da formação dos *JADEs* de 2014 realizarem, entre junho e agosto de 2015, oficinas em três escolas públicas de ensino médio a respeito de qualidade na educação e desigualdades de raça e gênero na escola, com uso do vídeo produzido por eles no ano anterior. As atividades alcançaram 92 alunos e alunas de 2ºs e 3ºs anos, que responderam um questionário a respeito de como essas questões vem sendo tratadas no contexto de cada escola. Ao final foi realizada uma devolutiva para professores e equipes técnicas.
- Realização, em parceria com a Universidade Federal do ABC, de um curso de extensão universitária para o uso da metodologia *Tô no Rumo: Jovens e Escolha Profissional* para 28 profissionais professores/as de Educação de Jovens e Adultos e de ensino médio em Santo André, de escolas de ensino médio de São Paulo, além de educador da Fundação Tide Setúbal.
- Oferta de assessoria técnica e apoio material para 14 instituições públicas de ensino implementarem oficinas de orientação profissional *Tô no Rumo*, junto a cerca de 1500 estudantes.

- Publicação de 1.500 exemplares do *Guia de Oportunidades Tô no Rumo*, com informações sobre serviços e programas de acesso ao Ensino Superior, Ensino Técnico, Cursinhos Populares e mundo do trabalho existentes no município de São Paulo.
- Manutenção e alimentação do site *Tô no Rumo* (www.tonorumo.org.br), com a publicação de 102 posts abordando ensino médio, ensino técnico, acesso ao ensino superior, trabalho, escolha profissional, cultura e mobilização. O website teve 309 mil sessões (visitas) cerca de 26 mil por mês, 280 mil usuários únicos (cerca de 24 mil por mês) e 381 mil *pageviews* (cerca de 32 mil por mês).
- Realização do debate "Desafios da Conjuntura: 10 anos de ProUni – balanços e perspectivas do acesso ao ensino superior no Brasil", que ocorreu em abril na Ação Educativa e reuniu cerca de 50 presentes.
- Publicação de um hotsite especial sobre cotas no site *Tô no Rumo*. O material, voltado para estudantes e professores de ensino médio, traz tanto um debate sobre a importância das ações afirmativas para a democratização do ensino superior como esclarecimentos sobre como acessar essas políticas.
- Produção do vídeo "Juventude e Trabalho". Com cerca de 15 minutos de duração, o material traz depoimentos de jovens sobre escolha profissional e os desafios na sua inserção no mundo do trabalho. Disponível em http://www.tonorumo.org.br/2016/02/video-debate-presenca-da-juventude-mundo-trabalho/
- Constituição de um Grupo Técnico plural para a elaboração de *Indicadores de Qualidade na Educação – Ensino Médio*, reunindo o Unicef, órgãos governamentais (Ministério da Educação, Secretaria Nacional de Juventude e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), ONGs, pesquisadores, organizações juvenis e jovens estudantes.
- Realização de duas oficinas do Grupo Técnico para a construção de *Indicadores de Qualidade na Educação – Ensino Médio*.
- Como subsídio ao processo de construção de *Indicadores de Qualidade na Educação – Ensino Médio*, produção de quatro estudos sobre o ensino médio (marcos legais, panorama das condições das escolas e do perfil dos professores, balanço dos estudos acadêmicos e consulta a educadores e estudantes de 11 escolas de quatro estados de diferentes regiões brasileiras).
- Em parceria com os *JADEs* – jovens agentes pelo direito à educação, realização de debate sobre "Reorganização escolar em Sapopemba", reunindo familiares, educadores e cerca de 30 jovens, incluindo lideranças de três escolas ocupadas na região.
- Realização de Oficina sobre a metodologia *Tô no Rumo* para educadores do IFHEP – Instituto de Formação Humana e Educação Popular, cursinho popular sediado em Campo Grande/RJ. A atividade teve quatro horas de duração e contou com a participação de, ao todo, 17 pessoas.
- Publicação do livro Letramentos em espaços educativos não escolares: os jovens, a leitura e a escrita, com tiragem de 1000 exemplares.
- Realização de roda de conversa sobre Letramentos de Jovens em Espaços Educativos Não Escolares, com a presença de cerca de 30 pessoas e transmissão online.

Balanço dos resultados e perspectivas

No ano de 2015 a unidade de Trajetórias Juvenis levou adiante um conjunto de ações fortemente dirigidas ao contexto do ensino médio público, num momento em que essa etapa vem sendo cada vez mais um foco de atenção por parte de diferentes segmentos da sociedade. Esse lugar envolve um conjunto de disputas e conflitos, que se aguçaram num cenário em que forças sociais bastante conservadoras se fizeram mais presentes, para além daquelas historicamente implicadas com o tema.

De modo geral, os projetos e ações desenvolvidos a partir da unidade dão conta de diferentes entradas nessa questão.

A partir dos *Jovens Agentes Pelo Direito à Educação (JADE)* nós fortalecemos o papel da juventude periférica nos debates sobre educação, com ênfase no ensino médio e superior, considerando a importância de sua participação na elaboração, monitoramento e incidência nas políticas públicas. O processo formativo do JADE seguiu duas tendências em 2015:

a) O aprofundamento do trabalho iniciado em anos anteriores de realizar uma abordagem amparada nas dimensões de gênero e raça, que estão fortemente colocadas nas disputas políticas, mas também são cada vez mais significativas para jovens com os/as quais lidamos - seja para as suas construções identitárias, comportamentais ou estéticas, bem como foco de seu engajamento político;

b) Uma forte mobilização para a incidência política, sobretudo a partir das unidades escolares. Isso se deu na realização de oficinas sobre raça e gênero dentro das escolas, mas também em torno da proposta de reorganização escolar e das ocupações de escolas por alunos e alunas, culminando numa experiência de ocupação de uma escola em Sapopemba.

Houve um significativo avanço, em relação a edições anteriores, da capacidade de intervenção por parte dos/as jovens participantes do *JADE* em questões do seu contexto. A formação de 2015, por meio de saraus, saídas culturais, participação em manifestações e atos, plenárias e outras estratégias, conseguiu ser bastante mobilizadora do ponto de vista político. De modo geral, o interesse dos/as jovens esteve conectado com as agendas de lutas e engajamento juvenil mais recentes, seja pela temática (gênero fortemente presente) ou pelas formas de organização política, em especial a partir da horizontalidade, das ações diretas e presença nas ruas. Como destaque, a participação de uma das jovens nos processos de resistência à reorganização escolar e de ocupação da escola Arthur Chagas resultou num reconhecimento por parte do Centro de Direitos Humanos de Sapopemba, que lhe concedeu o prêmio de "liderança social em 2015".

A partir do projeto *Tô no Rumo – Jovens e Escolha Profissional*, temos conseguido fortalecer práticas pedagógicas dentro de unidades escolares visando informar e promover reflexões entre jovens alunos e alunas a respeito da continuidade dos estudos e da sua inserção profissional. A metodologia *Tô no Rumo* tem se mostrado uma interessante forma de promover conteúdos escolares que dialoguem com as demandas concretas do público jovem e de estimular as equipes das escolas a desenvolver práticas pedagógicas mais inovadoras dentro de sala de aula. Nesse sentido tem funcionado a combinação de processos formativos

dirigidos a professores, realizados em parceria com o Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do ABC (UFABC), com uma assessoria técnica e material a professores que se engajam com a realização de oficinas. Isso se explicita no aumento do nº de jovens que participam de oficinas, que em 2015 girou em torno de 1.500 alunos e alunas de 2º e 3º ano do ensino médio regular de São Paulo e da Educação de Jovens e Adultos do Município de Santo André.

Por fim, é promissor o início do processo de construção de *Indicadores da Qualidade da Educação para o Ensino Médio (Indique EM).* Os *Indicadores* se constituem numa metodologia de avaliação participativa cuja grande contribuição é: a) construir um espaço em que diferentes atores possam pactuar consensos sobre a qualidade na educação básica; b) produzir um material que subsidie comunidades escolares a pensarem nas especificidades do ensino médio, bem como a elaborarem planos de ação capazes de atender com qualidade as demandas e necessidades educativas de seu público.

O Grupo Técnico constituído para esse processo de construção conseguiu reunir uma significativa pluralidade de atores, envolvendo órgãos governamentais (MEC, SNJ, Consed, Inep) e grupos e organizações da sociedade civil representantes de diferentes segmentos: estudantes, jovens negro/as, jovens quilombolas, jovens indígenas, trabalhadores do campo e da cidade, pesquisadores, ativistas dos direitos das mulheres, da população LGBT, das pessoas com deficiência, à comunicação, institutos empresariais. Essa pluralidade de atores é essencial para a proposta do Indique, que investe numa concepção de participação da comunidade escolar e da sociedade civil na construção das políticas públicas de educação, de modo a garantir que a concepção de qualidade nesse campo seja amparada por uma diversidade de olhares que contemple os principais sujeitos que as vivenciam.

Além desse esforço para entender e incidir nas políticas ligadas ao ensino médio, a Unidade tem se mobilizado também em torno de debates acerca do *acesso ao ensino superior*, uma vez que ele não apenas expressa uma demanda da juventude, como se mostra estratégico para uma *inserção profissional* mais condizente com os desejos de jovens brasileiros. Essas dimensões são relevantes na produção de conteúdo do site *Tô no Rumo*, bem como para a formação de educadores, mas também aparecem como foco de trabalho com os *JADEs*. Em 2015, foram três as ações de destaque. O debate "Desafios da Conjuntura: 10 anos de ProUni – balanços e perspectivas do acesso ao ensino superior no Brasil", em parceria com o Observatório da Educação, pôs em discussão o papel do Prouni nas políticas de acesso ao ensino superior, considerando suas perspectivas e limites. O especial a respeito de Cotas Raciais, publicado pelo site *Tô no Rumo*, oferece informações e reflexões acerca de uma questão amplamente abordada em nossa formações, seja de educadores ou jovens. O vídeo "Juventude e Trabalho" discute os desafios na inserção profissional de jovens, sempre dialogando com as ações da Unidade de jovens na Política e Políticas em torno da Agenda Nacional do Trabalho Decente Para a Juventude. Tais ações apontam para o entendimento que tanto o a formação profissional como a inserção no mundo do trabalho se tratam de questões bastante imbricadas e com forte impacto nas trajetórias juvenis. Vale dizer que, enquanto a dimensão do acesso à formação superior tem mobilizado alguns setores da

juventude, ainda há pouca mobilização juvenil em torno do campo do trabalho, muito ocupado pelos setores sindicais, cuja representatividade de jovens é relativamente pequena e secundária. Dar maior visibilidade a essa questão, bem como levá-la nos espaços com presença de jovens tem sido um esforço empreendido pela Unidade.

9. Educação Escolar de Jovens e Adultos

Atividades e produtos

Linha de ação 1 - Pesquisa: políticas, programas e práticas educativas, escolares e não escolares, voltadas a adolescentes, jovens e adultos

- Publicação e seminário de lançamento de livro Alfabetismo e letramento no Brasil: 10 anos do Inaf, produzido em parceria com Instituto Paulo Montenegro e Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).
- Aceitação para publicação do artigo "A experiência de um indicador de letramento científico", no periódico Cadernos de Pesquisa (FCC), sobre experiência e primeiros resultados do Indicador de Letramento Científico (ILC); ainda sem previsão de lançamento.
- Publicação do artigo "Educação não escolar em contexto de trabalho: indícios para a educação de jovens e adultos", no periódico Cadernos Cenpec, sobre metodologia criada para educação não escolar de adultos trabalhadores da indústria baiana.
- Participação no V Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos, na Unicamp (Campinas/SP), com apresentação da experiência de reorganização curricular da EJA em municípios mineiros.
- Finalização dos trabalhos de campo, digitação, codificação e processamento de dados do Inaf 2015, com foco em práticas de letramento e numeramento no mundo do trabalho e no mundo digital/internet.
- Produção de balanço sobre a experiência de acompanhamento e de formação do uso da coleção didática Viver, Aprender em sistemas municipais e estaduais de educação.
- Início dos trabalhos em parceria com Programa Transcidadania para sistematização de experiência e apoio na implementação do Projeto.
- Publicação de artigo na Revista Decisio (Crefal) sobre experiência de formação de professores e gestores públicos para atuar na EJA nos municípios de Minas Gerais.

Linha 2 – Realização de avaliações e consultorias relacionadas à avaliação, currículo e produção de materiais didáticos junto a instituições públicas e fundações privadas.

- Revisão da metodologia Inaf e criação do sistema Inaf
- Realização de rodas de conversa com estudantes e professores de redes de ensino de São Luís (MA), Ipatinga (MG), São Gonçalo (MG), Canãa dos Carajás (PA).
- Formação de educadores de EJA de Canãa dos Carajás (PA).

- Oficina de produção de vídeos e fotografia com estudantes da EJA da rede municipal de São Luís (MA).
- Revisão e análise dos fundamentos e métodos de avaliação do Programa Fórmula da Vitória em Língua Portuguesa, do Instituto Ayrton Senna.
- Reformulação da plataforma virtual, produção de novos conteúdos multimídias e alimentação e mediação do uso da plataforma digital da coleção didática Viver, Aprender, em parceria com Ed. Global.
- Programa de formação e de acompanhamento de educadores de EJA em redes e sistemas de ensino que adotaram a coleção didática Viver, Aprender em todo o Brasil.
- Início da reelaboração da coleção didática Viver, Aprender para o ensino médio.

Linha 3 – Incidência política

- Representação institucional no colegiado de coordenação do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado de São Paulo.
- Participação e apoio ao Grupo Educação nas prisões.
- Representação institucional na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA).
- Representação institucional no comitê diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.
- Representação institucional no comitê estadual de São Paulo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.
- Participação na Assembleia Mundial do ICAE (Montreal/Canadá).
- Participação na comissão organizadora da Confintea +6 Brasil.

Balanço dos resultados e perspectivas

O início da nova gestão da Presidenta Dilma Rousseff reforçou a tendência de seu governo anterior de encarar a EJA quase que exclusivamente como uma estratégia de formação de mão de obra, enfatizando a centralidade de programas como o Pronatec, em patente desarticulação com a educação básica, e a descontinuidade de ações afirmativas importantes como o Projovem. A adoção do ajuste fiscal, a presença de três diferentes gestores a frente do Ministério da Educação e o seguido descompromisso com as recomendações da Conferência Nacional de Educação e com o cumprimento do PNE, deslocando as prioridades do governo federal para a Base Nacional Comum Curricular e deixando de lado a definição do Custo Aluno Qualidade Inicial e o Custo Aluno Qualidade, por exemplo, mostraram uma clara dissociação das intenções do governo federal com as demandas populares por ampliação do direito à educação. Nesse contexto, o ano de 2015 foi marcado por inúmeras dificuldades para garantir a manutenção do tema Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos dentro da

agenda de políticas públicas do Estado brasileiro e, na medida do possível, romper com sua posição secundária dentro das prioridades educacionais brasileiras.

As metas e estratégias ousadas para a EJA previstas no Plano Nacional de Educação, que completou um ano de promulgação em 2015, alimentaram importantes disputas e debates sobre a necessidade de sua implementação integral por meio do esforço conjunto e coordenado entre os diversos entes federados e, principalmente, o aumento dos esforços financeiros da União para sua consecução, algo extremamente difícil de acontecer em um momento de retração dos investimentos públicos em diferentes níveis. Fruto direto desse processo de descontinuidades e retrocessos, a tentativa frustrada de reorganização da oferta educacional em São Paulo trouxe à tona a realidade vivida por jovens, adultos e idosos que buscam completar sua escolarização: nucleação de turmas e fechamento unilateral e sem justificativas de salas, sobretudo do ensino noturno. Por força de estudantes, a tentativa de reorganização forçada foi paralisada e parcialmente revertida.

Nessa delicada conjuntura, a Unidade EJA manteve a articulação equilibrada entre produção e disseminação de conhecimento e ações de incidência e articulação política a partir, sobretudo, de projetos e ações de assessoria e consultoria a administrações públicas e privadas. Continuou-se o trabalho de representação institucional em diversos fóruns e redes por sua vez também articuladas à atuação em instâncias participativas de controle social e gestão democrática das políticas educacionais, como no caso da CNAEJA e os Fóruns de EJA. Uma pauta central foi continuamente defender maior sintonia e organicidade das políticas de educação básica (incluindo alfabetização) com educação profissional para jovens, adultos e idosos.

Os trabalhos realizados junto ao Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado de São Paulo estiveram dedicados à construção e participação no V Seminário Nacional de Formação, liderado pelas principais universidades públicas de São Paulo, e na XV Encontro Nacional de Educação ode Jovens e Adultos, além de subsidiar com análises e informações a representação dos Fóruns de EJA no Fórum Nacional de Educação. Intrinsecamente ligada à atuação no Fórum de EJA esteve a participação no grupo Educação nas Prisões, dedicado à incidência e pressão pública junto ao executivo estadual para o cumprimento das Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

Ao longo de 2015, a Unidade continuou os trabalhos de assessoria a sistemas e redes públicas para fortalecimento das políticas de EJA nesses territórios. A partir da proposição e reflexão sobre o que os sujeitos esperam da educação escolar e quais as condições necessárias para atender a tais expectativas individuais e coletivas, comprometidos com a formação humanística e profissional desses sujeitos e coerentes com seus projetos de vida e com suas identidades individuais e coletivas. A busca por currículos adequados e condições institucionais para sua implementação foram centrais para pensar uma nova e necessária escola para jovens e adultos. Nessa perspectiva, a Unidade desenvolveu formações de profissionais da EJA, sobretudo professores(as) e coordenadores(as) pedagógicos(as) para uso da coleção didática Viver, Aprender.

Como perspectiva par ao próximo período, a Unidade continuará seus trabalhos articulados entre pesquisa, formação e incidência política para promoção e fortalecimento das políticas educativas para jovens, adultos e idosos, buscando defender uma formação integral e humanística que respeite as diversidades de gênero, raça, orientação sexual, regionais e culturais e, ao mesmo tempo, promova a superação de desigualdades e a justiça social.

10. Educação de Pessoas Privadas de Liberdade

Atividades e produtos

- Participação no Grupo de Trabalho em Defesa do Direito à Educação nas Prisões (Ação Educativa, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Conectas Direitos Humanos, Geledés – Instituto da Mulher Negra, Instituto Práxis de Direitos Humanos, Instituto Terra Trabalho e Cidadania, Pastoral Carcerária e Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos – SP) que atua pela garantia do direito humano à educação de pessoas encarceradas como parte da luta pelo fortalecimento das políticas de Educação de Jovens e Adultos no país. O Grupo exerceu um papel importante para a aprovação das Diretrizes Nacionais de Educação nas Prisões (Resolução CEB/CNE nº 2/2010) que define as bases para a construção de políticas de educação nas prisões em todo o território nacional.
- Criação do Grupo de Trabalho sobre Medidas Socioeducativas composto por cerca de 10 organizações da sociedade civil, além de militantes sociais, dentre elas Conectas Direitos Humanos, Mães de Maio, Amparar, Conselho Regional de Psicologia, CEDECA Sapopemba, RENADE, Coletivo de Advogados de Direitos Humanos, etc. O objetivo do grupo é atuar de maneira articulada tendo em vista os desafios relacionados à implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).
- Participação na Audiência pública na Defensoria Pública do Estado de São Paulo para que o Governo Estadual apresentasse e discutisse o Plano de Educação nas Prisões. Foram convidados representantes do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), da Universidade, da Defensoria de São Paulo e da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.
- Lançamento durante audiência pública na Defensoria do Boletim O direito à educação nas prisões no estado de São Paulo: dados sobre oferta educacional e a remição da pena pelo estudo elaborado com base na pesquisa realizada em 2014 na Penitenciária Feminina de Santana.
- Nota de Repúdio divulgada nas redes e sites das organizações que compõe o Grupo Educação nas Prisões e protocolada para o Governador, Secretário de Educação, presidência da Alesp e da Comissão de Educação da Alesp em decorrência da ausência da SEE/SP na audiência realizada na Defensoria Pública do Estado de São Paulo.
- Pedido de informação, por meio da LAI para que o Governo do Estado de São Paulo disponibilizasse o Plano Estadual de Educação nas Prisões mesmo que em versão preliminar.
- Grupo Educação nas Prisões contribuiu com Consulta Pública a partir de leitura crítica e coletiva sobre o Plano de Educação do Estado de São Paulo.
- Inclusão da temática da educação nas Prisões em Nota Pública elaborada por diversas entidades, organizações e movimentos sociais com análise da política educacional que o governo de São Paulo pretende implantar no Estado.

- Sustentação dos processos decorrentes da Ação Civil Pública que procura garantir que o Estado de São Paulo assegure o direito à educação de mulheres presas na Penitenciária Feminina de Santana (réplicas, respostas à negativa dos embargos de declaração, audiências, apelação etc.).
- Participação em audiências públicas na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), em que foi discutida e defendida a inclusão de metas e estratégias de Educação nas Prisões no Plano Estadual de Educação de SP (as metas e estratégias incluídas no PEE pelo Fórum Estadual de Educação em articulação com o Grupo Ed nas Prisões, foram retiradas por uma Comissão Especial composta por representantes do governo).
- Continuidade à articulação do Grupo de Trabalho sobre Medidas Socioeducativas para discutir e implementar estratégias de controle social das medidas socioeducativas.
- O Grupo de Trabalho sobre Medidas Socioeducativas em parceria com o CADHU (Coletivo de Advogados de Direitos Humanos) finalizou o Dossiê com análises de casos e orientações sobre como familiares e outras pessoas podem denunciar situações de violação de direitos.
- Casos de violação de direitos foram apresentados para a Rede Nacional de Defesa do Adolescente em Conflito com a Lei - RENADE- com indicações de visitas em algumas Unidades.
- Em outubro, durante visita do Relator da ONU de Combate à Tortura, foram apresentados casos de violação de direitos em Unidades da Fundação Casa do Estado de São Paulo.

Balanço dos resultados e perspectivas

Durante o ano de 2015 permaneceram as dificuldades de interlocução do *Grupo de Trabalho em Defesa do Direito à Educação nas Prisões* com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP) para discutir e acompanhar a Resolução Conjunta SE/SAP n. 1/2013 (firmada entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Administração Penitenciária) que criou o Programa de Educação nas Prisões do Estado.

O Programa instituiu diretrizes curriculares integradas à política de educação de jovens e adultos da Secretaria de Educação do Estado e determinou que as aulas nas prisões paulistas seriam ministradas por professores ligados à Secretaria Estadual de Educação, conforme previsto desde 2010 nas Diretrizes Nacionais para Educação de Jovens e Adultos Privados de Liberdade (Resolução nº 2/2010 do Conselho Nacional de Educação). Uma importante modificação na promoção do direito à educação no âmbito das prisões paulistas que não exclui a necessidade de audiências públicas e canais de interlocução para o controle social e o acompanhamento de como esta resolução está sendo implementada na prática.

Assim, a concretização das diretrizes nacionais de educação nas prisões no estado que concentra a maior população carcerária do país – São Paulo – permanecerá sendo objeto de atuação para que o debate público sobre a forma de construção e de implementação do Plano Estadual se dê de forma mais ampla possível e que, uma vez definido, haja uma instância de controle e monitoramento de suas diretrizes.

Em meados de agosto e início de setembro de 2015 o Plano de Educação nas Prisões do Estado de São Paulo foi disponibilizado para Consulta Pública no site da Secretaria Estadual de Educação. As propostas resultantes do processo da Consulta Pública foram desconsideradas pela Secretaria de Educação e Secretaria de Administração Penitenciária, ou seja, a participação se resumiu a um ritual burocrático e não gerou consequências para a política pública.

Houve continuidade ao acompanhamento da Ação Civil Pública que busca assegurar o direito à educação das mulheres privadas de liberdade na Penitenciária de Santana (zona norte de São Paulo) – o maior complexo penitenciário feminino do País. Com uma população carcerária de aproximadamente 2.700 internas, o presídio não oferece a possibilidade de estudo durante a noite para as presas que trabalham em período integral, além de oferecer apenas 200 (duzentas) vagas diurnas. A medida foi feita em articulação com o *Grupo de Trabalho em Defesa do Direito à Educação nas Prisões*.

Outro resultado positivo foi a continuidade do *Grupo de Trabalho sobre Medidas Socioeducativas* composto por cerca de 10 organizações da sociedade civil, além de militantes sociais, dentre elas Conectas Direitos Humanos, Mães de Maio, Amparar, Conselho Regional de Psicologia, CEDECA Sapopemba, RENADE e Coletivo de Advogados de Direitos Humanos.

O *Grupo* tem atuado de maneira articulada nos desafios relacionados à implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), ao acesso à educação das crianças e adolescentes cumprindo medidas socioeducativas e ao monitoramento das violações sistemáticas de direitos humanos sofridas por esses jovens.

Em parceria com o CADHU (Coletivo de Advogados de Direitos Humanos) o *Grupo de Trabalho sobre Medidas socioeducativas* elaborou um Dossiê com análises de casos e com orientações sobre como familiares e outras pessoas podem denunciar situações de violação de direitos.

Em agosto casos de violação de direitos foram apresentados pelo *Grupo de Trabalho sobre Medidas socioeducativas* para a Rede Nacional de Defesa do Adolescente em Conflito com a Lei - RENADE- com indicações de visitas em algumas Unidades.

Em outubro, durante visita do Relator da ONU de Combate à Tortura, foram apresentados casos de violação de direitos em Unidades da Fundação Casa do Estado de São Paulo. O debate público da proposta de redução da maioridade penal reforça a necessidade do *Grupo de Trabalho sobre Medidas Socioeducativas* atuar junto a outras redes, comissões e fóruns e defender publicamente o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.

11. Ação na Escola

Atividades e produtos

- Publicação do "Almanaque Nepso 2015 – Volume 2", que reúne os projetos de pesquisa educativa de opinião realizados por alunos/as, professores/as, coordenadores/as pedagógicas da educação básica, em escolas públicas brasileiras de SP, RJ, MG, PE, BA, DF, RS e, também, Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru e Portugal.
- Publicação de artigo sobre *"Flexibilidad curricular em la implementación de proyetos de investigación para mejorar el aprendizage de los estudiantes. El caso de Nepso Chile"*.
- Publicação de artigo sobre "The paradoxes of na autonomous student. Forms of appropriation of an educational experience in Buenos Aires Metropolitan Area hish schools".
- Realização da sexta edição do Curso "A*prendizado com pesquisa de opinião: Educação como desenvolvimento local*", em parceria com a FAE/USP, USP LESTE - EACH e DRE Penha: formação na metodologia NEPSO e assessoria na realização de pesquisas educativas de opinião em escolas públicas da zona leste.
- Realização de oito Seminários locais de apresentação dos resultados das Pesquisas Educativas de Opinião, em SP, MG, PE, DF, RS, AR, CL e Portugal.
- Realização do XI Congresso IBOPE/UNESCO da Rede NEPSO na cidade de Louveira/SP, reunindo coordenadores/as e professores/as dos polos.

Balanço dos resultados e perspectivas

A metodologia Nepso, em 2015, foi utilizada como conteúdo de formação inicial e continuada de professores da rede pública, em parceria com secretarias municipais de educação. Foi incluída também em projetos de extensão: na Universidade de Brasília – campus Planaltina-DF, pela USP/EACH, UFMG, UFRPE – campus Garanhuns, Universidade de Caxias do Sul, Universidad de La Frontera (Chile), Universidad de Quilmes (Argentina) e Universidad Catolica do Peru.

Consideramos que essas ações se constituem em experiências promissoras de influência nas políticas públicas de formação docente.

12. Arte Educação no Ensino Formal e Não Formal

Atividades e produtos

- Continuidade do *Projeto Arte na Casa* junto à Fundação Casa, envolvendo uma equipe de 25 arte-educadores, e atendimento de 1200 em 122 turmas, em 12 modalidades artísticas, em 20 unidades da Fundação.
- Estruturação do Poronga – curso para formação de arte-educadores sociais.

Balanço dos resultados e perspectivas

Apesar de um significativo corte no orçamento do convênio com a Fundação Casa, o projeto Arte na Casa manteve um padrão elevado de qualidade nas oficinas oferecidas aos adolescentes cumprindo não só as atividades regulares, mas também atividades de férias e apresentações de espetáculos na Ação Educativa e em outro sespaços cultuais da Cidade. No ano de 2015 confirmamos a perspectiva anunciada no relatório de 2014 segundo a qual teríamos uma maior estabilidade da equipe em função da elevação do valor da hora-aula. De fato essa melhora na remuneração diminuiu a rotatividade de educadores, problema crônico do projeto, garantindo não só um ganho de qualidade mas também uma melhor integação do grupo de educadores. Além disso, houve uma melhora na articulação da Ação Educativa com outras duas instituições parceiras que atuam na Fundação Casa, o Cenpec e o Cedap (Campinas) o que possibilidou algumas formações conjuntas e trocas de experiências sobre o trabalho pedagógico realizado. Por fim, a equipe do Projeto Arte na Casa conseguiu captar recurso para o projeto aprovado em 2014 no Funcad para formação de adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto. Apesar disso, o convênio não foi efetivado sendo adiado para 2016.

Foi bastante significativa a implementação do curso de formação para arte-educadores sociais. Denominado Poronga, este curso de 120 horas teve duas turmas (uma por semestre) de 30 pessoas matriculadas em ada uma sendo concluídas com 48 formandos. Fundado em projeto político-pedagógico que teve a participação dos próprios alunos, o Poronga despertou a atenção de muitos interessados, chegando a somar mais de 300 inscritos para as turmas. Não obstante, a experiência não terá continuidade assegurada em 2016, pois o Instituto C&A, financiador da iniciativa, não pode renovar o apoio. Sem um parceiro dessa envergadura, a continuidade do curso fica comprometida. Todavia, o Poronga tem sido referendado como experiência exemplar de formação de arte-educadores no âmbito de projetos sociais e chamou a atenção do Ministério da Cultura sendo destacado pela recém criada Diretoria de Formação que a elegeu como uma referência. E o Instituto C&A indicou o Poronga para a empresa C&A a fim de que seja a base das atividades formativas do encontro de voluntários da corporação que reunirá em março de 2016 cerca de 300 funcionários. Tais reconhecimentos mantém viva a esperança de que o Poronga possa a vir a encontrar um outro financiador que lhe assegure a continuidade.

13. Cultura de Periferia: qualificação, estética e difusão

Atividades e produtos

- Manutenção da programação do *Espaço Cultural Periferia no Centro* com apresentações de rodas de samba, shows de sambistas, Liga do Funk e o Sarau Bodega do Brasil, além da Mostra de Artes Cênicas Estéticas das Periferias, que teve 18 espetráculos realizados

na Ação Educativa e mais 4 que aconteceram em outros espaços da Cidade dentro do Encontro Estéticas das Periferias. Todas essas atividades regulares e as apresentações exporádicas, atrairiam um públic de cerca de 15 mil pessoas ao Espaço Cultural Periferia no Centro.

- Realização da 12ª edição da exposição comemorativa do Dia do Graffiti no dia 27 de março com exposição e intevenções. A exposição de 2015 homenageou a grafiteira Tikka, expoente da nova geração, líder de vários coletivos de mulheres. Foi a primeira vez que o evento homenageou uma mulher grafiteira.
- Publicação de 11 edições da *Agenda Cultural da Periferia*, somando 110 mil exemplares distribuídos gratuitamente e inauguraçãoi do site www.agendadaperiferia.org.br
- Realização de 48 programas de rádio da *Agenda Cultural da Periferia* na Rádio Heliópolis FM, tansmitido via radiofônica e pela Internet e igual número de quadros apresentados no Progama "Manhã Globo" na Rádio Globo AM sempre as sextas-feiras as 12:45.
- Realização da quinta edição do Encontro Estéticas das Periferias, que teve mais de 100 atividades com destaque para o show de abertura que juntou no palco o grupo de teatro Pombas Urbanas e a Roda de Samba Samba da Vela e o show de encerramento com o grupo Amigas do Samba. No encerrramento, realizado no campo da ONG Capão Cidadão ocorreu também o Festival de Futebol de Rua.

Balanço dos resultados e perspectivas

Durante a vigência do Plano Trienal, a Ação Educativa consolidou sua atuação no campo da cultura de periferia articulando ações na três frentes: a) Agenda Cultural da Periferia (guia impresso, site e programa em rádio comunitária); b) Espaço Cultural Periferia no Centro (rodas de samba, sarau Bodega Bodega do Brasil, Expo Dia do Graffiti e outras exposições, Mostra de Artes Cênicas, Liga do Funk); c) Encontro Estéticas das Periferias. Tais atividades constituem um denso programa voltado ao desenvolvimento artístico e formação de público contribuindo significativamente para alçar a cultura das bordas da metrópole a um patamar de visibilidade importante, embora ainda aquém de sua relevância. A perspectiva que se abre a partir de 2016 tem no horizonde a economia da cultura. O desafio agora é a sustenção dos grupos e seus empreendimentos.

Gestão e Desenvolvimento Institucional

Atividades e produtos

Coordenação Geral

- Para a elaboração do novo Plano Quadrienal da Ação Educativa para o período 2016-2019, foram formadas comissões temáticas que debateram questões estratégicas da conjuntura. Foi também realizado um retiro nos dias 19 e 20 de outubro, do qual participaram 40 membros das equipes, que aprofundaram o debate sobre objetivos e prioridades para o quadriênio. Mais três reuniões de colegiado ampliado nos dias 3 de

agosto, 1 e 29 de setembro foram dedicadas ao debate sobre o novo plano. As diversas contribuições foram sistematizadas pela coordenação, que deverá apresentar o documento para aprovação da Assembleia Geral no primeiro semestre de 2016.

- Manteve-se o diálogo permanente com a Diretoria e realizaram-se duas reuniões ordinárias em 4 de maio e 16 de novembro. Michelle Prazeres e Cleib Aparecida Cupertino (Baby Amorim) foram referendadas como diretoras na Assembleia Geral, realizada em 27 de em maio de 2015, para os cargos de Diretora Secretaria e Diretora Financeira respectivamente.
- A Assembleia Geral Ordinária de 2015 aconteceu em 27 de maio. Além de assuntos estatutários, realizou-se um debate sobre as conexões entre cultura e educação.
- A gestão cotidiana da instituição foi feita pela Coordenação Executiva,que se reuniu 19 vezes durante o ano. A executiva realizou essa gestão pautada pelas orientações do Colegiado de Coordenação, que se reuniu 16 vezes durante o ano para debater assuntos relevantes para a instituição e sugerir encaminhamentos.
- Foram realizadas Reuniões Gerais de Planejamento (24 e 25 de fev.) e Avaliação (08 e 09 de dez.).
- Foram realizados três Colegiados Ampliados para debater o Plano Quadrienal e uma para debater o tema Público e Privado na Educação (13 de abril).
- Realizaram-se reuniões de monitoramento das Unidades de Trabalho em junho.
- A coordenadora geral deu continuidade ao seu mandato da Direção Nacional da Abong, onde se dedicou à construção de um novo marco regulatório para as OSCs. Também mantivemos a participação no PAD.

Setor de Comunicação

- O site institucional atingiu 212.911 sessões e 313.016 visualizações de páginas. Foram publicadas 85 matérias produzidas pela equipe de Comunicação.
- Foram disparados 56 avisos de pauta e atendidos 120 jornalistas durante o ano.
- No Facebook, foram publicados 424 posts, com alcance mensal de 36.696 (quantidade de pessoas que visualizam as publicações), 19.804 pessoas "falando sobre isso" (soma de links, compartilhamentos e comentários) e 11.247 usuários curtindo a página em dezembro de 2015 (em dezembro de 2014 eram 7.820). No Twitter, com perfil integrado ao perfil do Facebook, passou-se de 13.600 seguidores em dezembro de 2014 para 14.600 em dezembro de 2015.
- Foram executados planos de comunicação de três eventos do Projeto Futebol de Rua: Copa América de Futebol de Rua; Lançamento da Rede Paulista de Futebol de Rua e II Encontro de Futebol e Cultura onde se deu a criação da Rede Brasileira de Futebol e Cultural. Foi criado o site da Copa América, com 2.455 acessos entre maio e outubro. No Facebook, foram publicados 45 posts, que receberam 1432 curtidas, 117 compartilhamentos e 80 comentários. No Youtube foram publicados 8 vídeos que tiveram 1361 visualizações. Para o Encontro de Futebol de Rua, foi criado site com ferramenta de mapa georreferenciado com as experiências de práticas solidárias e colaborativas de futebol, levantadas por meio do trabalho de pesquisa da Ação Educativa em parceria com o Museu do Futebol. Entre outubro e dezembro, o site recebeu 1336 acessos. O site também contém uma plataforma de articulação que visa fortalecer a Rede Colaborativa de Futebol e Cultura. Foi ainda produzido um Guia de Experiências, com 5 mil

exemplares distribuídos. O Facebook do II Encontro teve 45 posts, 2005 curtidas, 267 compartilhamentos e 126 comentários.

- Executou-se um plano de comunicação para o evento Estéticas das Periferias. O site criado para divulgação do evento recebeu 3.858 acessos com 6.000 visualizações de página entre agosto e setembro. No Facebook do evento foram publicados 55 posts que tiveram 2037 curtidas, 218 compartilhamentos e 141 comentários. O público potencialmente atingido foi de 76.061 pessoas, com aumento de 377% em relação ao ano anterior (15.930 pessoas). A página recebeu 1.376 curtidas. Conseguiu-se também um bom impacto na mídia, com 24 inserções, sendo duas delas em veículos da imprensa convencional, TV Globo e TV Cultura, com reportagens de grande destaque em programa jornalístico (SPTV), e de entretenimento (Manos e Minas). O Guia de Programação Cultural do jornal Estado de São Paulo também abriu espaço à divulgação do evento. Editou-se ainda um Guia de Programação próprio do evento com tiragem de 10 mil exemplares distribuídos em equipamentos públicos como as Fábricas, Casas de Cultura e Pontos de Cultura, entre outros.
- O evento Dia do Graffiti também teve um site próprio para sua divulgação, obtendo 3.279 acessos no período de maio a outubro.
- O Setor de comunicação foi responsável também pela divulgação e transmissão ao vivo dos seis encontros do Ação em Debate, realizado ao longo do ano. Foram 22 posts no Facebook, com 436 curtidas, 488 compartilhamentos e 31 comentários.
- O Seminário de Educação Popular também mereceu um plano de divulgação, que utilizou posts no Facebook (22 posts, 166 curtidas, 144 compartilhamentos) e produção de vídeo completo e com o resumo do evento, postados no Youtube (3 vídeos, 1099 visualizações).
- O Setor de Comunicação participou ativamente no movimento de resistência à reorganização escolar na rede estadual de educação. Em articulação com a equipe de Juventude, divulgou debates organizados pelos estudantes junto à comunidade escolar. Ao todo, foram alcançadas 264 visualizações nesses vídeos.
- O Setor também apoiou duas iniciativas da Unidade Ação na Justiça, produzindo dois vídeos sobre os encontros sobre Laicidade do Estado, Ensino Religioso e a Lei 10.639/2013. Os dois juntos tiveram 450 visualizações no Youtube.
- Finalmente, o Setor apoiou a Unidade de Jovens e Adultos, assumindo um conjunto de oficinas pedagógicas de produção de vídeos e fotografias com celular, destinada a jovens de São Luis do Maranhão. Com público de 120 jovens e adultos, as oficinas repercutiram na imprensa local, com uma reportagem de três minutos veiculada pela TV Brasil Local e uma exposição no espaço cultural Casa do Maranhão.

<u>Centro de Eventos</u>

- Atendimento a público de 64.907 pessoas
- Locação de salas para clientes gerando uma entrada de R$ 66.270,00 com meta de R$ 75.000,00 mil
- Cessão gratuita de salas e equipamentos a movimentos sociais e culturais de periferia. (Liga do Funk, MST, Fórum Hip Hop, etc...)

- Realização de eventos do Espaço Cultural Periferia no Centro: Rodas de samba duas por mês, encontros semanais da Liga do Funk, Mostra de Artes Cênicas, Sarau Bodega do Brasil e Exposições.

Unidade Editorial

- Foi iniciada a revisão da Coleção Viver, Aprender contendo 10 volumes para jovens e adultos, para nova inscrição no Programa Nacional do Livro Didático em 2016.
- Realizou-se a edição do livro Alfabetismo e Letramento no Brasil: 10 anos do INAF, contendo análises de vários autores acerca dos resultados de 10 anos de pesquisas do indicador de Alfabetismo Funcional.

Setor de Tecnologias da Informação

- Suporte e atualização de rede de 110 computadores e notebooks e 16 impressoras.
- Orientação e apoio às equipes para utilização de softwares.
- Implantação de sistema econômico de carregamento de tinta nas impressoras mais usadas.
- Instalação e configuração do WK RADAR em servidor Windows.
- Transmissão dos Eventos (Streaming).
- Apoio com a criação dos novos sites; Agenda da Periferia, Mundial Futebol de Rua, Rede De Olho Nos Planos.
- Migração para os servidores da Ação Educativa dos sites PJMC e Viver Aprender.
- Viabilização de envio e recebimentos de e-mails por smartphones.
- Ampliação dos sistemas de backup.

Setor Administrativo e Financeiro

- Assessoria às coordenações executiva, de unidades programáticas e projetos na elaboração de orçamentos e relatórios financeiros.
- Início de novas práticas no programa de controle financeiro e contábil WKRadar, com implantação de pagamentos eletrônicos para alguns casos de transferências bancárias.
- Pesquisa e incentivo à manutenção das práticas de reuso, reciclagem e redução no uso de energia elétrica, dos papeis, água, vidros e outros materiais.
- Manutenção contínua e reparos no prédio, rede elétrica, telefonia e rede de dados.
- Controle e administração dos recursos e sua contabilização de acordo com as regras estabelecidas e prestação de contas às instituições doadoras.
- Apoio a estratégias de captação de recursos junto a apoiadores públicos e privados.

Balanço dos resultados e perspectivas

A elaboração de um novo plano plurianual de forma participativa criou oportunidades para que a instituição aprofundasse os referenciais teóricos de sua ação. A busca das conexões entre a educação e a cultura contribuíram para que um melhor alinhamento de nossa intervenção nesses campos, com maior clareza e coerência sobre nossos posicionamentos.

Discussões em torno do conceito de território e da economia da cultura abriram novos horizontes para nossa ação. Destaram-se também os debates em torno da abordagem de raça e gênero e sua interseção com outros marcadores de desigualdades. Através da escuta permanente das demandas colocadas pelos jovens, nosso público prioritário, pudemos perceber a relevância de inserir esses temas com mais centralidade em nossos planos de trabalho.

A elaboração de um novo Plano Quadrienal também ensejou amplo debate sobre a governança institucional, sobre espaços e mecanismo de participação e relações de trabalho. Numa organização que tem como referências fundantes os direitos humanos e a democracia, a necessária combinação entre a dimensão profissional e militante de seus trabalhadores merece permanente atenção. Ao lado das comissões temáticas que se dedicaram às análises de contexto para o Plano Quadrienal, uma comissão dedicou-se à estrutura e funcionamento institucional, propondo novas regras e instâncias, como a Ouvidoria e a Comissão de Relações de Trabalho. No final do ano, a necessidade de realizar cortes de pessoal devido ao termino de alguns financiamentos de projetos evidenciou a importância de manter as equipes conscientes de nossas responsabilidades como organização empregadora. Fruto do envolvimento das equipes na busca de uma maior coerência entre nossos valores e nossas práticas institucionais foi a decisão de suspender a terceirização dos serviços de limpeza, integrando as trabalhadoras desse setor ao nosso quadro de funcionário/as.

Alimentando-se das recomendações da avaliação externa realizada em 2014, as áreas de Comunicação e Tecnologias da Informação revisaram muitas de suas práticas. O principal avanço nesse campo foi a realização de um planejamento dos setores de apoio mais integrado com as unidades programáticas, cujos resultados foram bastante positivos. Neste ano, foi possível coordenar melhor a rotina do Setor de Comunicação com as ações direcionadas à promoção dos eventos, estratégia importante para fortalecer a presença pública da Ação Educativa.

Resultado Financeiro de 2015

A Ação Educativa fechou o ano de 2015 com um déficit financeiro de R$ 628.797,28, o que representou 4,78% de despesas acima das receitas do ano. Este valor foi devido à diminuição de receitas nacionais e internacionais. O déficit foi coberto com recursos do patrimônio social da instituição que em 2014 havia incorporado superávit.

Quadro 1: Apuração do resultado de 2015

Valores em R$

Receitas em 2015	**12.538.599,09**
Despesas em 2015	**13.167.397,37**
Resultado Financeiro de 2015	**-628.798,28**

Em 2015 manteve-se a tendência de crescimento iniciada em 2007, porém houve quase um empate com o ano anterior. As despesas da Ação Educativa cresceram 0,59% em relação a 2014. Foi o menor crescimento deste período. O investimento total nas unidades programáticas e projetos chegou a R$ 13.167.393,37, conforme demonstrado no quadro 2 Evolução de despesas de 1994 a 2015.

Quadro 2: Evolução de Despesas
1994 a 2015

Valores em R$

	Despesa Anual	Crescimento Anual
1994	20.468,08	Fundação
1995	440.453,28	-
1996	728.705,02	65,44%
1997	903.803,26	24,03%
1998	1.139.514,81	26,08%
1999	1.401.359,35	22,98%
2000*	2.048.483,61	46,18%
2001	2.106.114,88	2,81%
2002	3.358.751,71	59,48%
2003	4.986.322,40	48,46%
2004	5.167.433,75	3,63%
2005	4.275.927,31	-17,25%
2006	4.029.360,15	-5,77%
2007	4.515.536,09	12,07%
2008	5.451.756,47	20,73%
2009	5.736.068,58	5,22%
2010	7.028.483,38	22,53%
2011	7.611.368,03	8,29%
2012	7.989.808,83	4,97%
2013	10.017.771,43	25,38%
2014	13.090.451,28	30,67%
2015	13.167.397,37	0,59%

(*) Sem considerar despesas com aquisição e reforma do imóvel no valor de R$ 1.184.942,86. Despesa total em 2000 foi de R$ 3.233.426,47.

Considerando os gastos pela natureza das despesas, destacamos as três rubricas com maior variação percentual de gastos. A rubrica de recursos humanos, aumento de R$ 784.876,65, devido sobretudo a dois fatores. Novas contratações do projeto Jovem Monitor Cultural e aumento de horas dos educadores do projeto Arte na Casa. A rubrica de atividades programáticas, com diminuição de R$ 266.725,38, devido a diminuição de atividades em duas áreas. Diminuição de atividades nos projetos especiais, sobretudo Fórum Social Mundial e menos recursos para as atividades da área da educação. A rubrica de impostos sobre receitas com diminuição de R$ 265.525,81, deveu-se sobretudo por conta da diminuição nos serviços prestações a instituições públicas e privadas. Conforme se pode constatar no quadro 3, que apresenta a variação das despesas entre 2014 e 2015.

Quadro 3: Comparativo de Despesas entre 2014 e 2015

Valores em R$

Despesas por Rubrica	2014	%	2015	%	Variação	Var. (%)
Recursos Humanos	5.228.186,05	39,94%	6.013.062,70	45,67%	784.876,65	15,01%
Atividades Programáticas	6.509.987,48	49,73%	6.243.262,10	47,41%	-266.725,38	-4,10%
Edifícios e Instalações	264.087,09	2,02%	246.348,53	1,87%	-17.738,56	-6,72%
Despesas de Escritório	108.816,34	0,83%	96.004,44	0,73%	-12.811,90	-11,77%
Despesas de Gestão	362.626,30	2,77%	394.724,09	3,00%	32.097,79	8,85%
Despesas Financeiras e Taxas	119.103,34	0,91%	86.746,02	0,66%	-32.357,32	-27,17%
Impostos sobre Receitas	283.330,97	2,16%	17.805,16	0,14%	-265.525,81	-93,72%
Acervo	-	0,00%	-	0,00%	0,00	0,00%
Móveis e Equipamentos	212.799,88	1,63%	59.665,94	0,45%	-153.133,94	-71,96%
Despesas não operacionais	1.513,83	0,00	9.778,39	0,07%	8.264,56	0,01%
Total de Despesas	**13.090.451,28**	**100,00%**	**13.167.397,37**	**100,00%**	**76.946,09**	**0,59%**

A análise da variação das despesas nas áreas programáticas e setores entre 2014 e 2015 mostra-nos variações ocorridas desde 2009. A Área de Cultura, em 2015 aumentou R$ 1.509.613,35, ou 27,04% em relação a 2014. A Área de Juventude aumentou em R$ 88.786,35 ou 11,31%. A área de Educação neste ano diminuiu em R$ 974.484,53 ou 23,14%. A área de Desenvolvimento, Inovação e Relações Internacionais diminuiu em 39,56%, porém parte significativa de suas ações foram executadas dentro dos projetos especiais, no caso o Fórum Social Mundial. A formação cresceu 56,89%, conforme o quadro 4.

A coordenação geral, planejamento, monitoramento e avaliação, bem como a administração, manutenção, infraestrutura e reforma diminuíram em relação ao ano anterior. Parte destas despesas foram pagas como despesas operacionais e administrativas dentro dos projetos, mas aqui apresentamos seus custos conforme a origem da despesa. Neste sentido o custo da coordenação ficou em R$ 18.142,63, ou 5,01% menor do que em 2014. A mesma lógica vale para administração, que ficou em R$ 174.853,61, ou 16,75% menor que em 2014.

Assim como em 2014, a elevação dos investimentos na Área de Cultura se deveu principalmente a cinco fatores em 2015: Agenda da Periferia, realização do Encontro Estéticas das Periferias; Realização do projeto Rede Brasileira de Futebol e Cultura; Renovação do projeto Jovem Monitor Cultural, além da renovação e ampliação do projeto Arte na Casa.

Na Área de Educação alguns projetos concluíram as atividades ou os financiadores deixaram de apoiar o tema: o projeto Indicadores da Qualidade na Educação e os Planos Municipais de Educação, a formação de docentes de EJA em Minas Gerais; Ação na Justiça e o projeto para Desenvolvimento de Conhecimentos Livres.

Na Área de Juventude dois projetos novos: Elaboração de Guia da Juventude de São Paulo e início de um projeto dom Juventude em Sapopemba com o tema da violência.

Na área de projetos especiais, o maior investimento foi a finalização das atividades do projeto Biblioteca Digital do Fórum Social Mundial.

Importante salientar que há formas diferentes de apresentar as despesas da instituição. No quadro 4, Despesas de origem das Áreas, não são consideradas despesas com variação do imobilizado nem despesas financeiras. No quadro 3, Comparativo de Despesas, são apresentadas todas as despesas da instituição, incluindo despesas financeiras e variação do imobilizado, organizadas segundo a natureza da despesa.

Quadro 4 - Comparativo de despesas das áreas e unidades entre 2014 e 2015

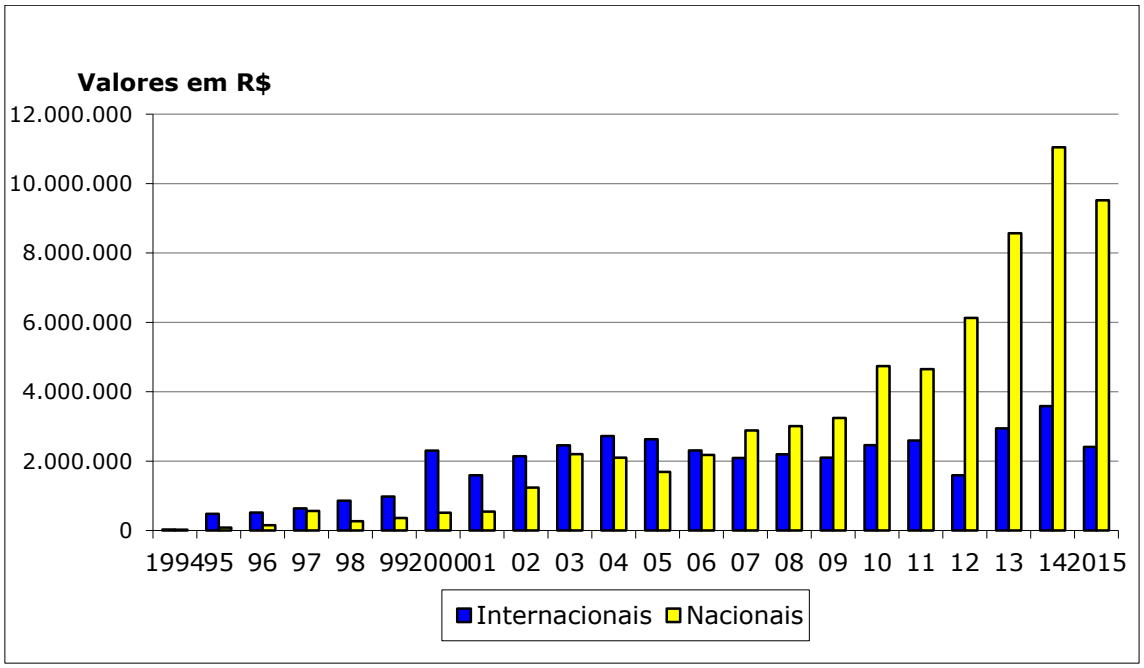
Valores em R$

Area Programática, setores	2014	%	2015	%	Variação	Var. (%)
Área Cultura	5.582.172,90	43,91%	7.091.786,25	54,38%	1.509.613,35	27,04%
Área Educação	4.211.843,02	33,13%	3.237.358,49	24,83%	-974.484,53	-23,14%
Área Juventude	784.839,59	6,17%	873.625,94	6,70%	88.786,35	11,31%
Desenvolvimento, Inovação e Relações Internacionais	227.814,90	1,79%	137.696,33	1,06%	-90.118,57	-39,56%
Educação de pessoas privadas de liberdade	19.463,25	0,15%	27.012,41	0,21%	7.549,16	38,79%
Formação	37.527,17	0,30%	58.877,22	0,45%	21.350,05	56,89%
Coordenação Geral, Planej Monitoramento e Avaliação	362.450,16	2,85%	344.307,53	2,64%	-18.142,63	-5,01%
Administração, Infraestrutura, Manutenção e Reforma(1)	1.043.645,98	8,21%	868.792,37	6,66%	-174.853,61	-16,75%
Projetos Especiais (2)	443.826,83	3,49%	400.985,67	3,07%	-42.841,16	-9,65%
Total dos Despesas	**12.713.583,80**	**100,00%**	**13.040.442,21**	**100,00%**	**326.858,41**	**2,57%**

(1) Em 2014 houve despesas com reforma dos auditórios, salas, compra de moveis
(2) Projetos especiais: Campanha Nacional pelo Direitoa à Educação, Biblioteca Digital do Fórum Social Mundial e Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo do Fórum Social M
Observação. As despesas estão apresentadas conforme suas unidades e setores de origem

O Gráfico 1 ajuda-nos acompanhar a evolução das fontes de financiamento ao longo dos 22 anos da Ação Educativa. Embora tenha diminuído tanto a receita nacional como internacional em 2015, na comparação com 2014, manteve-se a tendência, desde 2007, de maior volume de recursos nacionais do que internacionais. A receita nacional em 2015 subiu para 79,92% do total de recursos da instituição, enquanto em 2014 foi de 75,50%. A receita internacional diminuiu para 20,18% do total das receitas em 2015. Em 2014 figuravam em 24,50%.

Gráfico 1: Evolução das Fontes de Financiamento de 1994 a 2015



O quadro 5 detalha a variação de receitas entre 2014 e 2015, evidenciando como se deu a diminuição de R$ 2.689.992,87, que representou menos 17,66% do que em 2014. Há três fontes que diminuíram mais as receitas em 2015: edição de livros, fundações internacionais e prestação de serviços.

Por outro lado, houve aumento em três fontes: recursos governamentais municipais, recursos governamentais federais e locações.

A variação geral entre receitas de 2014 e 2015 ficou do seguinte modo: a receita nacional ficou menor em R$ 1.525.789,52, e a receita internacional diminuiu em R$ 1.178.013,95. Este cenário reflete duas situações. No âmbito nacional a finalização de um ciclo de compras de material didático, por parte do governo federal o que implicou diminuição de receitas dos direitos autorais e a pouca contratação de prestação de serviços por parte de instituições públicas e privadas. No âmbito internacional encerramento de alguns projetos um para trabalhar como o Desenvolvimento de Conhecimentos Livres, outro para trabalhar com Ação na Justiça, que diminuiu os recursos de Fundações Internacionais.

O que assegurou ainda a realização dos projetos e atividades em 2015 foi a manutenção de estratégias diversificadas de mobilização e captação de recursos sejam eles nacionais ou internacionais. Isto foi possível porque a instituição pode contar com o apoio internacional e recursos próprios para desenvolver as estratégias de captação de recursos.

Quadro 5: Comparativo de Entradas entre 2014 e 2015

Valores em R$

Receitas por Rubrica	2014	%	2015	%	Variação	Var. (%)
Receitas Internacionais	**3.585.087,02**	**23,54%**	**2.407.073,07**	**19,20%**	**-1.178.013,95**	**-32,86%**
Órgãos de Cooperação	1.890.034,57	12,41%	1.586.029,00	12,65%	-304.005,57	-16,08%
Fundações Internacionais	1.130.251,79	7,42%	276.312,03	2,20%	**-853.939,76**	-75,55%
Organismos Internacionais	564.800,66	3,71%	544.732,04	4,34%	-20.068,62	-3,55%
Receitas Nacionais	**11.045.273,60**	**72,53%**	**9.519.484,08**	**75,92%**	**-1.525.789,52**	**-13,81%**
Recursos Governamentais Federais	212.078,37	1,39%	632.885,43	5,05%	420.807,06	198,42%
Recursos Governamentais Estaduais	2.261.369,69	14,85%	2.273.807,48	18,13%	12.437,79	0,55%
Recursos Governamentais Municipais	1.508.040,08	9,90%	3.215.531,99	25,65%	1.707.491,91	113,23%
Empresas Mistas	1.035.498,72	6,80%	679.074,13	5,42%	-356.424,59	-34,42%
Institutos Empresariais	1.821.680,55	11,96%	1.729.222,26	13,79%	-92.458,29	-5,08%
Parcerias c/ ONGs e Associações	22.203,43	0,15%	6.000,00	0,05%	-16.203,43	-72,98%
Prestação de Serviços (*)	993.697,02	6,53%	395.125,57	3,15%	-598.571,45	-60,24%
Direitos Autorais (*)	2.575.310,19	16,91%	325.574,84	2,60%	-2.249.735,35	-87,36%
Patroc./Doações/Filiações/Estoq.	468.902,95	3,08%	62.983,30	0,50%	-405.919,65	-86,57%
Locações	146.492,60	0,96%	199.279,08	1,59%	52.786,48	36,03%
Venda de Publicações (*)	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Receitas Financeiras	**598.231,34**	**3,93%**	**612.041,94**	**4,88%**	**13.810,60**	**2,31%**
Total de Receitas	**15.228.591,96**	**100,00%**	**12.538.599,09**	**100,00%**	**-2.689.992,87**	**-17,66%**

(*) Os valores das receitas são brutos, os respectivos impostos estão computados como despesa em "Impostos sobre Receitas".

A receita institucional em 2015 foi de R$ 1.187.937,94, conforme o quadro 6. Ela é destinada aos custos institucionais e ações estratégicas e inovadoras. Esta receita é composta por quatro fontes. As taxas e despesas administrativas provenientes de 40 projetos, dos 65 realizados em 2015, que destinaram 10% ou percentual menor para custos operacionais e de administração, cujo total foi de R$ 600.100,72. Patrocínios e doações de pessoas físicas e jurídicas atingiram R$ 62.983,30. O recurso proveniente da locação de salas de escritório e

espaços para eventos totalizou R$ 199.279,08. A outra parte da receita institucional, no valor de R$ 325.574,84, proveio do repique das vendas de livros do PNLD – Programa Nacional do Livro Didático, edital que a Ação Educativa venceu em anos anteriores.

Quadro 6 - Receitas institucionais

	Valores em R$	Percentual sobre a receita total
Direitos Autorais sobre edição de livros	325.574,84	2,60%
Taxa administrativa + desp adm paga pelos projeto	600.100,72	4,79%
Patroc./Doações/Filiações/Estoq.	62.983,30	0,50%
Locações	199.279,08	1,59%
Total de recursos institucionais (*)	**1.187.937,94**	**9,47%**

(*) Recursos que são parte da receita anual no valor de R$ 12.538.599,09

Corpo Diretivo e Pessoal

Diretoria

Maria Machado Malta Campos
Michelle Prazeres
Baby Amorim

Assessoria da Diretoria
Claudia Lemos Vóvio
Petronilha Beatriz Gonçalvez e Silva
Maria Carla Cocorrochano

Conselho Fiscal

Marta Elizabete Vieira Santana
Tomás Carmona
Waldemir Bargieri

Sócios Estatutários

Adriana Barbosa
Adriano Jose Lima de Jesus
Ana Lúcia Silva Souza
Ana Paula de Oliveira Corti
Antônio Eleilson Leite
Aparecida Suely Carneiro
Aparecida Neri de Souza
Atiely Santos
Baby Amorim
Camila Croso Silva
Cláudia Lemos Vóvio
Celso de Rui Beisiegel
Cristina Meirelles
Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi
Denise Careira
Deusira Souza Barauna Cremaschi
Eliane Ribeiro Andrade
Elie George Guimarães Ghanem Junior
Fernanda Campagnucci Pereira
Hamilton Farias
Helena Wendel Abramo
Heloisa Helena de Souza Martins
Ismar de Oliveira Soares
José Marcelino de Rezende Pinto
Luiz Antônio Barata
Luiz Eduardo Wanderley
Lucia Cassab Nader
Luciana César Guimarães
Luciana Martinelli
Marcos José Pereira da Silva

Mariângela Graciano
Maria Carla Corrochano
Maria Clara Di Pierro
Maria Cláudia Vieira Fernandes
Maria Virgínia de Freitas
Maria Machado Malta Campos
Marilia Pontes Sposito
Marta Kohl de Oliveira
Marilse Terezinha de Araujo
Michelle Prazeres
Milton Alves Santos
Orlando Joia
Petronilha Gonçalves e Silva
Raquel Souza dos Santos
Regina Célia de Oliveira Costa
Regina Miyeko Oshiro
Regina Soares Jurkiewicz
Renato Souza de Almeida
Renato Márcio Nascimento
Roberto Catelli Junior
Salomão Barros Ximenes
Sérgio Haddad
Vera Masagão Ribeiro
Vicente Rodriguez
Waldemir Bargieri

Coordenação Executiva

Vera Masagão Ribeiro – Coordenadora Geral
Maria Virgínia de Freitas – Coordenadora da Área de Juventude
Antonio Eleilson Leite – Coordenador da Área de Cultura
Denise Carreira – Coordenadora da Área de Educação
Marcos José Pereira da Silva – Coordenador Administrativo Financeiro

Unidades Programáticas

1. Diversidade, Raça e Participação

Denise Carreira Soares – Coordenadora
Ananda Grinkraut - Assessora
Jaqueline Santos – Assessora
Cláudia Bandeira – Assessora
Maria Falcão - Assessora
Gabriel Maia Salgado – Jornalista
Flavia Lima – Apoio Técnico – até maio/15
Vagner dos Santos – Apoio Técnico – desde de junho/15
Fernando Araújo - Jornalista
Ana Lúcia Silva Souza – Consultora

Suelaine Carneiro – Consultora

2. Jovens na Política e Políticas de Juventude

Maria Virgínia de Freitas - Coordenadora
Gabriel Di Pierro Siqueira – Assessor
Bárbara Lopes – Assessora
Márcio Macedo – Assessor
Raquel Luanda – Assessora
Louise Marinho – Estagiária
Andreza Davidian – Pesquisadora de campo – (março a maio)
Fernanda Blandino – Pesquisadora de campo – (março a maio)
Janaína Alexandra dos Santos Souza – Jovem Aprendiz

3. POEMA – Políticas, Estéticas, Mobilização e Articulação

Flavia Landgraf – Assessora
Carolina Moraes – Assessora
Isabel Caldas – Coordenadora de Articulação
Aline Ramos Souza – Assessora de Comunicação
Ligia Cavalheiro Freire – Assistente – até jan./15
Sara Santos – Assistente – até fev./15
Natasha Alves – Assistente
Adilson Magno de Faria – Agente de Formação Prática
Aline Araujo de Carvalho – Agente de Formação Prática
Ana Paula Santos Carlos – Agente de Formação Prática
Dayane K.F. Silva - Agente de Formação Prática – até out./15
Eynard Ribeiro - Agente de Formação Prática
Gabriela Luzzi - Agente de Formação Prática
Mel Duarte – Agente de Formação Prática
Thiago Vaz - Agente de Formação Prática
Estela Damato - Auxiliar
Marcel Coronato - Auxiliar
Fernando Lopes – Assistente
Iolanda Barros – Assistente – até julho/15
Melissa S. Gonçalves – Assistente de Produção

4. Educação em Diretos Humanos e Cidadania

Sérgio Haddad – Coordenador
Milena Santos Salles Varallo – Assistente de Pesquisa

5. Observatório da Educação

Gustavo Paiva – Coordenador
Gabriel Maia Salgado – Jornalista – até agosto/14
Andressa Pellanda – Jornalista

6. Ação na Justiça

Ester Gammardella Rizzi – Assessora – até agosto/15
Allyne Andrade – Assessora – até dez./15

Juliana Martins – Estagiária – até nov./15

7. Educação, Desenvolvimento e Relações Internacionais

Sergio Haddad – Coordenador
Filomena Siqueira e Silva – Assessora
Janaína Yuri – Assessora
Francisco Souza - Assessor
Marcelo Alves Leandro – Estagiário
Victor Augusto – Estagiário
Gabriela Pozzoli – Estagiária
Jennifer Quinalha – Estagiaria - até out./15

8. Trajetórias Juvenis: Educação e Inserção no Mundo do Trabalho

Raquel Souza dos Santos – Coordenadora – até abril/15
Gabriel Di Pierro – Coordenador desde maio/15
Bárbara Lopes – Assessora
Bianca Boggiani Cruz – Assessora
Luis Serrao - Assessor
Natália Lago – Assessora – até junho/15
Raquel Luanda – Estagiária
Thais Santos – Estagiária

9. Educação Escolar de Jovens e Adultos

Roberto Catelli Jr.– Coordenador
Luis Felipe Serrao – Assessor
Ednéia Gonçalves - Assessora
Michele Escoura – Assessora
Andrea Lunkes Conrado – Assessora
Luiz Henrique Magnani Xavier de Lima – Assessor – até fev. /15
Leonardo L. de Souza Matos – Estagiário

10. Educação de Pessoas Privadas de Liberdade

Ednéia Gonçalves - Assessora
Claudia Bandeira - Assessora
Fernanda Nascimento – Assessora

11. Ação na Escola

Projeto Nossa Escola Pesquisa sua Opinião

Marilse Teresinha de Araújo – Coordenadora
Thais Bernardes Nogueira – Assessora
Renato Márcio do Nascimento – Assessor
Leila Márcia Andrade de Oliveira - Assessora
Maria Gorete – Estagiária
Roberta Fabline - Estagiaria

12. Arte Educação no ensino formal e não formal

Bergman de Paula Pereira - Coordenadora de área Projeto Arte na Casa
Marcos Rodolfo da Silva Gama – Coordenador de área Projeto Arte na Casa
Gal Souza - Coordenadora de área Projeto Arte na Casa
Fernanda Ribeiro do Nascimento – Coordenadora de área Projeto Arte na Casa
Márcia Felipe de Lima - Analista de Recursos Humanos
Marcelo Amaro de Souza – Assistente Administrativo e Financeiro
Bianca Jorge Rapini – Auxiliar Administrativo e Financeiro
Eliabe Gomes de Souza – Auxiliar de Pesquisa

Arte Educadores
Aldo Eleandro S Dias
Ana Maria da Silva
Bruno Marques Lins
Claudio Guimarães de Lima – até março/15
Clayton Caitano Garcia – até março/15
Cristiane Bernardino Dias
Eduardo Carriel
Ewerton Mauricio
Fabio David Parise – até fev./15
Jefferson Baptista dos Santos
José Geraldo da Silva
Julia Indira Peixoto
Lindomar R. de Faria – até abril/15
Luana Thalita de Souza
Marcelo dos Santos Souza
Marco Antonio da Silva
Marcos Rodolfo S. Gamba
Micaela Carolina Cyrino
Patrícia Ap. Marinho Valentim
Patrícia Candido - até outubro/15
Pedro Miguel
Pedro Luis Diniz Silva Ferreira– até nov./15
Raimundo Postigo de Carvalho – até março/15
Robson Francisco
Robson Mendes Oliveira Morais
Tatiana Botelho de Andrade
Thais Cristine Prado Martins– até out./15
Victor Luiz da Silva Santos
Washington Ferreira de Souza – até abril/15
Wender F.B. Moura

13. Cultura de Periferia: qualificação, estética e difusão

Eleilson Leite – Coordenador
Elizandra Sousa– Assessora

Gestão e Desenvolvimento Institucional

Coordenação Executiva

Vera Masagão Ribeiro – Coordenadora Geral
Maria Virgínia de Freitas – Coordenadora da Área de Juventude
Antonio Eleilson Leite – Coordenador da Área de Cultura
Denise Carreira – Coordenadora da Área de Educação
Marcos José Pereira da Silva – Coordenador Administrativo Financeiro

Secretaria da Coordenação Executiva

Regina Costa

Unidades de Suporte

1. Administração e Finanças e Infraestrutura

Marcos José Pereira da Silva – Coordenador administrativo e financeiro
Karoline Raquel de Aquino Matos - Supervisão administrativo e financeiro
Renata Tavares Fernandes – Assistente Administrativo e Financeiro
Monica Gomes de Oliveira – Assistente Administrativo e Financeiro
Cirto Lino dos Santos – Assistente Administrativo
Alice Sega – Assistente Administrativo – até abril/15
Bianca Rapini - Assistente Administrativo – até maio/15
Camila Menezes – Assistente Administrativo e Financeiro
Rogério Pereira dos Santos - Assistente Administrativo e Financeiro
Laylla Mariano – Auxiliar Administrativo
Isaias Fraga de Souza - Auxiliar Administrativo
Levi Oliveira – Estagiário – até out./15
Fernando Santos Lira – Estagiário
Deusira Sousa Baraúna Cremaschi – Recepcionista
Macildo Pedro da Silva - Zelador
Francisco Moreira de Souza – Porteiro
Cleonice M. Silva – Auxiliar de Serviços Gerais
Ednailde S. de Jesus – Auxiliar de Serviços Gerais
Jenilda R. Bispo – Auxiliar de Serviços Gerais
Maria Cicera F. Costa - Auxiliar de Serviços Gerais

2. Comunicação Institucional

Juliane Cintra - Coordenadora
Gledson Bellei Neix – Webdesign
Denise Eloy – Jornalista
Lucas Yohan – Jovem Aprendiz

3. Editorial

Roberto Catelli Jr.– Coordenador
Rita Cruz – Assistente

4. Tecnologia da Informação

Waldirey Pires de Matos Junior – Analista de Suporte
Felipe Santos de Melo – Jovem Aprendiz
Mario Sérgio de Thomaz – Consultor

5. Centro de Eventos

Edson Aparecido de Lima – Assistente de Produção
Julio Witer - Estagiário

Apoios

AGÊNCIAS INTERNACIONAIS DE COOPERAÇÃO

UNICEF
EED/ Pão Para o Mundo
NCA Norwegian Church Aid
OXFAM Brasil
ACTIONAID
Fundação Avina
Fundação Open Society
Fundação Ford
TDH Terre des Hommes Alemanha
Grassroots Foundation
Wikimedia Foundation
CCFD França

RECEITAS NACIONAIS

AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

Petrobrás S/A
Fundação Casa
Secretaria de Direitos Humanos - SDH
Secretaria Municipal de Cultura - CCJ
PRONAC
Secretaria de Políticas para Mulheres
Ministério da Justiça
Governo do Estado do Ceará

AGÊNCIAS E ORG. PRIVADAS

Instituto C&A
Instituto Paulo Montenegro
Instituto IBI
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
ABONG
Associação Artigo 19 Brasil
Fundação Roberto Marinho
Instituto Unibanco
Fundação Carlos Chagas
Fundações e Instituições
Fundação Vale
Instituto Campanha Nacional pelo Direito à Educação
Heinrich Boll Stiftung
Fundação Via Varejo

Anexos

I - Detalhamento financeiro das receitas e despesas do projeto Arte na Casa, convênios: 004-2014 e 080/2015 e demais projetos e atividades da área da Cultura.

Recursos Recebidos em 2015 e despesas por financiador para realização das atividades da área da Cultura

1 – Demonstração financeira dos Recursos Públicos: Fundação Casa: Projeto "Arte na casa": convênios: 004/2014 e 080/2015 (processo 3180-14), valores em R$

Saldos bancários em 31 de dezembro de 2014	Receitas transferidas pela Fundação Casa em 2015	Rendimentos Líquidos de Aplicações Financeiras 2015	Despesas de 2014 (recursos humanos mais despesas diretas e indiretas), pagas em 2015	Despesas no ano de 2015, recursos humanos mais despesas diretas e indiretas	Despesas contabiliza-das em 2015, a pagar nos exercícios seguintes	Saldos bancários em 31 de dezembro de 2015
327.870,94	2.454.074,94	29.843,33	- 18.899,16	- 2.241.165,45	- 45.049,27	551.724,60

Contrapartida AE: Projeto "Arte na casa": convênio 004/2014 (processo 3180-14)

Receitas 2015	Despesas 2015	Saldo 2015
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

2 - Demais projetos da área da Cultura e suas fontes de recursos

Agenda Cultural da Periferia; Seminário: "Estéticas das Periferias"; Dia do Grafite; Centro de Formação C&A; Estéticas Via Varejo; Futebol e Cultura, TDH Polos, Pronac, Rede Brasileira de Futebol - Petrobrás, Rede Brasileira de Futebol TdH - Terre Des Hommes

Financiador/projeto	Receitas 2015	Despesas 2015	Saldo final em 2015
Atividades de Cultura	64.917,61	64.917,61	0,00
C&A Memória de Arte-Educadores	6.803,00	6.803,00	0,00
Estéticas	0,00	4.847,05	-4.847,05
CCJ - Jovem Monitor Cultural 2014-2015	2.273.828,64	2.266.695,61	7.133,03
CCJ - Jovem Monitor Cultural 2015-2016	910.554,54	922.429,31	-11.874,77
Petrobras - Futebol	0,00	39.020,79	-39.020,79
Centro de Formação C&A	158.823,34	158.823,34	0,00
TDH Polos	50.343,02	50.343,03	-0,01
PRONAC 14 9639	365.476,30	365.476,30	0,00
Rede Brasileira de Futebol - Petrobras	279.099,50	279.099,51	-0,01
Rede Brasileira de Futebol - TDH	96.245,75	96.245,75	0,00
Estéticas - Via Varejo.	50.000,00	50.000,00	0,00
EFC - Articulações	32.548,00	46.721,91	-14.173,91
Encontro Futebol.	29.173,20	29.173,20	0,00
Rede Paulista de Futebol - SMDHC	49.667,73	49.667,73	0,00
Encontro Futebol e Cultura	61.100,00	61.100,00	0,00

II - Listagem de atividades

Assessorias

A escolas públicas ou comunidades escolares

Organização	Resultados no ano
55 escolas públicas (ensino fundamental e médio e unidades de educação infantil)	27 unidades de educação infantil de Santos/SP, 02 escolas de ensino fundamental da Zona Leste de São Paulo, 15 unidades de educação infantil e de ensino fundamental da Diretoria Regional de Ensino do Butantã/SP e 11 escolas de ensino médio aderiram ao processo de uso e de discussão dos Indicadores da Qualidade na Educação (Ensino Fundamental, Educação Infantil, Relações Raciais e Ensino Médio).
14 escolas públicas, sendo seis da EJA do município de Santo André, e oito de ensino médio da cidade de São Paulo.	Cerca de 1500 jovens participaram das Oficinas Tô No Rumo: Jovens e Escolha Profissional, com duração média de 20 horas, onde puderam acessar informações e conhecimentos úteis para o delineamento de seus projetos de continuidade dos estudos e inserção profissional.

A órgãos da administração pública

Organização	Resultados no ano
Ministério da Educação - MEC	Impressão e distribuição nacional de 42 mil kits da Coleção De Olho nos Planos para os municípios do país.
Diretoria Regional do Butantã, São Paulo	15 unidades de educação infantil e de ensino fundamental da Diretoria Regional de Ensino do Butantã/SP participaram de *Curso Indicadores da Qualidade na Educação - Relações Raciais*
Secretaria Municipal de Educação de Santos/SP	Finalização do processo de utilização dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil por 27 unidades da rede de Santos/SP. Esse processo subsidiou a revisão de *Proposta Metodológica de uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil na política de avaliação na/da educação infantil*
Secretaria Municipal de Educação de Gramado/SC	Oficina em Gramado/SC com 60 profissionais da educação sobre a Iniciativa De Olho nos Planos e o uso dos Indicadores da Qualidade na Educação na construção e revisão participativas dos Planos de Educação.
Conselho Nacional do Ministério Público	Finalizado o Guia "O MINISTÉRIO PÚBLICO E A IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO – Contribuições para a implementação da LDB alterada pela Lei 10.639/2003", em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público, Defesa dos Direitos. O instrumento orienta o sistema de justiça a utilizar também os Indicadores da Qualidade na Educação-Relações Raciais na escola como instrumento de avaliação da implementação da lei 10.639/03 pelas Secretarias de Educação. Lançamento previsto para o primeiro semestre de 2016.
Defensoria Pública do Estado de São Paulo	Proposição de protocolo para atuação da Defensoria em casos de racismo e intolerância religiosa na escola.
Conselho Tutelar	Proposição de protocolo para atuação dos Conselheiros Tutelares em casos de racismo e intolerância religiosa na escola.

A ONGs, OSCs, instituições de ensino superior

Organização	Resultados no ano
Universidade Federal de Tocantins – Campus de Tocantinópolis	Realização de oficina de 8 horas sobre os Indicadores Qualidade da Educação – Relações Raciais no Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares da África e dos Afro-Brasileiros
Fundação Amazonas Sustentável	Oficina em Manaus com participação de 102 profissionais sobre a Iniciativa De Olho nos Planos e o uso dos Indicadores da Qualidade na Educação na construção e revisão participativas dos Planos de Educação.

Instituto Ayrton Senna	Revisão e análise dos fundamentos e métodos de avaliação do Programa Fórmula da Vitória em Língua Portuguesa. Trata-se de uma análise externa do processo de avaliação do Programa Fórmula da Vitória, que atende crianças do 6º ano do EF, na área de Língua Portuguesa.

A articulações intersetoriais

Organização	**Resultados no ano**
Coletivo Tranças das Diversidades na Educação	O Coletivo atuou com o objetivo de fortalecer alianças políticas entre movimentos sociais, redes e organizações da sociedade civil e universidades em prol do direito à educação em gênero, sexualidade e relações raciais na educação pública. Compõe o Coletivo a Ação Educativa, Apeoesp – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - (ABGLT), Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), Centro Paranaense da Cidadania – CEPAC, Comissão Articuladora dos Professores Indígenas do Estado do Amazonas, Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Corsa – Cidadania, orgulho, respeito, solidariedade e amor, Ecos – Comunicação em Sexualidade, REGES (Rede de Educação, Gênero e Sexualidade), Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (PA), Fórum Baiano de Educação Infantil, Fórum EJA/MG, o Fórum EJA/SP, Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-racial de Santarém (PA), Fórum Permanente de Educação Inclusiva, Geledés – Instituto da Mulher Negra, Grupo de Estudos Culturais e Afro-brasileiros – GECAB/FAETEC(RJ), Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental da UFSCar (GEPEA/SC), Instituto 5 Elementos – Educação para a Sustentabilidade, Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual – IBDSEX, Liga Brasileira de Lésbicas, MST – Movimento dos Sem Terra, Oca – Laboratório de Educação e Política Ambiental da ESALQ/USP, Pré-Vestibular para Negros e Carentes – PVNC (RJ), REBEA – Rede Brasileira de Educação Ambiental, RUPEA - Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental, REABA - Rede de Educação Ambiental da Bahia, RECEA - Rede Capixaba de EA, REBECA - Rede Brasileira de Educomunicação Socioambiental, REPEA - Rede Paulista de Educação Ambiental, Rede Proseando Educação Ambiental, Rede de Educação Ambiental da Baixada de Jacarepaguá, Rede IIDEA, Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Francisco Morato (Coletivo de Gênero) e Soweto Organização Negra.
Comissão de Acompanhamento - Santos	Articulação da Comissão de Acompanhamento da proposta de uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil no município de Santos/SP. Essa Comissão é composta pela Seção de Educação Infantil da SEDUC, Supervisão Escolar, Grupo de Fortalecimento dos Conselhos Escolares de Santos, Fórum de Educação da Educação Infantil da Baixada Santista e Unidades Conveniadas.
Grupo Técnico Indicadores da Qualidade na Educação- Ensino Médio	Articulação das organizações para construção dos Indicadores da Qualidade na Educação – Ensino Médio: Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT); Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Central Única dos Trabalhadores (CUT); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Conselho Nacional de Juventude (Conjuve); Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); Ensino Médio Pesquisa; Fórum Nacional da Juventude Negra (Fonajune); Fórum Nacional de Educação Inclusiva; Fundação Carlos Chagas; Instituto Unibanco; Instituto Universidade Popular (Unipop); Marcha Mundial das Mulheres; Observatório da Juventude (UFMG); Observatório Jovem (UFF); Rede de Jovens Indígenas (Rejuind); União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES); União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (Uneafro); Viração Educomunicação.

Grupo Técnico Indicadores da Qualidade na Educação Infantil	Envolvimento de 18 organizações, instituições, universidades e movimentos nas discussões sobre as contribuições dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil para as políticas públicas de educação (MEC, UNICEF, UNDIME, UNCME, Faculdade de Educação da USP São Paulo e USP Ribeirão Preto, Universidade Federal do Paraná, de MG e AL, MIEB, Instituto Avisa Lá, Cenpec, Todos pela Educação, Fundação Carlos Chagas, Fundação Victor Civita, GT de Educação Infantil da ANPED, Fórum Paulista EI e Instituto Avante).
Grupo Educação nas Prisões	Articulação com o objetivo de monitorar a política de educação de jovens e adultos no sistema prisional paulista. Compõe o Grupo a Ação Educativa, Conectas Direitos Humanos, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Instituto Práxis de Direitos Humanos, Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, Pastoral Carcerária e Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos.
Grupo de Trabalho e articulação sobre Medidas Socioeducativas.	Composto por cerca de 10 organizações da sociedade civil, além de militantes sociais, dentre elas Conectas Direitos Humanos, Mães de Maio, Amparar, Conselho Regional de Psicologia, CEDECA Sapopemba, RENADE, Coletivo de Advogados de Direitos Humanos, etc. A Ação Educativa tem sido articuladora da rede e prestado assessoria, em especial, no que tange ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.
Comitê de Parceiros da Iniciativa De Olho nos Planos	A Iniciativa visa mobilizar atores para participação social na construção e monitoramento dos Planos de Educação. O Comitê é composto por representantes do UNICEF; UNDIME; UNCME; Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Fundação Carlos Chagas, Instituto C&A e Ação Educativa (SINASE).
Grupo de Coordenação da Coleção Educação e Relações Raciais	Grupo que atua nacionalmente pela implementação da Lei 10.639. Composto pela Ação Educativa, ONG Se essa rua fosse minha (RJ); Instituto de Formação (MA); SEPPIR (DF); Instituto AMM Psique & Negritude (SP); CEAFRO/UFBA (BA); UFMG (MG) e Geledés - Instituto da Mulher Negra (SP).
Articulação Justiça e Direitos Humanos - JusDH	Rede nacional composta por 20 entidades e organizações de assessoria jurídica e movimentos sociais que lidam com ações judiciais em diversos temas de direitos humanos. A Ação Educativa é parte do Comitê de Coordenação.
Articulação Educação e Laicidade;	Articulação interinstitucional e acompanhamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4439, sobre ensino religioso nas escolas públicas brasileiras.
Grupo de Trabalho de Educação Infantil em São Paulo - GTIEI	Formalizado o inédito Comitê de Assessoramento à Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJSP, com participação de 14 entidades públicas e organizações da sociedade civil, para acompanhamento da execução do plano judicial de expansão apresentado em 2014.
Movimento Creche para Todos	Articulação interinstitucional e acompanhamento de diversas ações judiciais propostas em anos anteriores em nome de uma série de organizações que compõem o movimento: Instituto Padre Josimo. Centro de Educação Popular e Direitos Humanos de Campo Limpo (CDHEP), Instituto Lidas, Associação de Moradores da Vila Clara. Contato com famílias e andamento em seus pedidos judiciais de indenização por descumprimento de decisões judiciais.
Comitê de Assessoramento à Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJSP	Com a participação de 14 entidades públicas e organizações da sociedade civil, para acompanhamento da execução do plano judicial de expansão da educação infantil apresentado pelo Município de São paulo em 2014.

Outros

Organização	Resultados no ano
Grupo de Coordenação dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil	Grupo de coordenação (MEC, UNICEF, UNDIME e Ação Educativa) para discussão da proposta metodológica de uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil na política de avaliação da/na educação infantil e de seu acompanhamento em um município paulista.
Grupo de Coordenação dos Indicadores da Qualidade na Educação – Ensino Médio	Grupo de coordenação (Ação Educativa, Unicef, MEC, INEP e Secretaria Nacional de Juventude-SNJ) para construção dos Indicadores da Qualidade na Educação-Ensino Médio.

Atividades de Formação

Dirigidas a jovens

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total horas	Total participantes	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
Fundação Casa	84	12.096	13.237	Jan – Dez	Promoção de oficinas artísticas para adolescentes e jovens que cumprem medida socioeducativa de internação em 20 unidades da Fundação Casa. Áreas e modalidades trabalhadas: Artes do Corpo: Capoeira, Dança de Rua e Danças; Artes da Palavra: Literatura, Fanzine e Rap; Artes Visuais: Desenho e Pintura, Graffiti, Escultura, Fotografia e Cinema; Artes Cênicas: Teatro do Oprimido e Jogos teatrais; Artes do Som: Percussão.
PROGRAMA JOVEM MONITOR CULTURAL - Projeto: Formação em Cultura e Juventudes	1	120	126	Jan – Dez	Promoção de formação geral em gestão cultural para jovens participantes da política da Secretaria Municipal de Cultura Jovem Monitor Cultural atuantes no Centro Cultural da Juventude, Bibliotecas Municipais, Arquivo Histórico e equipamentos do Museu da Cidade. Realizadas sempre ás segundas feiras, das 10h às 17h, as formações abordaram temas fundamentais para a inserção e reflexão crítica sobre o campo da cultura, tais como: teoria da cultura, políticas culturais, cultura e cidade, juventude, arte-educação, programação e produção, comunicação.

PROGRAMA JOVEM MONITOR CULTURAL - Projeto: Formação em Cultura e Juventudes	1	106	38	Jan – Dez	Promoção de formação específica para os jovens em atuação no Centro Cultural da Juventude pelo Programa Jovem Monitor Cultural. Realizadas sempre ás segundas feiras, das 10h às 17h, as formações abordaram temas fundamentais para a atuação em centros culturais, tais como: noções de gestão pública, programação cultural, mediação cultural, especificidades do público infanto-juvenil, infra-estrutura para realização de eventos culturais, elaboração de projetos culturais, oficinas de linguagens.
PROGRAMA JOVEM MONITOR CULTURAL - Projeto: Formação em Cultura e Juventudes	1	120	53	Jan – Dez	Promoção de formação específica para os jovens em atuação em 37 bibliotecas públicas municipais pelo Programa Jovem Monitor Cultural. Realizadas sempre ás segundas feiras, das 10h às 17h, as formações abordaram temas fundamentais para a atuação em bibliotecas públicas, tais como: noções de gestão pública, mediação de leitura e o papel do mediador, comunicação, elaboração de projetos culturais, biblioteca como espaço comunitá-rio e cultural, diagnósticos sobre a situação do livro e da leitura no Brasil.
PROGRAMA JOVEM MONITOR CULTURAL - Projeto: Formação em Cultura e Juventudes	1	102	35	Jan – Dez	Promoção de formação específica para os jovens em atuação no Arquivo Histórico Municipal e equipamentos do Museu da Cidade pelo Programa Jovem Monitor Cultural. Realizadas sempre ás segundas feiras, das 10h às 17h, as formações abordaram temas fundamentais para a atuação arquivos públicos e equipamentos de patrimônio, tais como: noções de gestão pública, introdução à museologia e arquivo histórico, mediação e atendimento museal, comunicação, elaboração de projetos, memória da cidade, formação e ética do arquivista.
Instituto Pólis - Programa Jovem Monitor Cultural	1	4	50	9 de fevereiro	Formação sobre o Estatuto da Juventude
Céu Butantã		4	40	30 de maio	Evento com estudantes da região do Butantã acerca da educação e redução da maioridade penal, com a apresentação das propostas discutidas no Congresso

Ação Educativa	1	340	20	Mai – Dez	Projeto Jovens Agentes Pelo Direito à Educação Fortalece a atuação de moças e rapazes como agentes mobilizadores em torno da defesa do direito à educação em escolas públicas da Zona Leste de São Paulo. A formação discute direito à educação, qualidade no ensino público, continuidade dos estudos e acesso ao ensino superior, trajetórias juvenis, desigualdades econômicas de raça e de gênero.
Ação Educativa/Edital Juventude Viva	1	48h	21	Jun – Nov	Foram realizados seis encontros formativos para/com os mediadores/as dos polos de futebol de rua. Os eixos trabalhados: Comunicação (Direitos Humanos e Direito da Comunicação), Pedagogia do Esporte (Jogando para aprender e refletindo para compreender o jogo), Relações de Gênero (entre diferenças e desigualdades), Mediação Esportiva (sobre mediação esportiva: dinâmica, conceito, metodologia do futebol callejero e reflexão dos polos de futebol de rua), Elaboração de Projetos (conceito, caminhos e concepções) e Avaliação do Processo.
Ação Educativa	1	120	10	Set – Dez	Projeto Segura Essa Ideia Realiza formação e intervenção a partir do problema da violência contra jovens, com foco na região de São Mateus e Sapopemba. Durante o período foram abordados: a) juventude; b) relações raciais; c) gênero; d) sexualidade; e) direitos humanos.
Ação Educativa e 14 escolas (seis da EJA do município de Santo André, e oito de ensino médio da cidade de São Paulo)	47	20	1500	Abr – Dez	As oficinas Tô no Rumo: jovens e escolha profissional foram realizadas em 19 escolas públicas, oferecendo aos jovens informações e conhecimentos úteis para o delineamento de seus projetos de continuidade dos estudos e inserção profissional.
Secretaria Municipal de Educação de São Luís (MA)	06	24	88	Ago – Dez	Rodas de leituras com autores de livros selecionados e estudantes da rede municipal.
Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo (MG)	01	4	110	Ago – Dez	Rodas de leituras com autores de livros selecionados e estudantes da rede municipal.
Secretaria Municipal de Educação de Canaã dos Carajás (PA)	02	8	333	Ago – Dez	Rodas de leituras com autores de livros selecionados e estudantes da rede municipal.

Secretaria Municipal de Educação de Itabira (MG)	02	8	90	Ago – Dez	Rodas de leituras com autores de livros selecionados e estudantes da rede municipal.
Secretaria Municipal de Educação de São Luís (MA)	3	24	91	Ago – Set	Oficina de produção de vídeos e fotografia com estudantes da EJA da rede municipal.

Dirigidas a educadores (professores, equipes técnicas, alfabetizadores comunitários etc.)

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total horas	Total participantes	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
Ação Educativa / Fundação Casa	1	144	20	Jan – Dez	Formação destinada aos arte-educadores do projeto Arte na Casa. Os temas abordados são desenvolvidos à luz dos direitos humanos, práticas e conceitos artísticos, medida socioeducativa, ECA – Estatuto da Criança e Adolescente e Sinase – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Além de temas relacionados a Arte, estética e arte educação.
Secretaria Municipal de Educação de Canaã dos Carajás (PA)	01	64	30	Fev – Ago	Formação de educadores de EJA de Canãa dos Carajás (PA)
Ação Educativa/Nossa Escola Pesquisa Sua Opinião - NEPSO	4	100	95	Fev – Dez	Formação na Metodologia do projeto Nepso destinada aos professores e coordenadores pedagógicos da rede pública municipal de ensino de São Paulo em Parceria com a Universidade de São Paulo e USP Leste.
Secretaria Municipal de Educação de Santos/SP	1	8	40	Fevereiro	Formação destinada a educadores/as e equipes técnicas de escolas e Secretaria de Educação sobre a metodologia dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil
Secretaria Municipal de Educação de Gramado/SC	1	8	60	Fevereiro	Oficina em Gramado/SC com profissionais da educação sobre a Iniciativa De Olho nos Planos e o uso dos Indicadores da Qualidade na Educação na construção e revisão participativas dos Planos de Educação.

Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares da África e dos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de Tocantins – Campus de Tocantinópolis.	1	8	40	Março	Realização de oficina destinada a educadores/as sobre os Indicadores Qualidade da Educação – Relações Raciais.
Secretaria Estadual de Educação do Paraíba	4	32	22	15 e 16 de abril	Oficinas de suporte pedagógico para professores/as de ensino médio na modalidade EJA sobre a coleção didática Viver, Aprender.
Secretaria Estadual de Educação do Sergipe	4	32	50	28 e 29 de abril	Oficinas de suporte pedagógico para professores/as de ensino médio na modalidade EJA sobre a coleção didática Viver, Aprender.
Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) Armando Righetti e Capistrano de Abreu	5	50	70	Abr – Ago	Oficinas formativas sobre a Coleção Educação e Relações Raciais com os professores, funcionários e equipes técnicas das escolas.
Ação Educativa	2	240	48	Abr – Dez	Denominado como Poronga, trata-se de um curso básico (120 horas cada turma) para formação em arte-educação com enfoque em metodologias e práticas de ensino de arte no contexto de projetos sociais. Todos os alunos e alunas já tinham atuação como arte-educadores e suas experiências foram exploradas em projetos coletivos. Com vivências em ocupações de moradia em prédios do centro de São Paulo, os participantes experimentaram na prática as premissas do curso que associava o desenvolvimento estético com intervenção política.
Secretaria Municipal de Franca (SP)	4	16h	45	06 e 07 de maio e 28 e 29 de julho	Oficinas de suporte pedagógico para professores/as de ensino médio na modalidade EJA sobre a coleção didática Viver, Aprender.
Secretaria Municipal de Mauá (SP)	4	16h	24	23 de maio e 07 de nov.	Oficinas de suporte pedagógico para professores/as de ensino médio na modalidade EJA sobre a coleção didática Viver, Aprender.
Ação Educativa/ Universidade Federal do ABC	1	32	28	Mai – Jun.	A formação faz a transmissão da metodologia Tô no Rumo, para que educadores realizem oficinas a respeito de orientação e escolha profissional junto a jovens de escola pública.

Secretaria Estadual de Educação do Bahia	2	32	60	27 de julho	Oficinas de suporte pedagógico para formadores/as de professores/as alfabetizadores de jovens e adultos sobre a coleção didática Viver, Aprender.
Centro de Pesquisa e Formação do SESC-SP	1	3	16	Julho	A atividade teve como foco a divulgação da pesquisa "Recursos Educacionais Abertos no Brasil: o campo, os recursos e sua apropriação e sala de aula", finalizada em 2014, e procurou aliar a difusão de conhecimentos técnicos sobre licenças abertas aos princípios de acesso a conhecimento, de valorização dos profissionais da educação e do direito humano à educação de qualidade, de modo a proporcionar aos participantes a capacidade de compreender o impacto da Lei de Direitos Autorais atual em seu trabalho e dotá-los de instrumental para contornar os problemas enfrentados de maneira crítica e criativa.
Secretaria Municipal de Educação de São Luís (MA)	4	32	12	Ago – Dez	Oficinas de leitura com professores/as da rede municipal de educação.
Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo (MG)	2	16	8	Ago – Dez	Oficinas de leitura com professores/as da rede municipal de educação.
Secretaria Municipal de Educação de Canaã dos Carajás (PA)	1	8	45	Ago – Dez	Oficinas de leitura com professores/as da rede municipal de educação.
Secretaria Municipal de Educação de Itabira (MG)	2	16	20	Ago – Dez	Oficinas de leitura com professores/as da rede municipal de educação.
Secretaria Estadual de Educação do Ceará	4	32	90	10 a 13 de agosto	Oficinas de suporte pedagógico para professores/as de ensino médio na modalidade EJA sobre a coleção didática Viver, Aprender.
Secretaria Estadual de Educação do Pernambuco	4	32	20	18 e 19 de agosto	Oficinas de suporte pedagógico para formadores/as de professores/as de ensino médio na modalidade EJA sobre a coleção didática Viver, Aprender.
Secretaria Municipal de Piraí (RJ)	2	8h	18	09 e 10 de setembro	Oficinas de suporte pedagógico para professores/as de anos iniciais do ensino fundamental na modalidade EJA sobre a coleção didática Viver, Aprender.

Secretaria Estadual de Educação da Maranhão	4	32	195	21 e 22 de setembro	Oficinas de suporte pedagógico para professores/as de ensino médio na modalidade EJA sobre a coleção didática Viver, Aprender.

Dirigidas a ativistas de movimentos sociais, agentes de ONGs

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total horas	Total participantes	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
Campanha Nacional pelo Direito à Educação	1	4	32	2 de abril	Oficina de trabalho sobre o Custo Aluno-Qualidade-Inicial. A equipe participou do GT que discutiu Planos de Educação e Gestão Democrática.
Instituto de Formação Humana e Educação popular (IFHEP)	1	4	15	1 de agosto	Formação sobre orientação e escolha profissional na metodologia Tô no Rumo para educadores do cursinho popular do IFHEP, parceiro local (Campo Grande) do Ibase.
Coletivo Tranças das Diversidades na Educação	1	8	28	13 de Novem-bro	Oficina com o objetivo de fortalecer alianças políticas entre movimentos sociais, redes e organizações da sociedade civil e universidades em prol do direito à educação em gênero, sexualidade e relações raciais na educação pública, em um contexto caracterizado pelo crescimento da força política de grupos fundamentalistas nas políticas públicas educacionais.

Dirigidas a públicos mistos

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total horas	Total participan-tes	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
UNICEF	10 comu-nida-des	Perma-ma-nente	660	Jan – Dez	Rede De Olho nos Planos, plataforma online que atrela recursos de portais de educação à distância com a agilidade das redes sociais, para apoiar e estimular o desenvolvimento de processos participativos para a construção, revisão e monitoramento de Planos de Educação no país.
Controladoria Geral do Município de São Paulo	1	4	50	Abril	A atividade visava dar aos participan-tes elementos para compreender as possibilidades legais e políticas de participação e controle social na área de educação e fornecer suporte na utilização da Lei de Acesso a Informação. Na ocasião, foi distribuída a cartilha Acesso à Informação e Direito à Educação, com o objetivo de dar subsídios para se atuar com a Lei de Acesso na área.

UNICEF e Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	3	16	102	12 e 13 de março	Representantes de 60 municípios pertencentes aos estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso, dentre eles profissionais da educação e membros de sociedade civil, participaram de oficina em Manaus sobre a Iniciativa De Olho nos Planos e o uso dos Indicadores da Qualidade na Educação na construção e revisão participativas dos Planos de Educação.
UNICEF	4	6 módu-los desen-volvi-dos duran-te o perío-do	188	Maio e Junho	1ª edição do Curso à distância "A Prática em curso: a participação nos Planos de Educação" com integrantes de fóruns municipais e estaduais de educação, conselhos de educação e de escola, secretarias municipais e estaduais de educação, educadoras (es), familiares, estudantes, lideranças comunitárias, ativistas da sociedade civil etc.
Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)	1	48h	75	Out – Dez	Curso Educação, Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade com profissio-nais da rede municipal de educação, educadores/as, gestores escolares e educacionais, estudantes, lideranças populares, jornalistas e ativistas de movimento sociais e de organizações não governamentais.

III – Pesquisas

Pesquisas concluídas

Educação e Laicidade: combatendo à intolerância religiosa na escola
Levantamento de casos de manifestações religiosas em escolas públicas e de intolerância religiosa e de organizações/instâncias que atuam no enfrentamento dessas situações.
Iniciativas de exigibilidade da lei 10639/2003
Levantamento de iniciativas jurídicas para a implementação e institucionalização da lei 10630?2003 de acordo com a Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação para as Relações Étnico- raciais, com vistas a identificar as estratégias exitosas e propor novos parâmetros de exigibilidade jurídica para a lei.
Alfabetismo e letramento no Brasil: 10 anos de Inaf
Pesquisa exploratória dos 10 anos de dados gerados pelo Inaf chegou ao fim em 2015, com a finalização de livro para publicação junto à Editora Autêntica e organização de seminário de lançamento. Pesquisa realizada em parceria com Instituto Paulo Montenegro (IPM) e Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec). Livro lançado em reunião anual da Anped, em agosto, e divulgação conjunta entre as áreas de comunicação de Cenpec, IPM e Ação Educativa, além da própria editora.

Indicador de letramento científico (ILC)

A experiência de criação de um indicador para explorar as relações entre práticas de letramento e numeramento e alfabetismo científico foram colocados no artigo "A experiência de um indicador de letramento científico", de autoria da equipe de EJA da Ação Educativa e do IPM sobre a iniciativa do ILC. Submetido a um dos principais periódicos de divulgação de pesquisas educacionais do Brasil, a Cadernos de Pesquisa, da Fundação Carlos Chagas, foi aprovado, mas sem prazo de publicação.

Educação não escolar em contexto de trabalho: indícios para a educação de jovens e adultos

O processo de formulação de matriz curricular, materiais didáticos, formação de professores e sistematização de resultados de experiência-piloto foram foi acompanhado de estratégias de pesquisa junto a estudantes trabalhadores e professores. O material foi transformado no artigo "Educação não escolar em contexto de trabalho: indícios para a educação de jovens e adultos", submetido a publicação e aprovado no periódico Cadernos Cenpec. O artigo foi escrito pela equipe de EJA da Ação Educativa em parceria com Márcia Mendonça (Unicamp) e Luiz Henrique Magnani (UFVJM).

Experiência de reorganização curricular da EJA em municípios mineiros

Os trabalhos de reorganização curricular da EJA em municípios mineiros foram acompanhados pela coleta de informações junto a educadores e gestores e à sistematização de experiência de formação de educadores. A partir das análises desses materiais, a equipe da Unidade realizou apresentou artigo "A EJA dentro e fora da sala de aula: formações continuadas como estratégia para incidência política em uma experiência de reorganização curricular", no V Seminário Nacional de Formação de Educadores de EJA, realizado em Campinas (SP). Houve também publicação de artigo na Revista Decisio, Crefal.

Balanço da experiência de acompanhamento e de formação do trabalho docente com a coleção didática Viver, Aprender em sete diferentes estados brasileiros.

Ao longo do ano de 2015, as oficinas de suporte pedagógico para uso da coleção didática Viver, Aprender junto a professores e formadores de professores da EJA foram acompanhadas por estratégias de pesquisa junto a esse público. Com aplicação de questionários de perfil e de trajetória profissional, além de entrevistas, foi possível traçar retratos desses profissionais e sua relação com a EJA, além de estabelecer perspectivas para continuidade dos trabalhos de formação. As localidades envolvidas foram: São Paulo, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Maranhão e Rio de Janeiro. Não há previsão de publicação.

Mapeamento Gênero e sexualidade na gestão educacional

Realização de mapeamento do lugar institucional de gênero e sexualidade na gestão educacional, por meio de instrumento de consulta enviado para as secretarias de educação sobre a temática de gênero e sexualidade nas políticas educacionais. O instrumento foi enviado via LAI - Lei de Acesso à Informação (lei 12.527, de novembro de 2011) para todas as secretarias estaduais e municipais de educação do país, além das ouvidorias dos seus respectivos estados e municípios. As informações deste mapeamento estão subsidiando as ações de incidência do projeto, apontando os desafios para fortalecer as políticas de promoção da igualdade de gênero e direito à sexualidade nas agendas educacionais.

Produção de conhecimento acerca do ensino médio

A revisão foi produzida mediante a construção de um banco de teses e dissertações, totalizando 149 produções defendidas entre 2007 e 2013 em programas de pós-graduação em Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas de todo o Brasil.

Pesquisando em aula: diversas modalidades curriculares para aprender

Projeto de Pesquisa do Departamento de Educação da Universidade de La Frontera, Chile, em Convenio com o Instituto Paulo Montenegro e a Organização Não Governamental Ação Educativa de Brasil.

Esta pesquisa descreve e analisa as diferentes modalidades em que se desenvolve o Projeto Nossa Escola Pergunta Sua Opinião – NEPSO no caso do Pólo Chile (Williamson & Hidalgo, 2012), nos diferentes níveis e setores de educação, pelos professores e professoras nos contextos de educação básica (fundamental), média e de jovens e adultos no Chile. Interessam as expressões concretas de utilização de metodologias de pedagogia ativa, significativa, por projetos nos diversos processos pedagógicos, as possibilidades de inserção curricular e discutir suas potencialidades para instalar, depois, condições e eventualmente indicadores de condições ou resultados de aprendizagem.

Sistemas privados de ensino na educação pública brasileira: ameaças ao direito humano à educação

A pesquisa buscou que mapear a presença de sistemas privados de ensino das cinco maiores empresas de educação que atuam no país em municípios brasileiros e seus impactos para a disponibilidade, acessibilidade, adaptabilidade e aceitabilidade do direito à educação.

Para tanto, foram realizados pedidos de informações a órgãos públicos, entrevistas com gestores, revisão bibliográfica sobre a temática e um levantamento sobre a inserção dos cinco maiores grupos empresariais da área de educação em veículos de mídia. A partir dos dados levantados, realizou-se análise do perfil dos produtos e serviços ofertados pelas empresas e dos municípios contratantes. Por meio de estudos de casos com sete municípios, levantou-se ainda o impacto financeiro desta política e suas consequências para a realização do direito humano à educação.

Pesquisas em andamento

Indicador de Alfabetismo Funcional (inaf) 2015

A metodologia Inaf passou por significativas reformulações e ajustes ao longo de 2015, preparando-a para uma edição especial focada em analisar as relações entre alfabetismo e práticas de letramento e de numeramento no mundo do trabalho e no mundo digital (com foco no uso da internet). Continuará em 2016, quando estão previstos os lançamentos de diferentes relatórios. Os trabalhos de campo foram realizados em 2015.

Narrativas LGBT nas escolas de jovens e adultos

Em parceria com gestoras do Programa Transcidadania, do Governo Municipal de São Paulo (SP), foi acordada uma proposta conjunta de trabalho com previsão de oficinas de formação, sistematização da experiência e pesquisa sobre trajetórias escolar e de vida das beneficiárias do programa e sobre experiência da docência para esse público, com intuito de refletir sobre direito à educação de pessoas travestis e transexuais. Continuará em 2016.

Gênero e políticas educacionais na pesquisa acadêmica– elementos para repensar as políticas públicas.
Apresenta um balanço crítico sobre a agenda de gênero nas políticas educacionais brasileiras, tendo por base o que a produção acadêmica desenvolveu sobre esse tema nos anos 2000 até 2015.
Pesquisa de opinião desenvolvida por estudantes da Educação Básica: possibilidades pedagógicas e alternativas didáticas
Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Grupo de Estudos sobre Numeramento em parceria com a ONG Ação Educativa. Objetivo central: investigar as possibilidades pedagógicas da realização de pesquisas de opinião por estudantes da Educação Básica, bem como as estratégias didáticas adotadas pelas(os) docentes que as orientam, destacando as características próprias dessa atividade na Educação Infantil, nos ciclos iniciais e nos ciclos finais do Ensino Fundamental, com crianças, adolescentes, jovens e pessoas adultas, e no Ensino Médio, com adolescentes, jovens e pessoas adultas.
As aprendizagens matemáticas escolares que envolvem uma pesquisa de opinião: as contribuições da perspectiva da aprendizagem situada.
Coordenada por Aliene Araújo Villaça, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, investiga quais são as potenciais aprendizagens, principalmente as matemáticas, que ocorrem em sala de aula, quando estudantes participam de práticas escolares que envolvem uma pesquisa de opinião, segundo a metodologia NEPSO.
Programas de elevação da escolaridade juvenil com transferência de renda
Realizada em parceria com a UniRio (que pesquisa uma política do Estado do Rio de Janeiro), o levantamento em São Paulo tem como foco o Programa Ação Jovem, do governo do Estado de São Paulo. Foram contratadas duas pesquisadoras de campo e realizadas entrevistas com gestores e participantes do Programa na cidade de São Paulo, duas cidades da Região Metropolitana (Suzano e Taboão da Serra) e uma cidade do interior (Borebi).
A Educação não escolar de adultos: uma revisão dos caminhos da educação popular e da educação para os direitos humanos
Pesquisa apoiada pelo CNPq que trata da Educação Não Escolar de Adultos, com ênfase nas temáticas da Educação Popular e nas práticas educativas no campo da promoção dos Direitos Humanos. A proposta foi aprofundar as análises sobre a temática com a realização de estudos de casos e entrevistas com atores sociais, estudos comparativos entre práticas atuais e aquelas realizadas em décadas anteriores, e discutir novos paradigmas que têm sido orientadores de práticas recentes de educação não escolar. A pesquisa resultou em dois Seminários Internacionais sobre Educação Popular Hoje e será publicada na Revista E-Curriculum da PUC em 2016.

IV – Publicações

Publicações impressas

Livros e cadernos

O Ministério Público e a igualdade étnico-racial na educação – Contribuições para a implementação da LDB alterada pela Lei 10.639/2003
Publicação destinada a membros do ministério público estadual e federal para a fiscalização da alei 10639/2003. Realizada em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público, Defesa dos Direito. O instrumento orienta o sistema de justiça a utilizar também os Indicadores da Qualidade na Educação-Relações Raciais na escola como instrumento de avaliação da implementação da lei 10.639/03 pelas Secretarias de Educação.
Alfabetismo e letramento no Brasil: 10 anos de Inaf
Publicação e seminário de lançamento de livro comemorativo dos 10 anos do Inaf Brasil. Parcerias: Instituto Paulo Montenegro e Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec). Livro lançado pela Editora Autêntica em reunião anual da Anped, em agosto. Houve uma divulgação conjunta entre as áreas de comunicação de Cenpec, IPM e AE, além da própria editora.
Agenda Cultural da Periferia
Periódico mensal em forma de guia cultural com 16 páginas, formato 14 cm x 21 cm, tiragem de 10 mil exemplares, publicado de fevereiro a dezembro (11 edições) contendo cerca de 80 eventos culturais realizados em bairros da periferia de São Paulo.
Futebol Colaborativo e Solidário: Guia de Experiências 2015
Publicação tem como finalidade o levantamento de práticas solidárias e colaborativas de futebol e cultura, o guia faz referência a uma publicação inédita na referida temática. Foram reunidas experiências de dois encontros de Futebol e Cultura realizados em 2014 e 2015. A publicação reúne 21 experiências de todo o Brasil. Foram criadas categorias: Como Joga: Campo, quadra, rua, praia, juiz, misto/ Cultura: Desfile, música, indígena, torcida/Fora do Campo: Ação Política, Política, Educação. O Guia de Experiências foi lançado em Fortaleza durante o II Encontro de Futebol e Cultura, foram impressos 5 mil exemplares do material. Vale destacar que o Guia de Experiências passa a ser assumido com uma iniciativa da Rede Brasileira de Futebol e Cultura.
Almanaque Nepso 2015 – Volume 2
Publicação que reúne os projetos de pesquisa educativa de opinião realizados por aluno/as, professores/as, coordenadores/as pedagógicos/as da educação básica, em escolas públicas brasileiras de SP, RJ, MG, PE, BA, RS, DF e, também, Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru e Portugal.
Formação em educação popular: orientações a partir de práticas da Ação Educativa e outras
Produção de um caderno desenvolvido pela Unidade de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular com a reedição do texto a respeito de formação na Ação Educativa da FAART – Focos de Ação Articuladas no campo da Formação.
Guia de oportunidades Tô no Rumo
Publicação de 1.500 exemplares do Guia, com informações sobre serviços e programas de acesso ao Ensino Superior, Ensino Técnico, Cursinhos Populares e mundo do trabalho existentes no município de São Paulo.

Letramentos em espaços educativos não escolares: os jovens, a leitura e a escrita
Publicação de 1.000 exemplares do caderno de autoria de Márcia Mendonça e Clecio Bunzen. O texto oferece contribuições para educadores e educadoras de organizações sociais que atuam com jovens.

Publicações virtuais

Educação das Relações Étnico- Raciais: balanços e desafios da implementação da lei 10639/2003"
Contém avaliação sobre os 10 anos das Diretrizes Curriculares da Lei 10639/2003 com autores docampo do Direito e Educação.
Reconhecimento Público De Olho nos Planos (Vídeo)
Vídeo produzido no âmbito da Iniciativa De Olho nos Planos com o objetivo de apoiar e estimular o desenvolvimento de processos participativos para a construção, revisão e monitoramento de Planos de Educação no país. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=tGOz8gD7KAA
Portal Gênero e Educação
Possui um amplo material de apoio para educadores e interessados no tema. Disponibiliza acesso às legislações nacionais e internacionais e às orientações para as políticas educacionais sobre direitos humanos, gênero, raça e sexualidade, um conjunto de materiais de apoio que inclui vídeos, livros e textos. O objetivo do Portal é oferecer referenciais sobre o debate em torno da agenda de gênero e educação e suas intersecções com sexualidade, raça e outros marcadores sociais da diferença. Por isso, conta com um banco de legislações, banco de experiências, mapeamentos, bibliotecas, notícias etc.
A cultura como campo de trabalho para a juventude: políticas, experiências e desafios
Sistematização do *Seminário Cultura e Juventude*, realizado pela Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação e pelo Centro Cultural da Juventude (CCJ) no dia 12 de agosto de 2014, por meio do convênio do Programa Jovem Monitor/a Cultural. O seminário ocorreu no marco das comemorações do Dia Internacional da Juventude e como parte da programação do Mês da Juventude, idealizado pela Coordenação de Políticas para Juventude da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), em parceria com o Centro Cultural da Juventude (CCJ). Autoria de Érica Peçanha Nascimento, edição de Flávia Landucci Landgraf. Disponível em: http://jovemmonitorcultural.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/Sistematiza%C3%A7%C3%A3o-A-cultura-como-campo-de-trabalho-para-a-juventude_vf.pdf
Revista Electrónica Diálogos Educativos ISSN: 0718-1310 - http://www.dialogoseducativos.cl/revistas/n29/williamson, abril 2015 Nº 29 Vol. 15 - ano 2015 Página 90 a página 105
Este texto propõe algumas reflexões a respeito de duas experiências informais de estágios, na formação inicial de professores (2011 a 2014), em duas comunidades educativas na Região de Araucanía: Hogar Wechekeche Inatu Kimün, de Temuco y Complejo Educacional Maquehue, de Padre Las Casas2, ambas com grande presença de

estudantes secundários, indígenas mapuche, de baixo nível socioeconómico e em vários casos, com escassas expectativas educacionais.
Sistemas de Ensino Privados na Educação Pública: Consequências da mercantilização para o direito à educação
Relatório final da pesquisa homônima que buscou que mapear a presença de sistemas privados de ensino das cinco maiores empresas de educação que atuam no país em municípios brasileiros e seus impactos para a disponibilidade, acessibilidade, adaptabilidade e aceitabilidade do direito à educação. Disponível em http://www.observatoriodaeducacao.org.br/images/pdfs/sistemas_privados.pt.pdf
Reflexões sobre a agenda pós-2015: um olhar sobre a educação
Produção de um conjunto de matérias que busca apresentar informações e analisar o processo de renovação das metas globais a partir de 2015, focando na construção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e na renovação das metas Educação para Todos (EPT), ambos os acordos considerados marcos globais na agenda multilateral para o desenvolvimento. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/desenvolvimento/wp-content/uploads/2015/08/Reflexoes-sobre-a-agenda-pos20152.pdf
Comments and expectations about the United Nations General Assembly and the 2030 agenda
Produção de artigo sobre a Assembleia Geral das Nações Unidas e as expectativas em torno da agenda acordada sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com uma análise focada no Objetivo 4 (educação). Disponível em: http://www.icae2.org/images/voicesrising/489.pdf
Guia Sampa Jovem
Em parceria com a Coordenação Municipal de Juventude/ Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Município de São Paulo, o Guia oferece informações acerca de serviços e políticas municipais, estaduais e federais dirigidas à juventude paulistana. As informações podem ser acessadas em material impresso e a partir do Portal da Juventude: https://portaldajuventude.prefeitura.sp.gov.br/. Foram cadastradas 200 políticas e mais de 1.500 equipamentos distribuídos pela cidade.
Juventude e Trabalho
Vídeo com cerca de 15 minutos de duração, o material traz depoimentos de jovens sobre escolha profissional e os desafios na sua inserção no mundo do trabalho. Disponível em http://www.tonorumo.org.br/2016/02/video-debate-presenca-da-juventude-mundo-trabalho/
Hotsite sobre Cotas
Hotsite especial sobre cotas no site Tô no Rumo. O material, voltado para estudantes e professores de ensino médio, traz tanto um debate sobre a importância das ações afirmativas para a democratização do ensino superior como esclarecimentos sobre como acessar essas políticas.

Artigos e capítulos de livro

Ensino Religioso nas Escolas Públicas: uma polêmica para testar os limites da participação social no STF.
Artigo sobre a participação social da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4439) que questiona especificamente a previsão de ensino religioso confessional nas escolas públicas, de autoria de Salmão Ximenes e Allyne Andrade é parte do Anuário da Articulação Justiça e Direitos Humanos.
Indicador de letramento científico
O artigo "A experiência de um indicador de letramento científico", de autoria da equipe de EJA da Ação Educativa e do IPM sobre a iniciativa do ILC, foi submetido a um dos principais periódicos de divulgação de pesquisas educacionais do Brasil, a Cadernos de Pesquisa, da Fundação Carlos Chagas. Texto foi aprovado, mas sem prazo de publicação.
La educación de jóvenes y adultos dentro y fuera del salón de clases: formación continua como estrategia para la incidencia política en una experiencia de reorganización curricular
Publicação de artigo na Revista Decisio, Crefal, sobre experiência de formação na EJA nos municípios de Minas Gerais
As juventudes e suas inserções na educação, no mundo do trabalho e no campo da cultura
LANDGRAF, Flávia Landucci; CATELLI JR., Roberto; Virginia; GONÇALVES, Ednéia. As juventudes e suas inserções na educação, no mundo do trabalho e no campo da cultura. In: STEFANO, Daniela; MENDONÇA, Maria Luisa. (Org.). Direitos Humanos no Brasil 2015: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. 1ed.São Paulo: Outras expressões, 2015, v. 1, p. 207-222. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/relatorio_da_rede_social_de_justica_e_direitos_humanos_2015.pdf
Flexibilidad curricular en la implementación de proyectos de investigación para mejorar el aprendizaje de los estudiantes. El caso de Nepso Chile. *Guillermo Williamson, Carolina Hidalgo*
Este artigo trata de uma pesquisa acadêmica realizada pela Universidade de la Frontera, em várias regiões do Chile, orientadas a descobrir, sistematizar e descrever a investigação em salas de aula com pesquisa de opinião, segundo a metodologia do Projeto Nossa Escola Pesquisa Sua Opinião - NEPSO. Esta pesquisa de desenvolveu em distintas modalidades de organização do currículo, em 15 estabelecimentos de educação básica, média e de educação de jovens e adultos, entre os anos de 2008 a 2012. Se concluí na versatilidade da metodologia proposta, coerente com seus princípios curriculares de investigação, pedagógicos e didáticos para desenvolver-se nos múltiplos e variados contextos, níveis educacionais e modalidades curriculares, em que se organiza a educação do país.
The paradoxes of an autonomous student. Forms of appropriation of an educational experience in Buenos Aires Metropolitan Area high schools. BAQUERO, Ricardo; LUCAS, Julia In: SELAU, B.; CASTRO, R. F. (Orgs.). Cultural-Historical Approach: Educational research in different contexts. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. p. 37-61.
Neste trabalho tentei mostrar, em particular, alguns avanços com relação a exploração das condições de agenciamento de uma iniciativa educativa em níveo médio de ensino. Descrevi o desenvolvimento de certas experiências de trabalho escolar no âmbito do projeto Nossa Escola Pesquisa Sua Opinião (NEPSO), desenvolvido em escolas médias públicas da área metropolitana de Buenos Aires. Escolas que atendem predominantemente estudantes de setores populares. Esta experiência, em curso, tenta explorar, como se verá, as possibilidades de posicionamentos subjetivos e formas de agenciamento alternativos tanto por parte dos estudantes como dos professores
Relatório Direitos Humanos no Brasil 2015
O relatório anual da Rede de Justiça Social e Direitos Humanos continha um artigo produzido pela Ação Educativa e Campanha Nacional pelo Direito à Educação sobre as consequências

da privatização para o direito humano à educação no Brasil. O artigo destaca o avanço do setor privado sobre praticamente todas as etapas e modalidades da educação no Brasil, muitas vezes, com subsídios públicos, e como a subordinação da educação ao capital financeiro por meio da oferta privada de educação por empresas transnacionais e a compra de sistemas privados de ensino e de pacotes privados de planejamento, gestão e avaliação pelas redes públicas, aliadas aos conveniamentos na educação infantil e especial, têm drenado recursos e diminuído a capacidade de gestão estatal, afastando a educação de uma concepção de bem público, passível de controle social e gestão democrática. Disponível em http://www.social.org.br/Relatorio2015.pdf

Jornais e revistas

Juventudes e a desigualdade no urbano – encarte do jornal Le Monde Diplomatique
Encarte publicado em parceria com Oxfam Brasil, Instituto Pólis, Ibase, Fase e Inesc. A participação da Ação Educativa se deu por meio do artigo Cultura e Apropriação da Cidade por Meio de Iniciativas Juvenis. O encarte foi distribuído durante a Etapa Nacional da 3ª Conferência Nacional de Juventude.

V – Promoção de eventos

Nome do evento	Parceiros	Total de partici-pantes	Local	Data	Descrição, resultados
Audiência Pública sobre o Plano de Educação nas Prisões do Estado de São Paulo	Núcleo Especializa-do de Situação Carcerária da Defensoria Pública de São Paulo	80	São Pau-lo/SP	11 de março	As entidades que compõe o Grupo Educação nas Prisões elaboraram uma Nota de Repúdio em decorrência da ausência da SEE/SP na audiência que. A Nota foi divulgada nas redes e sites das organizações e protocolada para o Governador, Secretário de Educação, presidência da Alesp e da Comissão de Educação da Alesp.
Desafios da Conjuntura: As metas para a educação no pós-2015 e os desafios da educação brasileira	UNESCO, CLADE, CAMPANHA NACIONAL	40	São Paulo	01 de abril	Debate sobre o processo de construção do compromisso Educação para Todos e dos novos Objetivos de Desenvolvi-mento Sustentável, analisando as metas propostas para educação.

Evento Público em Santos/SP – Indicadores da Qualidade na Educação Infantil	UNICEF, Undime, MEC e Secretaria Municipal de Educação de Santos/SP	100	Santos/SP	24 de abril	O objetivo do evento foi a Secretaria de Educação apresentar o Documento com recomendações para a política de Educação Infantil do município elaborado a partir das demandas levantadas pelas unidades educacionais que utilizaram os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.
Ação em Debate	Rosa Luxemburgo, Escola de Governo	353	São Paulo	Toda última segunda-feira de cada mês	Foram realizados sete encontros do Ação em Debate em 2015 – um evento que vem sendo realizado pela instituição desde 2014, com periodicidade mensal, a que tem por objetivo realizar debates e rodas de conversas voltadas à reflexão sobre a conjuntura nacional e internacional chamados Ação em Debate. Ao longo de 2015, foram sete eventos, que discutiram assuntos de grande impacto para a sociedade, tanto do ponto de vista social, como econômico e político e que juntaram diferentes públicos, entre jovens, ativistas, pesquisadores e outros.
Desafios da Conjuntura: 10 anos de ProUni – balanços e perspectivas do acesso ao ensino superior no Brasil		50	São Paulo	29 de abril	Debate debate público em torno dos 10 anos do Prouni, buscando animar e adensar as discussões em torno da política. O evento trouxe como debatedores Wilson Mesquita de Almeida – Pesquisador e autor de "Prouni e o Ensino Superior Lucrativo em São Paulo", Marcela Rufato – Coordenadora da Rede Emancipa de Cursinhos Populares, Sérgio José Custódio – Coordenador do Movimento dos Sem Universidade e Tamires Sampaio – Diretora do centro acadêmico de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie e bolsista do ProUni.
Laicidade e Intolerância Religiosa na Educação	Conselho Tutelar Coordenadoria de Políticas para Criança e Adolescente da Secretária de Direitos Humano	10	São Paulo/SP	14 de maio	Realização de uma oficina de formação sobre "junto a educadores/as e conselheiros/as tutelares da cidade de São Paulo.

Seminário "Laicidade e Intolerância Religiosa na Educação: Questões em debate no STF"	Ação Educativa, Plataforma Brasileira de Direitos Humanos (DHESCA Brasil), Conectas Direitos Humanos, ECOS Comunicação em Sexualidade e CLADEM.	120	São Paulo/SP	08 de junho	O objetivo era ampliar o enfoque sobre as questões constitucionais em discussão na ADI n. 4439, para além da proposição básica da PGR e divulgar a posição dos *Amici Curiae* na ADI 4439.
Seminário "Laicidade e Intolerância Religiosa na Educação: Questões em debate no STF"	Ação Educativa, Plataforma Brasileira de Direitos Humanos (DHESCA Brasil), Conectas Direitos Humanos, ECOS Comunicação em Sexualidade e CLADEM.	40	São paulo/SP	08 de junho	Com parceiros e pesquisadores do Campo com o intuito de articular as possibilidades de atuação das organizações da sociedade civil junto ao STF na ADI n. 4439, tomando em conta as diferentes técnicas de julgamento que poderão ser adotadas. O evento foi fechado aos parceiros e estiveram presentes 30 representantes de organizações da sociedade civil e 10 acadêmicos do campo da laicidade. 08 de junho de 2015.
I e II Encontro Paulista de Futebol de Rua	Prefeitura de São Paulo e TDH	500	São Paulo	Julho e novembro	Duas edições do evento que reuniu times formados por crianças, adolescentes e jovens que praticam o futebol de rua nos polos do Estado de São Paulo
Roda de conversa Letramentos de Jovens em Espaços Educativos Não Escolares		30	São Paulo	12 de agosto	Evento de lançamento do livro Letramentos em Espaços Educativos Não Escolares: os jovens, a leitura e a escrita, de Márcia Mendonça e Clecio Bunzen
Seminário Indicadores da Qualidade na Educação – Ensino Médio	Unicef MEC Inep SNJ	50	Brasília	17 de agosto	Atividade inaugural do Projeto Indicadores da Qualidade na Educação – Ensino Médio.
Primeira Oficina do Grupo Técnico dos Indicadores da Qualidade na Educação – Ensino Médio	Unicef MEC Inep SNJ	30	Brasília	18 de agosto	O Oficina teve os objetivos de acordar a metodologia de trabalho, dividir responsabilidades e debater insumos para o processo

2º Seminário Internacional de Educação Popular Hoje	Rosa Luxemburgo, CNPq	145	São Paulo	19 a 21 de agosto	Seminário internacional que conta com 4 grupos de discussão temáticos (EJA, cursinho, arte e movimento social) e conferência de Miguel Arroyo e mesa redonda com Claudia Korol, Vidal Acevedo e Taciana Gouveia durante o primeiro dia – o que resultou em um vídeo promocional. Os dias restantes foram dedicados ao debate interno sobre as pesquisas dos participantes do grupo, que serão publicadas.
Encontro Estéticas das Periferias	Prefeitura de São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, SESC, Fundação Via Varejo, FUNARTE	100000	São Paulo	25 a 30 de agosto	Quinta edição do evento contou com show de abertura no Auditório do Ibirapuera, dezenas de atividades em espaços culturais nas periferias, festival de futebol de rua, cinco percursos criativos, show de encerramento, oficinas e um seminário no Centro de Pesquisa e Formação do SESC. Houve uma inovação na programação, incluindo o futebol de rua e ampliação dos percursos, sendo que um deles, foi realizado de escuna na Represa Billings. O show de abertura teve como destaque o grupo de Amigas do Samba com a participação da consagrada cantora Fabiana Cozza, sendo, assim, a primeira vez que um grupo feminino encerrou o evento.
Agendas da Juventude para a Educação	Ibase (RJ)	33	Ação Educativa/São Paulo	12 e 13 de setembro	A atividade teve por objetivo fortalecer a mobilização de jovens de São Paulo e do Rio de Janeiro em relação às políticas educacionais e gerar o intercâmbio entre os/as jovens.
Oficina Desigualdades na Cidade – Juventude, Gênero e Raça	Instituto Pólis e Oxfam Brasil	30	São Paulo	19 de setembro	Na oficina, 10 coletivos juvenis com atuação em São Paulo debateram suas agendas, os avanços e os desafios de sua atuação, oferecendo subsídios para a construção de um programa voltado ao enfrentamento das desigualdades enfrentadas pelas juventudes urbanas.
XI Congresso IBOPE/UNESCO da Rede NEPSO	Instituto Paulo Montenegro	48	Louveira - SP	01 a 03 de outubro	Discutiu-se estratégias de ação dos diversos polos da rede Nepso, em função do término do financiamento do Instituto Paulo Montenegro, ao programa. Também foram pactuadas providências para a continuidade e fortalecimento do programa por meio de busca de novas parcerias.

Conferência Livre de Juventude e Educação		40	CEU Sapo-pemba/ São Paulo	22 de outubro	Encontro fez parte dos processos de elaboração e envio de propostas da III Conferência Nacional de Políticas para a Juventude. A atividade focou as políticas educacionais e reuniu, sobretudo, jovens do projeto JADE e do projeto Segura Essa Ideia.
Segunda Oficina do Grupo Técnico dos Indicadores da Qualidade na Educação – Ensino Médio	Unicef MEC Inep SNJ	30	São Paulo	26 e 27 de outubro	Debate sobre insumos e consolidação e definição de dimensões e indicadores da qualidade
Encontro de Formadores e Formadoras da Ação Educativa		21	São Paulo	4 de novembro	Encontro com os formadores e formadoras da Ação Educativa que buscou apresentar as iniciativas de formação em que a instituição tem trabalhado e debater o documento sobre formação, de forma a atualizá-lo com sugestões baseadas na prática das formações presentes.
Lançamento da Coleção "Educação e Relações Raciais: Apostando na Participação da Comunidade Escolar"	Fórum Estadual para Educação das Relações Étnico-Raciais de SC, SECADI/MEC, SEPPIR e UNICEF	157	Santa Catarina	10 de novembro	15 municípios do Estado de Santa Catarina participaram do Lançamento da Coleção Educação e Relações Raciais.
Fortalecimento da Reges – Rede de Educação, Gênero e Sexualidade.	Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)	29	São Pau-lo/SP	13 de novembro	29 pessoas de 23 organizações de diferentes regiões no país participaram de encontro para elaboração de uma carta enviada ao Conselho Nacional de Educação (CNE) onde as organizações participantes se colocam à disposição para contribuir com a construção das Diretrizes de Educação, Gênero e Diversidade Sexual e destaca os principais documentos e acúmulos para elaboração deste referencial.
13º. Seminário Paulista do Nepso – São Paulo	Instituto Paulo Montenegro e Divisão Regional de Ensino da Penha	700	São Paulo	14 de novembro	Apresentação das 98 pesquisas educativas de opinião, realizadas por 2.399 alunos/as e 93 professores/as em 50 escolas.
Desafios da Conjuntura: Público X Privado: Consequên-cias da mercantiliza-ção para o direito à educação		20	São Paulo	18 de novembro	O debate tinha como objetivo apresentar resultado de pesquisa sobre a temática, realizada pela Ação Educativa, e debater os impactos do avanço da privatização na educação pública brasileira

"Reorganização escolar em Sapopemba"		52	Cieja Sapo-pemba / São Paulo	03 de dezembro	O encontro reuniu jovens de 3 ocupações de escolas da região, organizações locais, jovens e familiares de alunos/as para debater a reorganização escolar. A atividade contou com falas de Aniely Silva, da Ocupação Arthur Chagas, Marcelo Nascimento do Movimento Socialismo Alternativo, Ana Paula Corti do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e Valdênia Paulino do Centro de Direitos Humanos de Sapopem-ba.
Oficina de Trabalho – Mulheres Negras e Educação.	Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)	31	São Pau-lo/SP	11 de dezembro	Participaram 23 organizações ou coletivos de diferentes regiões do país, entre elas ativistas, pesquisadoras e educadoras. A Oficina teve como objetivo discutir a realidade educacional de meninas e mulheres negras, suas especificidades, demandas e prioridades e uma agenda estratégica de atuação e incidência nas políticas educacionais visando a superação das desigualdades e garantia de oportunidades para este segmento populacional

VI-Participação em eventos

Internacionais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de intervenção	Total de participan-tes
Seminário sobre EJA	ICAE	Belgrado	01 a 04 de Fevereiro	Participante	17
2015 Annual Conference of the Comparative and International Education Society	Compara-tive and Internation-al Education Society	Washington (EUA)	8 a 13 de março	Apresentação de pesquisa: "Público X Privado na educação brasileira"	-
Fórum Social Mundial Túnis 2015		Túnis (Tunísia)	23 a 28 de março	Oficina sobre Genocídio na Palestina e no Brasil.	-
10º Fórum Social Mundial - Tunísia 2015	Conselho Internacio-nal do Fórum Social Mundial	Túnis (Tunísia)	24 a 28 de março	Seminário: "Por uma convenção Internacio-nal de Direitos dos Jovens"	90
Copa América de Futebol Callejero	Fundación Futbol para el Desarrollo-FuDe	Buenos Aires - Argentina	16 a 24 de maio	Participação da Delegação Brasileira de Futebol de Rua na Copa América	250

CONPEJA	Universidade Federal do Norte Fluminense	Campos dos Goytacazes-RJ	28 de maio	Conferencista principal	250
Assembleia Mundial do ICAE	ICAE	Montreal (Canadá)	11 a 14 de julho	Coordenação do eixo de trabalho "Formação para a incidência"	100
Congresso aberto aos estudantes de biologia-CAEB, com o tema Educação e Exclusão	UNICAMP	Campinas	20 a 24 de julho	Participação como conferencista	-
60ª Assembleia Geral das Nações Unidas	ONU	Nova York (EUA)	25 a 27 de setembro	Participação nas atividades oficias e Side-Events	Centenas
Palestra de Análise de Conjuntura	Universidade Federal de São Carlos	Sorocaba	29 de setembro	Palestrante	-
I Seminário Internacional de Gênero, Raça e Justiça	Núcleo de Assessoria Jurídica Popular de Ribeirão Preto (NAJURP), o Instituto de Pesquisa, Direito e Movimentos Sociais (IPDMS) e com o Centro de Estudos em Direitos e Desigualdades (CEDD)	Ribeirão Preto/SP	22 e 23 de out.	Participação como palestrante em mesa inicial	250
Jogos Mundiais dos Povos Indígenas	Comitê Intertribal	Palmas - TO	23 de outubro a 01 de novembro	Observação e articulação	3.000

Nacionais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de intervenção	Total de participantes
III Encontro Nacional Ministério Público e Movimentos Sociais	CNMP	Brasília /DF	17 e 18 de junho	Participação como palestrante em mesa inicial e, em grupo de trabalho	150

Seminário - A democratização do sistema de justiça e as reformas estruturais que precisamos	JUSDH	Brasília /DF	22 e 23 de junho	Participação em mesa como palestrante e em grupo de trabalho	80
Audiência Pública sobre ADI 4439 no Supremo Tribunal federal.	STF	Brasília /DF	15 de junho	Expositor	100
Seminário de Pesquisa sobre Educação Popular Hoje	Ação Educativa	São Paulo	19 a 21 de agosto	Coordenação do Seminário de Pesquisa da rede de 8 pesquisadores envolvidos com o Projeto Educação Não Escolar de Adultos, financiado pelo CNPq	15
Oficina de construção do Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude	Comitê Nacional de Trabalho Decente	Brasília / DF	10 e 11 de setembro	Participação e exposição sobre programas de elevação de escolaridade com transferência de renda para jovens	30
Desafios da Reforma Curricular do Ensino Médio	Instituto Unibanco	São Paulo / SP	18 de setembro	Participação na discussão da roda de conversa	30
Seminário de Educação de Jovens e Adultos	SESI	Jaraguá do Sul	24 e 25 de setembro	Palestra sobre estratégias de ensino de EJA na abertura do Seminário	-
37ª Reunião Anual da ANPEd - Universidade Federal de Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina	Florianópo-lis	4 a 7 de outubro	Apresentação do Trabalho Encomen-dado do GT 18 – Sistematização de Práticas Não Escolares e Ações Coletivas e minicurso Métodos e fontes de pesquisa sobre políticas e práticas de educação de Jovens e Adultos	-

Regionais / Estaduais / Municipais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de interven-ção	Total de participan-tes
Ato Público contra a redução da maioridade penal	FDUSP	São Paulo	28 de abril	Organização apoiado-ra/organizadora. O evento contou com a articulação de centenas de organizações	1000

Noite dos Tambores	Grupo Umojá	São Paulo	Maio	Apoio à organização	3000
Constituição da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros (CADARA)	MEC	Brasília	26 e 27 de maio	Posse da CADARA, que tem como objetivos elaborar, acompanhar, avaliar e analisar políticas públicas educacionais voltadas para o cumprimento da Lei nº 10.639/2003, bem como das Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no país	17
V Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos	Fóruns de EJA do Brasil; USP; Unicamp; Unifesp; Ufscar	Campinas (SP)	Maio	Apresentação de experiência	150
Fórum Nacional da UNDIME	UNDIME	Costa do Sauípe/Bahia	15 a 19 de junho	- Participação de 04 assessores nas 04 Mesas de Debate sobre "Avaliação e monitoramento dos Planos de Educação" no dia 17/06. - Participação de assessora da Ação Educativa em Mesa de Debate sobre "Avaliação Nacional da Educação Infantil", do dia 17/06. - Lançamento do Reconhecimento Público De Olho nos Planos. - Lançamento da Campanha "Igualdade de Gênero Sim, Discriminação Não". - Estande para atendimento e distribuição de materiais da Iniciativa De Olho nos Planos, da Coleção Indicadores da Qualidade na Educação e de botons e da Nota Pública sobre Gênero nos Planos de Educação.	1.687
#Enemnofutura	Canal Futura/ Instituto	Rio de Janeiro (RJ)	26 de junho	Mesa redonda sobre juventude e acesso ao ensino superior	33

Festival Percursos	Agência Solano Trindade	São Paulo	Junho	Apoio à organização	5000
Termo de Parceria para o Enfrentamento da Violência contra a Juventude da Cidade	Prefeitura Municipal de São Paulo / Ministério Público do Estado de São Paulo	São Paulo (SP)	29 de julho	Participação	80
Semana de Ação Mundial	Campanha Nacional pelo Direito à Educação	Brasília	Julho	Representação institucional	-
Caravana #MaisDireitos	Conselho Nacional de Juventude	São Paulo (SP)	07 de agosto	Exposição na Roda de diálogo sobre os 10 anos de Políticas Públicas de Juventude no Brasil	65
Oficina "Afrodescendentes e o Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos"	UNFPA e Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH)	São Paulo (SP)	17 e 18 de agosto	Participação	26
Lançamento do Guia, Mapa e Portal da Juventude de São Paulo	Coordenação de Juventude da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	São Paulo	21 de agosto	Participação na mesa do ato, apresentando o Guia Sampa Jovem	300
Felizs – Feira Literária da Zona Sul	Sarau do Binho	São Paulo	Setembro	Apoio à organização e à curadoria	5000
Campeonato Estadual De Futlama	Federação Amapaense de Futlama	Macapá (AM)	08 a 14 de setembro	Observação e articulação	600
Combate ao Racismo e Intolerância religiosa na escola	Defensoria Pública do Esdao de São paulo	São Paulo /SP	10 de setembro	Palestrante	200

Encontro Nacional da UNCME	UNCME	Porto de Galinhas/PE	27 a 30 de outubro	- Estande para distribuição de materiais, atendimento e inscrição para o Reconhecimento Público. - Divulgação e apresentação do Reconhecimento Público. - Participação na mesa "Planos de Educação (PNE, PEE, PME): desafios e perspectivas para a próxima década: o desafio do monitoramento". - Participação na mesa "Incidência Internacional: a participação na reunião do Comitê sobre os Direitos da Criança na ONU. - Participação na mesa " MESA REDONDA DE ARTICULAÇÃO INSITUCIONAL (UNCME, UNDIME, CAMPANHA, AÇÃO EDUCATIVA): O desafio republicano do direito à educação: em discussão planejamento, financiamento e qualidade.	480
Seminário "Juventude, Segurança Pública e Direitos Humanos".	Prefeitura Municipal de São Paulo	São Paulo (SP)	11 de dezembro	Participação	38
"Roda de Conversa sobre a reorganização das escolas estaduais de São Paulo"	Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo /Prefeitura Municipal de São Paulo	São Paulo (SP)	14 de dezembro	Mesa de debate	58

Locais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de intervenção	Total de participantes
I Jornada Interdisciplinar Formação Intercultural, Linguagem, Ciência e Prática Pedagógica	Unilab	Redenção	30 de março	Palestra: "Direito à Educação e Relações Raciais"	30

VII - Participação em redes, fóruns, articulações intersetoriais e conselhos de representantes

Nome	Resultados no período
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado de São Paulo.	A Ação Educativa manteve o apoio às atividades do Fórum de EJA de São Paulo: publicação de clipping mensal de notícias sobre EJA, reorganização do site, participação em reuniões do colegiado de coordenação, proposição e realização das atividades e participação em eventos.
Fórum Estadual de Educação de São Paulo	Participação ativa na formulação da proposta de plano de educação, inclusive com articulações com o Grupo Educação nas Prisões e Fórum de EJA de SP. Atualmente, tem fortalecido as conversas entre entidades acadêmicas, organizações sociais, redes e movimentos de defesa da educação para influenciar o processo de tramitação da proposta de plano na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em articulação com as bancadas de partidas da oposição alinhados com os posicionamentos e defesas.
Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA)	Participação ativa nas discussões sobre proposição, monitoramento e avaliação de políticas federais de alfabetização e educação de pessoas jovens, adultas e idosas. Houve envolvimento direto da Ação Educativa em atividades e reuniões com representantes do Ministério da Educação e no Grupo de Trabalho responsável pela organização do Seminário Internacional de Educação ao Longo da Vida - CONFINTEA BRASIL + 6. Além disso, a representação da Ação Educativa participou da análise de experiências de alfabetização ode adultos e educação popular para o Prêmio Medalha Paulo Freire.
Campanha Nacional pelo Direito à Educação	Participação ativa em discussões no âmbito do Comitê Diretivo. Esteve presente também na reunião de trabalho sobre atualização do Custo Aluno-Qualidade (CAQ) e Custo Aluno-Qualidade Inivial (CAQi). Articulou e acompanha a participação de Ação Educativa na Semana de Ação Mundial (SAM) de 2015, cujo tema está relacionado ao cumprimento do plano nacional de educação. A representação esteve presente em atividade de encerramento da SAM 2015, que contou com reunião de quase todos os comitês regionais da Campanha. Basicamente as atividades desenvolvidas foram de construção de posicionamentos públicos via e-mail.
Comitê estadual de São Paulo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação	Participação em reuniões de alinhamento e formulação de estratégias para atuação no Fórum Estadual de Educação e no processo de elaboração do plano estadual de educação. Foram apresentadas propostas para a educação de jovens e adultos e para educação nas prisões em parceria com Fóruns de EJA, Defensoria Pública do Estado de São Paulo e demais integrantes do Grupo Educação nas Prisões; houve participação em audiências públicas na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo com apresentação de emendas e de propostas de ampliação das estratégias de debate mais amplas.
Grupo Educação nas Prisões (rede composta pela Ação Educativa, Conectas Direitos Humanos, Geledés - Instituto da Mulher Negra, Instituto Práxis de Direitos Humanos, Instituto Terra Trabalho e Cidadania (ITTC) e Pastoral Carcerária)	Sustentação de processos decorrentes da Ação Civil Pública que procura garantir que o Estado de São Paulo assegure o direito à educação de mulheres presas na Penitenciária Feminina de Sant'Ana
Articulação Justiça e Direitos Humanos – JusDh	Acompanhamento e proposição de inciativas na articulação, principalmente nos temas: criação de Ouvidorias Externas na reforma da Lei da Magistratura (LOMAN), instituição de processos democráticos na nomeação para cargos da cúpula do Judiciário, adoção de ações afirmativas (cotas) nos concursos públicos e cargos comissionados do Judiciário.
Fórum Municipal de Educação (FME) de	A retomada das discussões sobre o monitoramento do Plano Municipal de Educação.

São Paulo	
Grupo de Trabalho em Educação da Rede Nossa São Paulo	A retomada das discussões sobre o monitoramento do Plano Municipal de Educação.
Fórum Estadual de Educação de São Paulo (FEE)	A pressão do Fórum sob o governo possibilitou que o Plano Estadual de Educação fosse discutido em um ciclo de audiências públicas regionalizadas. Foram realizadas 6 audiências: São Paulo (capital), Araraquara, Bauru, Campinas, São José do Rio Preto e Sorocaba.
Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros (CADARA)	Planejamento de estratégias para elaborar, acompanhar, avaliar e analisar políticas públicas educacionais voltadas para o cumprimento da Lei nº 10.639/2003, bem como das Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no país.
Fórum de Educação e Diversidade Étnico-racial do estado de São Paulo (FEDER-SP)	Planejamento para 2016 - serão realizados seminários regionais no estado de São Paulo sobre a temática.
Grupo Educação nas Prisões	Foi realizada audiência pública na Defensoria Pública do Estado de São Paulo para discutir o Plano de Educação nas prisões de SP e elaborada uma Nota de Repúdio em decorrência da ausência da SEE/SP na audiência. A Nota foi divulgada nas redes e sites das organizações e protocolada para o Governador, Secretário de Educação, presidência da Alesp e da Comissão de Educação da Alesp.
Grupo de Trabalho sobre Medidas Socioeducativas	Foi elaborado um Dossiê com análises de casos e orientações sobre como familiares e outras pessoas podem denunciar situações de violação de direitos. Casos de violação de direitos foram apresentados para a Rede Nacional de Defesa do Adolescente em Conflito com a Lei - RENADE- com indicações de visitas em algumas Unidades. Foram apresentados casos de violação de direitos em Unidades da Fundação Casa do Estado de São Paulo durante visita do Relator da ONU de Combate à Tortura.
Rede Paulista de Pontos de Cultura	Manter a Ação Educativa articulada; participar da Teia Paulista; uma ação unificada na Conferência estadual da Cultura; participar da organização do Seminário de Formação dos Pontos de Cultura. Participar do processo de elaboração e aprovação do Plano Estadual de Cultura; participar da eleição para o Conselho Nacional de Cultura.
Rede Paulista de Futebol de Rua	O resultado foi a própria articulação desta rede formada por 10 organizações, sendo sete na Cidade de São Paulo, uma em Osasco, outra em São Bernardo do Campo e outra na Cidade de São Carlos, no Interior do Estado. A ideia é que a rede fomente a prática do futebol de rua e fortaleça as ações coletivas e de cada uma das organizações em prol de um futebol colaborativo e solidário.
Rede Brasileira de Futebol e Cultura	Criada no âmbito do II Encontro de Futebol e Cultura, esta Rede está em processo de articulação e visa agregar e difundir práticas de futebol não esportiva e de caráter cultural.
Rede pela Transparência e Participação Social - RETPS	Realização de evento sobre os três anos da Lei de Acesso à Informação, contribuições para a política de transparência da prefeitura de São Paulo e eleição da rede como representante de sociedade civil no processo de Open Government Partnership - OGP
Comitê São Paulo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação	Articulação para incidir no processo de formulação do Plano Estadual de Educação de São Paulo, conseguindo a realização de seis audiências públicas para debater a proposta de plano elaborada pelo governo
Respeito se Aprende na Escola	Construção de uma articulação de entidades em torno da defesa da agenda de gênero no Plano Municipal de Educação. O coletivo montou a página "Respeito se aprende na escola", promoveu diálogo com mandatos de vereadores/as e realizou dois atos na Câmara Municipal de São Paulo.

VII - Inserções na mídia

Tema: Cultura /Cultura de Periferia

Nº	Veículo	Abran-gência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Correio de Uberlândia	Regional	27/01	X Semana da Cultura Popular e III Seminário de Economia da Cultura	Internet	Citação participação Antonio Eleilson Leite
2	Centro Cultural da Juventude	Regional	05/02	Ilú Obá de Min debate o empoderamento da mulher e a cultura negra com Jovens Monitores Culturais	Internet	Citação a participação de Rodrigo Medeiros
3	Blog da área de cultura: O Tropicante Tropical	Local	16/02	Quatro temas da política cultural e a arte das periferias	Internet	Reprodução editorial Ação Educativa
4	Pontão do Pólis	Local	26/02	Jovens monitores discutem políticas públicas de juventudes da cidade de São Paulo	Internet	Citação do Programa Jovem Monitor Cultural
5	My fun City	Local	01/03	Debatepapo "Cartograffiti"	Internet	Dia do Graffiti
6	Imargem da Margem	Local	12/03	Dia 27 de março tem debatepapo Cartograffiti - Legalidade e Legitimidade, no Centro Cultural São Paulo	Internet	Citação Dia do Graffiti
7	Projeto Cartograffiti	Local	12/03	Dia 27 de março tem debatepapo Cartograffiti - Legalidade e Legitimidade, no Centro Cultural São Paulo	Internet	Citação Dia do Graffiti
8	My Fun City	Local	27/03	Exposição – Dia Nacional do Graffiti	Internet	Citação Dia do Graffiti
9	Sarau de Mulher Online	Local	24/04	Exposição Fotográfica Mulheres Livres: Imagens Insurgentes retrata a presença das mulheres nas lutas sociais.	Internet	Divulgação de evento do Espaço Cultural Periferia no Centro

10	Casas Bahia	Nacional	14/08	Casas Bahia apoia a 5ª edição do Encontro Estéticas das Periferias	Internet	Divulgação do Estéticas das Periferias
11	Globo News/ Rede Globo de Televisão	Brasil	23/08	Encontro apresenta a arte e a cultura produzidas na periferia paulistana	TV a Cabo	Programa nacional destaca matéria feita pelo SPTV e promove um debate entre os âncoras no estúdio sobre as culturas independentes, periféricas, marginais.
12	SPTV/Rede Globo de Televisão	São Paulo	23/08	Encontro Estéticas das Periferias promove atrações em mais de 80 espaços	TV aberta	Matéria destaca a programação do evento e sua capilaridade por toda a cidade.
13	Portal Aprendiz www.aprendiz.uol.com.br	São Paulo	25/08	Arte e cultura das quebradas: começa o Estéticas das Periferias 2015	Internet	Matéria explora a abrangência geográfica do evento e a diversidade de sua programação
14	Afreaka – www.afreaka.com.br	São Paulo	Agosto	Três pioneiras negras e sua influência nas estéticas das Periferias	Portal na Internet	Matéria destaca o evento que homenageou Thereza Santos, espetáculo que antecedeu a abertura do Estéticas das Periferias
15	Casas Bahia Institucional www.casasbahia.com.br	Brasil	Agosto	Casas Bahia apoia a 5ª edição do Encontro Estéticas das Periferias	Portal na Internet	O Portal da empresa destacou a abrangência do evento e os objetivos dela em apoiar tal iniciativa.
16	www.periferiaemmovimento.com.br	Nacional	Agosto	Estéticas das Periferias debate transformação a partir das bordas na atual onda de retrocesso.	Internet	Destaca o debate de abertura do evento que discutiu o papel dos movimentos culturais das periferias frente ao avanço de forças conservadoras e reacionárias na sociedade brasileira.
17	Agência Brasil	Nacional	Agosto	Festival apresenta produção artística feita fora do centro de São Paulo	Portal na Internet	Apresenta a programação geral do evento destacando que mais de 905 dos espaços são nas periferias.
18	Mulheresdaperiferia.com.br	Nacional	Agosto	Arte das mulheres compõe Estéticas das Periferias	Internet	Destaca a forte presença de mulheres em toda a programação.
19	www.museudofutebol.org.br	Nacional	Agosto	Espetáculo "Nas voltas da bola e da boleta"	Internet	Site do Museu do Futebol destaca a participação desta instituição no evento, especialmente a apresentação do espetáculo de teatro "Nas voltas da bola e da Boleta".
20	Jornal Brasil de Fato	Nacional	Agosto	5ª edição do Estéticas das Periferias começa em São Paulo	Jornal impresso e site	Jornal destaca o conjunto da programação e o fato de comemorar 5 anos de existência.

21	www.mundonegro.inf.br	Nacional	Agosto	Criolo e Samba da Vela encerram o evento que discute as estéticas das periferias	Internet	Matéria destaca espetáculo de abertura (embora o enunciado diga "encerramento") do evento.
22	Jornal O Povo	Estado do Ceará	29/09	Criolo fará show no Cineteatro São Luiz em outubro	Site do Jornal O povo	Nota destaca a presença do Cantor Criolo no show de abertura do Encontro de Futebol e Cultura
23	Diário da Região	Nacional	25/11	Debate hoje discute a cultura nas periferias	Internet	-

Tema: Futebol de rua / fútbol callejero

1	Goal http://www.goal.com/es-ar/news	Argentina/ América Latina	25/05	Brasil, campeón de la Copa América de Fútbol Callejero	Internet	Matéria relata a conquista do título da Copa América pela delegação brasileira formada pelos polos de futebol de rua de São Paulo.
2	El comercio Deporte Total http://elcomercio.pe/deporte-total/futbol-mundial/	Argentina/ América Latina	25/05	Brasil ganó la Copa América... de fútbol callejero	Internet	Matéria relata a conquista do título da Copa América pela delegação brasileira formada pelos polos de futebol de rua de São Paulo
3	TyC Sports.com	Argentina/ América Latina	25/05	Brasil se consagró campeón de la Copa América de fútbol callejero	Internet	Matéria relata a conquista do título da Copa América pela delegação brasileira formada pelos polos de futebol de rua de São Paulo
4	Cronica http://www.cronica.com.ar/article/details	Argentina/ América Latina	25/05	Brasil tuvo más "calle" y ganó la Copa América Endereço	Internet	Matéria relata a conquista do título da Copa América pela delegação brasileira formada pelos polos de futebol de rua de São Paulo
5	Medium https://medium.com/jornalistas-livres	Brasil	Maio	Futebol Callejero no Capão Redondo	Internet	Matéria aborda o desenvolvimento da metodologia do futebol de rua na comunidade do Jardim Pantanal no Capão Redondo, bairro da periferia da Zona Sul de São Paulo
6	A Plateia	Nacional	02/06	Rivera representó a Uruguay en la Copa América de Fútbol	Internet	Participação na Copa América de Futebol de Rua

				Callejero		
7	Manos e Minas/ TV Cultura	São Paulo	Setembro	Futebol e arte	Progama de TV/ Vídeo no Youtube	Matéria faz a cobertura das atividades que encerraram o evento no Capão Redondo destacando o Festival de Futebol de Rua
8	Portal Aprendiz http://portal.aprendiz.uol.com.br	Nacional	05/10	Encontro quer construir uma cultura futebolística solidária e transformadora	Portal na Internet	Matéria discorre sobre os objetivos do evento destacando a programação cultural e o seminário.
9	Governo do Estado do Ceará	Nacional	13/10	Cineteatro São Luiz apresenta show Encontro Futebol e Cultura nesta quarta (14)	Internet	Citação Eleilson Leite
10	Diário do Nordeste	Local	14/10	Culturas no futebol	Internet	Entrevista Eleilson Leite
11	Jornal de Hoje	Nacional	15/10	Encontro futebol e cultura debate iniciativas para mulheres	Internet	Citação Eleilson Leite
12	Verminosos por futebol www.verminososporfute-bol.com.br/papo-serio/evento	Estado do Cea-rá/Brasil	Outubro	Evento reúne projetos de futebol do país	Site especiali-zado	Matéria destaca a abrangência e diversida-des das experiências mapeadas para serem apresentadas no evento.
13	Fundação Telefônica Promenino http://promenino.org.br	São Pau-lo/Brasil	Outubro	Futebol e cultura: evento no Ceará aborda o poder transformador do esporte para crianças e comunidades	Site de organiza-ção da sociedade civil	Matéria destaca experiências com forte atuação com crianças em áreas de pobreza urbana
14	O Estado http://www.oestadoce.com.br	Cea-rá/Brasil	Outubro	Encontro Futebol e Cultura amanhã no São Luiz	Internet	Matéria destaca a programação cultural do evento.
15	Tribuna do Ceará – Papo Cul-thttp://www.papocult.com.br	Ceará	Outubro	Encontro Futebol e Cultura chega a Fortaleza	Internet	Matéria destaca a programação cultural do evento
16	G1 – http://g1.globo.com/ceara/noticia	Nacional	Outubro	Cineteatro São Luiz apresenta show Encontro Futebol e Cultura no Ceará	Internet	Portal da Globo destaca a programação cultural do Encontro de Futebol e Cultura
17	Museu do Futebol	Nacional	-	II Encontro de Futebol e	Internet	Divulgação do Encontro de Futebol e Cultura

				Cultura - Fortaleza (CE)		
18	Globo Esporte http://globoesporte.globo.com/ce	Ceará	Outubro	Com foco no "feminino", encontro de futebol e cultura chega a Fortaleza	Internet	Matéria aborda o quanto o tema do futebol feminino teve destaque na programação do Encontro de Futebol e Cultura
19	Jornal O Povo: http://www.opovo.com.br	Ceará	Outubro	Fortaleza sedia evento que reúne esporte e cultura com foco no futebol feminino	Site e Jornal impresso	Matéria aborda o destaque dado ao futebol feminino no evento.
20	Jornal O Povo http://www.opovo.com.br/app/divirtase/agenda	Ceará	Outubro	Encontro Futebol e Cultura com Criolo e Pingo de Fortaleza Cineteatro São Luiz	Site e jornal impresso	Matéria de capa destaca a programação cultural do evento
21	Diário do Nordeste http://diariodonordes-te.verdesmares.com.br/cadernos/caderno3/	Ceará	Outubro	Culturas no futebol	Site e jornal impresso	Matéria de capa do caderno de cultura destaca a programação cultural do Encontro de Futebol e Cultura.
22	Band	Nacional	04/12	Moradores de rua e refugiados jogam futebol	Internet	Entrevista Carolina Moraes

Tema: Arte-educação

Nº	Veículo	Abran-gência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Blog Educação	Nacional	03/07	Em São Paulo, centro de formação em arte-educação recebe inscrições até o dia 20 de julho	Internet	Divulgação do Poronga

Tema: Juventude, direitos e políticas de juventude

Nº	Veículo	Abran-gência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Pontão Convivência e Cultura de Paz	Local	09/02	Sarau Criativo - Autoavalia-ção PJMC	Internet	Citação Maria Virginia de Freitas

	Instituto Pólis - Youtube					
2	Le Monde Diplomatique	Nacional	05/03	Novos atores em cena	Impresso/ Internet	Entrevista com Maria Virginia de Freitas
3	Pontão Pólis	Local	17/03	Jovens monitores participam de formação teórica sobre o Estatuto da Juventude	Internet	Citação Maria Virginia de Freitas
4	Instituto Pólis	Local	17/03	Jovens monitores participam de formação teórica sobre o Estatuto da Juventude	Internet	Citação Maria Virginia de Freitas
5	Agência Brasil	Nacional	27/04	Durante debate em São Paulo, especialistas criticam redução da maioridade penal	Internet	Matéria construída a partir do evento Ação em Debate sobre o tema da redução da maioridade penal
6	Outras Palavras	Nacional	27/04	Cresce campanha contra redução da maioridade penal	Internet	Citação do evento Ação em Debate sobre Redução da Maioridade Penal
7	My Fun City	Nacional	27/04	Debate: Direitos das crianças e adolescentes e medidas alternativas ao encarceramento	Internet	Citação do evento Ação em Debate sobre Redução da Maioridade Penal
8	Evensi	Nacional	28/04	Ação em Debate - Redução da Maioridade Penal em pauta	Internet	Citação do evento Ação em Debate sobre Redução da Maioridade Penal
9	Geledés	Nacional	28/04	Cresce campanha contra redução da maioridade penal	Internet	Citação do evento Ação em Debate sobre Redução da Maioridade Penal
10	HeyEvent	Nacional	28/04	Ação em Debate - Redução da Maioridade Penal em pauta	Internet	Cita Ação Educativa
11	Dinâmicas Contemporâneas Sul-Sur	Nacional	08/05	JUVENTUDE: Novos atores em cena	Internet	Reproduz entrevista de Maria Virginia de Freitas ao Le Monde Diplomatique
12	Observatório da Sociedade Civil	Nacional	11/08	Ação Educativa lança livro sobre letramento em espaços não escolares	Internet	Divulgação de seminário
13	Plataforma do	Nacional	12/08	Evento debate letramento	Internet	Divulgação do vídeo do seminário

	Letramento			em espaços educativos não escolares		
14	Plataforma do Letramento	Nacional	-	Letramentos em espaços educativos não escolares: os jovens, a leitura e a escrita	Internet	Divulgação do livro Letramentos em espaços educativos não escolares: os jovens, a leitura e a escrita
15	Portal do Centro Cultural da Juventude	Local	17/08	CCJ rumo às Conferências de Juventude	Internet	Divulgação de evento preparatório para a Conferência Nacional de Juventude com participação de Maria Virgínia de Freitas
16	Blog Educação	Nacional	21/08	Livro sobre letramento em espaços não escolares é distribuído gratuitamente pela Ação Educativa	Internet	Divulgação do livro Letramentos em espaços educativos não escolares: os jovens, a leitura e a escrita
17	Prefeitura de São Paulo	Nacional	22/08	Prefeitura de São Paulo lança guia, mapa e portal da juventude	Internet	Cita a parceria com a Ação Educativa na produção do Guia Sampa Jovem
18	Anchietanum Jesuítas	Nacional	01/09	Guia, Mapa e Portal da Juventude	Internet	Notícia sobre o lançamento do Guia Sampa Jovem da Prefeitura de São Paulo em parceria com a Ação Educativa
19	Inclusive - Inclusão e Cidadania	Nacional	23/09	Ação Educativa lança livro sobre letramento em espaços não escolares	Internet	Divulgação do livro Letramentos em espaços educativos não escolares: os jovens, a leitura e a escrita
20	Portal da Juventude	Nacional	10/11	Onde? Quando? Como? Saiba mais, consulte o Guia da Juventude	Internet	Disponibiliza o Guia Sampa Jovem organizado em parceria com a Ação Educativa
21	Centro de Referências em Educação Integral	Nacional	08/04	Professores já podem se inscrever no curso "Tô no Rumo: Jovens e Escolha Profissional"	Internet	Divulgação do curso Tô no Rumo

Tema: Reorganização Escolar e mobilizações estudantis

Nº	Veículo	Abran-gência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Estadão Educação	Nacional	09/10	Estudantes protestam contra mudanças na rede de ensino de SP	Internet	Apresenta fala de Roberto Catelli

2	Agência Estado	Regional	10/10	Medo de escolas fechadas cria onda de protestos em SP	Internet	Matéria sobre reorganização escolar na rede estadual de São Paulo com falas de Roberto Catelli.
3	Estadão	Regional	14/11	Rede estadual de SP tem 15% de escolas com sala lotada	Internet	Matéria sobre reorganização escolar na rede estadual de São Paulo com falas de Roberto Catelli.
4	Estadão	Regional	16/11	Documento indica que SP usa só um critério para mudar rede	Internet	Matéria sobre reorganização escolar na rede estadual de São Paulo com falas de Roberto Catelli.
5	Observatório da Sociedade Civil	Nacional	26/11	As lições que ficam	Internet	Apresenta fala de Ruivo Lopes
6	JC Net	Nacional	27/11	Reorganização afeta 80% dos colégios ocupados por alunos	Internet	Citação Salomão Ximenes
7	Andifes	Nacional	01/12	Análise de universidade federal contesta reorgani-zação escolar	Internet	Entrevista Salomão Ximenes
8	Insurgência	Nacional	01/12	O constrangedor estudo que justificaria a "reorganização escolar" em São Paulo	Internet	Artigo de Salomão Ximenes
9	Rádio Popular	Nacional	01/12	Estudo que embasa reorganização escolar não tem rigor científico, dizem pesquisadores da UFABC	Rádio	Reproduz matéria do Observatório da Educação sobre o tema
10	Istoé Independente	Nacional	11/12	Lição de política	Internet	Citação Gabriel Di Pierro

Tema: Conjuntura Educacional

Nº	Veículo	Abran-gência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Estado de São Paulo	Nacional	08/01	Especialistas questionam troca de secretário de Educação	Impresso	Entrevista Salomão Ximenes

2	A Liberdade	Regional	08/01	Especialistas questionam troca de secretário de Educação	Internet	Entrevista Salomão Ximenes
3	Todos Pela Educação	Nacional	08/01	Especialistas questionam troca de secretário de Educação	Internet	Entrevista Salomão Ximenes
4	Todos Pela Educação	Nacional	14/01	Editorial: Chalita no ninho petista	Internet	Entrevista Salomão Ximenes
5	Estadão	Nacional	14/01	Editorial: Chalita no ninho petista	Impresso	Entrevista Salomão Ximenes
6	GGN	Nacional	19/01	Novo lema "Brasil, Pátria Educadora" demanda mudanças na atual política	Internet	Repercussão Matéria Centro de Referências em Educação Integral / Entrevista Vera Masagão Ribeiro
7	Portal Aprendiz	Nacional	20/03	O que esperar da nova gestão do Ministério da Educação?	Internet	Entrevista Sergio Haddad
8	Porvir	Nacional	04/09	Publicação apresenta cenários para a educação em 2032	Internet	Entrevista com Denise Carreira sobre cenários da educação
9	Nova Escola Clube	Nacional	01/12	Três ministros em um ano	Internet	Entrevista com Denise Carreira

Tema: Planos de educação

Nº	**Veículo**	**Abrangência**	**Data**	**Título da matéria**	**Mídia**	**Observação**
1	Portal EBC	Nacional	12/02	PNE: Municípios devem elaborar planos de educação até julho	Internet	Reproduz informações de matéria do Observatório da Educação
2	A Crítica	Nacional	12/02	MEC poderá congelar repasse de verbas a estados e municípios sem planos de educação	Internet	Reproduz informações de matéria do Observatório da Educação
3	Blog do Valente	Nacional	12/02	MEC poderá congelar repasse de verbas a estados e municípios sem planos de educação	Internet	Reproduz informações de matéria do Observatório da Educação

4	http://acritica.uol.com.br/amazonia/Manaus-Amazonas-Amazonia-Municipios-Amazonia-Manaus-Planos-Educacao_0_1319268085.html	Estadual-AM	12/03	Municípios da Amazônia Legal se encontram em Manaus para elaboração de Planos de Educação	Internet	Notícia sobre a oficina realizada pela Ação Educativa em parceria com o UNICEF e Fundação Amazonas Sustentável (FAZ)
5	Fundação Amazonas Sustentável	Nacional	12/03	Planos de Educação na Amazônia são tema de encontro promovido pela FAS e Unicef	Internet	Citação Ananda Grinkraut, como assessora do Programa Diversidade, Raça e Participação / Programa De Olho nos Planos
6	http://www.nossasaopaulo.org.br/noticias/sao-paulo-tem-tres-meses-para-aprovar-seu-plano-municipal-de-educacao	São Paulo	25/03	São Paulo tem três meses para aprovar seu Plano Municipal de Educação	Internet	Produção de matéria: Plano Municipal de Educação - SP
7	http://www.neteducacao.com.br/noticias/Not%C3%ADcia/plataforma-virtual-reune-pessoas-interessadas-nos-planos-de-educacao-do-pais	Nacional	27/03	Plataforma virtual reúne pessoas interessadas nos Planos de Educação do país	Internet	Citação: Rede De Olho nos Planos
8	http://blogjulianalima.com.br/plano-de-educacao-de-tuparetama-e-destaque-em-site-nacional/	Nacional	28/03	Plano de Educação de Tuparetama é destaque em site nacional	Internet	Citação: Rede De Olho nos Planos
9	http://www.blogdomarcellopatriota.com.br/2-uncategorised/7266-portal-	Nacional	28/03	Portal nacional destaca Plano de Educação em Tuparetama	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos

	nacional-destaca-plano-de-educacao-em-tuparetama					
10	http://www.agorams.com.br/jornal/2015/04/plano-municipal-de-educacao-esta-em-fase-final-de-elaboracao/	Estadual - MS	13/03	Plano Municipal de Educação está em fase final de elaboração	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
11	http://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/04/16/curso-online-auxilia-formulacao-participativa-de-planos-locais-de-educacao/	Nacional	16/03	Curso online auxilia formulação participativa de planos locais de educação	Internet	Citação: Rede De Olho nos Planos
12	http://educacaointegral.org.br/agenda/a-pratica-em-curso-participacao-nos-planos-de-educacao-tem-inscricoes-abertas/	Nacional	16/03	"A Prática em Curso: a participação nos Planos de Educação" tem inscrições abertas	Internet	Citação: Rede De Olho nos Planos
13	R7	Nacional	06/04	SP aprova 1ª versão do Plano Estadual de Educação	Internet	Reproduz informações do Observatório da Educação
14	Portal Aprendiz UOL	Nacional	16/04	Curso online auxilia formulação participativa de planos locais de educação	Internet	Citação da Ação Educativa como responsável pela Metodologia De Olho nos Planos
15	Revista Escola Pública	Nacional	16/04	Plano Municipal de Educação: Um plano para o município	Impresso	Citação Ananda Grinkraut e apresentação De Olho nos Planos
16	Blog da Professor Damasinho	Local	16/04	Plano Municipal de Educação: Um plano para o município	Impresso	Repercussão Revista Escola Pública / Citação Ananda Grinkraut e apresentação De Olho nos Planos
17	Educacionista	Nacional	17/04	Curso online auxilia formulação participativa de planos locais de educação	Internet	Citação da Ação Educativa como responsável pela Metodologia De Olho nos Planos
18	http://fgm-go.org.br/noticias/fgm-alerta-sobre-	Nacional	17/04	FGM alerta sobre Curso online, cujo tema é a participação na construção dos planos de	Internet	Citação: Rede De Olho nos Planos

	curso-online-cujo-tema-e-a-participacao-na-construcao-dos-planos-de-educacao/			educação		
19	Fundação Abrinq	Nacio-nal	22/04	Maioria dos estados e municípios do país ainda não têm planos de educação adequados ao PNE	Internet	Citação Ananda Grinkraut e apresentação De Olho nos Planos
20	http://educacaointegral.org.br/na-prati-ca/conteudos/de-olho-nos-planos/	Nacio-nal	23/04	De Olho nos Planos: a construção e a revisão participativas de Planos de Educação	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
21	SINPRODF	Nacio-nal	24/04	O Plano Nacional de Educação: prioridades da sociedade civil	Internet	Citação Salomão Ximenes
22	Fundação Abrinq	Nacio-nal	28/04	O Dia Mundial da Educação e os desafios do Brasil para implementação do PNE	Internet	Entrevista com Ananda Grinkraut
23	http://www.todospelaeduca-cao.org.br/reportagens-tpe/33471/educacao-em-pauta-debate-planos-municipais-e-estaduais-de-educacao/	Nacio-nal	28/04	Educação em Pauta debate planos municipais e estaduais de Educação	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
24	http://www.todospelaeduca-cao.org.br/biblioteca/1510/apresentacao-ananda-grinkraut---acao-educativa-no-educacao-em-pauta---planos-estaduais-e-municipais-de-educacao	Nacio-nal	28/04	Ação Educativa no Educação Em Pauta - Planos estaduais e municipais de Educação	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos

25	Compromisso Campinas pela Educação	Nacio-nal	29/04	Educação em Pauta debate planos municipais e estaduais de Educação	Internet	Cita Ananda Grinkraut
26	Revista Escola Pública	Nacio-nal	30/04	Passo a passo para a elaboração dos planos regionais de educação	Internet	Cita Ananda Grinkraut
27	http://revistaescola publi-ca.uol.com.br/texto s/0/passo-a-passo-para-a-elaboracao-dos-planos-regionais-de-344933-1.asp	Nacio-nal	30/04	Passo a passo para a elaboração dos planos regionais de Educação	Internet	Entrevista: Iniciativa De Olho nos Planos
28	Revista Educação	Nacio-nal	01/05	Pedras no caminho plano nacional da educação preve ampliação do escopo	Internet	Entrevista com Ananda Grinkraut
29	CENPEC	Nacio-nal	04/05	Prazo para elaboração dos Planos é tema de debate	Internet	Cita Ananda Grinkraut
30	http://www.todospelaeduca-cao.org.br/educacao-na-mi-dia/indice/33539/passo-a-passo-para-a-elaboracao-dos-planos-regionais-de-educacao/	Nacio-nal	04/05	Passo a passo para a elaboração dos planos regionais de Educação	Internet	Entrevista: Iniciativa De Olho nos Planos
31	http://revistaescola.abril.com.br/blogs/tecnologia-educa-cao/2015/05/06/recursos-online-para-elaboracao-dos-planos-municipais-de-educacao/	Nacio-nal	06/05	Recursos online para elaboração dos Planos Municipais de Educação	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
32	Inclusive	Nacio-nal	14/05	Organizações preparam mobilização no primeiro	Internet	Reproduz matéria produzida pelo Observa-tório da Educação

				aniversário do novo PNE		
33	http://www.institutocea.org.br/noticias/Detalhe-noticia.aspx?id=2887	Nacional	18/05	Estados e municípios têm até 24 de junho para elaborar planos de educação	Internet	Entrevista: Iniciativa De Olho nos Planos
34	Instituto C&A	Nacional	18/05	Estados e municípios têm até 24 de junho para elaborar planos de educação	Internet	Entrevista com Ananda Grinkraut
35	Paralapraca	Nacional	19/05	Estados e municípios têm até 24 de junho para elaborar planos de educação	Internet	Entrevista com Ananda Grinkraut
36	http://educacaointegral.org.br/noticias/planos-de-educacao-especialistas-destacam-processo-de-articulacao-de-estados-municipios/	Nacional	21/05	Planos de educação: especialistas destacam processo de articulação de estados e municípios	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
37	http://www.vermelho.org.br/noticia/264592-1	Nacional	31/05	Plano de educação: a articulação de estados e municípios	Internet	Citação: Planos de Educação
38	Portal Vermelho	Nacional	31/05	Plano de educação: a articulação de estados e municípios	Internet	Entrevista com Ananda Grinkraut
39	Sinpro DF	Nacional	01/06	Plano de educação: a articulação de estados e municípios	Internet	Entrevista com Ananda Grinkraut
40	https://www.youtube.com/watch?v=WQ5TiGvAewk	Nacional	05/06	Municípios brasileiros têm data para a entrega de planos locais de educação	Internet	Entrevista: Iniciativa De Olho nos Planos
41	http://www.gife.org.br/artigo-semana-de-acao-mundial-2015-convoca-sociedade-a-debater-metas-para-a-educacao-no-brasil-e-no-mundo-16006.asp	Nacional	08/06	Semana de Ação Mundial 2015 convoca sociedade a debater metas para a educação no Brasil e no mundo	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
42	http://www12.sena	Nacio-	09/06	Prazo para municípios e estados	Internet	Entrevista: Iniciativa De Olho nos Planos

	do.gov.br/noticias/materi-as/2015/06/09/prazo-para-municipios-e-estados-aprovarem-planos-de-educacao-encerra-se-dia-24	nal		aprovarem planos de educação encerra-se dia 24		
43	Senado Federal	Nacio-nal	09/06	PNE tem metas a serem cumpridas até 2024	Internet	Cita Ananda Grinkraut
44	Portal 96	Regio-nal	10/06	Prazo para municípios e estados aprovarem planos de educação encerra-se dia 24	Internet	Entrevista com Ananda Grinkraut
45	http://www.brasildefa-to.com.br/node/32246	Nacio-nal	11/06	Pastora defende a abordagem de questões de gênero na educação	Internet	Produção de matéria: Plano Municipal de Educação e Gênero
46	http://primeirainfancia.org.br/participacao-da-sociedade-civil-e-das-criancas-nos-planos-de-educacao/	Nacio-nal	11/06	Participação da sociedade civil e das crianças nos Planos de Educação é fundamental	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
47	http://www.revistaforum.com.br/mariafro/2015/06/12/enquanto-bancada-petista-cede-ao-fundamentalismo-pastora-defende-questoes-de-genero-na-escola/	Nacio-nal	12/06	SP: enquanto bancada petista cede ao fundamentalismo, pastora defende questões de gênero na escola	Internet	Produção de matéria: Iniciativa De Olho nos Planos
48	http://operamundi.uol.com.br/conteudo/samuel/40717/abordagem+de+questoes+de+genero+nas+escolas+e+essencial+di	Nacio-nal	16/06	Abordagem de questões de gênero nas escolas é essencial, diz pastora	Internet	Produção de matéria: Iniciativa De Olho nos Planos

	z+pastora.shtml					
49	https://catraquinha.catracalivre.com.br/geral/aprender/indicacao/campanha-pede-a-abordagem-de-questoes-de-genero-nos-planos-de-educacao/	Nacional	16/06	Campanha pede a abordagem de questões de gênero nos Planos de Educação	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
50	Rede Brasil Atual	Nacional	17/06	Movimentos sociais repudiam 'condução autoritária' do Plano de Educação de Alckmin	Internet	Cita nota pública da Ação Educativa
51	http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2015/06/18/internas_polbraeco,487128/entidades-repudiam-retirada-da-questao-de-genero-dos-planos-de-educacao.shtml	Nacional	18/06	Entidades repudiam retirada da questão de gênero dos planos de Educação	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
52	http://www.ebc.com.br/educacao/2015/06/entidades-repudiam-retirada-da-questao-de-genero-dos-planos-de-educacao	Nacional	18/06	Entidades repudiam retirada da questão de gênero dos planos de Educação	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
53	http://educacao.estadao.com.br/blogs/paulo-saldana/manifesto-defende-igualdade-de-genero-nos-planos-de-educacao/	Nacional	18/06	Manifesto defende igualdade de gênero nos planos de educação	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
54	http://www.cenario	Nacio-	18/06	Manifesto defende igualdade de	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos

	mt.com.br/noticia/453771/entidades-repudiam-retirada-da-questao-de-genero-dos-planos-de-educacao.html	nal		gênero nos planos de educação		
55	http://www.radioguaiba.com.br/noticia/entidades-regem-a-retirada-da-questao-de-genero-dos-planos-de-educacao/	Nacional	18/06	Manifesto defende igualdade de gênero nos planos de educação	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
56	http://www.diariors.com.br/site/noticias/11698-rondinha-prefeito-sanciona-novo-plano-municipal-de-educa%C3%A7%C3%A3o.html	Nacional	18/06	RONDINHA - PREFEITO SANCIONA NOVO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
57	http://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho-2/nota-publica-em-defesa-da-igualdade-de-genero-nos-planos/	Nacional	18/06	Nota Pública em defesa da igualdade de gênero nos planos	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
58	http://noticias.terra.com.br/educacao/entidades-repudiam-retirada-da-questao-de-genero-dos-planos-de-educacao,01422227a2fadb87191324f55e64149fpp5gRCRD.html	Nacional	19/06	Entidades repudiam retirada de gênero de planos da educação	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos

59	http://www.educarpv.com/2015/06/pne-entidades-repudiam-retirada-da.html	Nacio-nal	19/06	PNE - Entidades repudiam retirada da questão de gênero dos planos de educação	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
60	http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/06/19/entidades-repudiam-retirada-da-questao-de-genero-dos-planos-de-educacao.htm	Nacio-nal	19/06	Entidades repudiam retirada da questão de gênero dos planos de educação	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
61	http://www.radioguari-ta.com.br/noticias/ENTIDADES+REAGEM+A+RETIRADA+DA+QUESTAO+DE+GENERO+DOS+PLANOS+DE+EDUCACAO	Nacio-nal	19/06	Entidades repudiam retirada da questão de gênero dos planos de educação	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
62	http://www.sul21.com.br/jornal/pastora-defende-a-abordagem-de-questoes-de-genero-na-educacao/	Nacio-nal	21/06	Pastora defende a abordagem de questões de gênero na educação	Internet	Produção de matéria: Iniciativa De Olho nos Planos
63	Jornal A Cidade	Local	21/06	Educação traça metas para a próxima década	Internet	Cita Ananda Grinkraut
64	http://www.ihu.unisinos.br/noticias/543724-entidades-repudiam-retirada-da-questao-de-genero-dos-planos-de-educacao	Nacio-nal	22/06	Entidades repudiam retirada da questão de gênero dos planos de Educação	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
65	http://www.paulofreire.org/noticias/201-em-defesa	Nacio-nal	22/06	Nota Pública: em prol da igualdade de gênero	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
66	http://www.pt.org.b	Nacio-	23/06	Secretaria de Mulheres do PT	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos

	r/secretaria-de-mulheres-do-pt-repudia-intolerancia-religiosa-na-educacao/	nal		repudia intolerância religiosa na educação		
67	http://feminismo.org.br/18855/	Nacional	23/06	De Olho nos Planos	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
68	Uncme - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação	Nacional	23/06	Baixe o novo plano nacional de educação e participe da construção dos planos municipais e estaduais de educação	Internet	Citação de Denise Carreira.
69	Instituto Ayrton Senna	Nacional	24/06	Mais participação para mais resultados	Internet	Entrevista com Ananda Grinkraut
70	RC2 Press	Nacional	24/06	Um ano após ser aprovado, Plano Nacional de Educação tem poucos avanços na implementação	Internet	Reproduz matéria produzida pelo Observatório da Educação
71	http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=85505	Nacional	24/06	Ideologia de gênero nas escolas pode contribuir para a redução da violência	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
72	http://www.cebi.org.br/noticias.php?noticiaId=5760	Nacional	24/06	Entidades repudiam retirada da questão de gênero dos planos de Educação	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
73	http://www.institutoayrtonsenna.org.br/todas-as-noticias/pne-mais-participacao-para-mais-resultados/	Nacional	24/06	Mais participação para mais resultados	Internet	Entrevista: Iniciativa De Olho nos Planos
	http://www.mulheres.ba.gov.br/2015/06/611/De-Olho-nos-Planos-publica-nota-em-defesa-da-igualdade-de-genero-nos-planos-	Nacional	25/06	De Olho nos Planos publica nota em defesa da igualdade de gênero nos planos de educação e de uma educação pública laica e democrática	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos

	de-educacao-e-de-uma-educacao-publica-laica-e-democratica.html					
74	http://www.anped.org.br/news/entidades-reagem-a-tentativa-de-exclusao-de-questoes-que-abordam-genero-e-sexualidade-nos-planos-de-educacao	Nacional	25/06	Entidades reagem a tentativa de exclusão de questões que abordam "gênero" e "sexualidade" nos Planos de Educação	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
75	http://www.conic.org.br/portal/noticias/1464-romi-bencke-secretaria-geral-do-conic-fala-sobre-ideologia-de-genero	Nacional	26/06	Romi Bencke, secretária-geral do CONIC, fala sobre ideologia de gênero	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
76	http://almanaquefme.org/?p=4388	Nacional	27/06	Em prol da igualdade de gênero	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
77	http://www.linhadireta.org.br/noticia/p/?acao=vernoticia&id=46688	Nacional	27/06	Identidade de gênero e diversidade sexual devem ser discutidas nas escolas	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
78	http://pt-ribeirao.org.br/noticias/governo/identidade-de-genero-e-diversidade-sexual-devem-ser-discutidas-nas-escolas	Nacional	27/06	Identidade de gênero e diversidade sexual devem ser discutidas nas escolas	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
79	http://sosmulherefamilia.blogspot.com.br/2015/06/ideologia-de-genero-nas-escolas-pode.html	Nacional	28/06	Ideologia de gênero nas escolas pode contribuir para a redução da violência	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos

80	http://www.sistemampa.com.br/noticias/documentos-e-diretrizes-moldam-a-construcao-do-plano-municipal-de-educacao/	Nacional	29/06	Documentos e diretrizes moldam a construção do Plano Municipal de Educação	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
81	http://www.uncme.com.br/?pag=11&cat=37&art=1091	Nacional	29/06	Entidades pedem metas contra a discriminação e desigualdade de gênero nos planos de educação	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
82	Uncme - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação	Nacional	29/06	Seminário: Primeiro ano de implementação do Plano Nacional de Educação (PNE)	Internet	Divulgação de seminário com a presença de Salomão Ximenes
83	Rádio Brasil Atual	Nacional	Julho	Entidades cobram participação na elaboração do Plano Estadual de Educação de São Paulo	Internet	Cita Ananda Grinkraut
84	Política com K	Local	02/07	AL realiza nesta quinta seminário sobre Plano Nacional de Educação	Internet	Divulgação de debate com a presença de Salomão Ximenes
85	Net Educação	Nacional	05/08	Prazo apertado e diagnósticos imprecisos prejudicaram planos de educação	Internet	Entrevista com Ananda Grinkraut
86	http://www.neteducacao.com.br/noticias/Reportagem/prazo-apertado-e-diagnosticos-imprecisos-prejudicaram-planos-de-educacao	Nacional	05/08	Prazo apertado e diagnósticos imprecisos prejudicaram planos de educação	Internet	Entrevista: Iniciativa De Olho nos Planos
87	http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2015/08/vereadores-aprovam-plano-municipal-de-educacao-sem-	Nacional	11/08	Vereadores aprovam Plano Municipal de Educação sem definição de recursos	Internet	Entrevista: Iniciativa De Olho nos Planos

	definicao-de-recursos-7612.html					
88	http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2015/08/guerra-pelo-plano-municipal-de-educacao-mobiliza-educadores-religiosos-e-lgbt-5733.html	Nacional	11/08	'Guerra' pelo Plano Municipal de Educação mobiliza educadores, religiosos e LGBT	Internet	Entrevista: Iniciativa De Olho nos Planos
89	http://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/08/11/em-sao-paulo-primeiro-dia-de-votacao-do-plano-municipal-de-educacao-e-marcado-por-atritos-sobre-a-educacao-sexual/	Nacional	11/08	Em São Paulo, primeiro dia de votação do Plano Municipal de Educação é marcado por atritos sobre a educação sexual	Internet	Entrevista: Iniciativa De Olho nos Planos
90	http://www.metrojornal.com.br/nacional/foco/camara-de-sao-paulo-aprova-pme-sem-incluir-questao-de-genero-213569	Nacional	11/08	Câmara de São Paulo aprova Plano Municipal de Educação sem incluir questão de gênero	Internet	Entrevista: Iniciativa De Olho nos Planos
91	http://defesa-hetero.blogspot.com.br/2015/08/lgbts-sao-comunistas-guerra-pelo-plano.html#.VctiK89VhBc	Nacional	11/08	LGBTs SÃO COMUNISTAS: 'Guerra' pelo Plano Municipal de Educação mobiliza educadores, religiosos e LGBT"	Internet	Entrevista: Iniciativa De Olho nos Planos
92	http://www.planetaosas-	Nacional	11/08	Vereadores aprovam Plano Municipal de Educação sem	Internet	Entrevista: Iniciativa De Olho nos Planos

	co.com/cidades/conjuntura/14914-vereadores-aprovam-plano-municipal-de-educaao-sem-definiao-de-recursos			definição de recursos		
93	Rede Brasil Atual	Nacional	11/08	'Guerra' pelo Plano Municipal de Educação mobiliza educadores, religiosos e LGBT	Internet	Entrevista com Ananda Grinkraut
94	Portal Aprendiz	Nacional	11/08	Em São Paulo, primeiro dia de votação do Plano Municipal de Educação é marcado por atritos sobre a educação sexual	Internet	Entrevista com Ananda Grinkraut
95	Jornal Metro	Local	12/08	Câmara de São Paulo aprova Plano Municipal de Educação sem incluir questão de gênero	Internet/Impresso	Entrevista com Ananda Grinkraut
96	Apeoesp	Nacional	13/08	Plano Estadual de Educação é tema de audiência pública na Assembleia Legislativa de SP	Internet	Reproduz matéria produzida pelo Observatório da Educação
97	http://www.brasildefato.com.br/node/32750	Nacional	24/08	Conservadorismo faz Plano Municipal de Educação recuar no respeito às diferenças	Internet	Produção de matéria: Iniciativa De Olho nos Planos
98	UMES - União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo	Local	24/08	PME: PT e PSDB fazem conluio contra investimentos na educação e também vetam discussão de gênero	Internet	Entrevista com Ananda Grinkraut
99	http://www.cutsp.org.br/mais-noticias/5385/conservadorismo-faz-plano-municipal-de-educacao-recuar-no-respeito-as-diferencas	Nacional	25/08	Conservadorismo faz Plano Municipal de Educação recuar no respeito às diferenças	Internet	Produção de matéria: Iniciativa De Olho nos Planos
100	http://www.agenciajo-	Nacional	25/08	De Olho nos Planos abre inscrições para um Reconheci-	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos

	vem.org/wp/?p=23110			mento Público, que busca acompanhar de perto os Planos de Educação		
101	http://www.nossasaopaulo.org.br/noticias/plano-de-educacao-de-sao-paulo-nao-garante-aumento-de-recursos-e-exclui-igualdade-de-genero	Nacional	25/08	Plano de Educação de São Paulo não garante aumento de recursos e exclui igualdade de gênero	Internet	Produção de matéria: Iniciativa De Olho nos Planos
102	http://pne.mec.gov.br/mais-destaques/369-iniciativa-do-portal-de-olhos-nos-planos-vai-reconhecer-experiencias-de-participacao-na-construcao-dos-planos-de-educacao	Nacional	31/08	Iniciativa do portal De Olhos Nos Planos vai reconhecer experiências de participação na construção dos planos de educação	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
103	http://cetic.br/media/docs/publicacoes/6/Panorama_Setorial_Agosto2015.pdf	Nacional	31/08	Informação ao alcance de todos: Lei de Acesso à Informação completa três anos com o desafio de garantir a transparência pública	Internet	Entrevista: Iniciativa De Olho nos Planos
104	Undime	Nacional	31/08	Inscrições abertas: reconhecimento nacional valoriza escolas, fóruns, e movimentos com experiências participativas sobre Planos de Educação	Internet	Divulgação do Reconhecimento Público (De Olho nos Planos)
105	http://revistaescolapublica.com.br/textos/46/planos-de-educacao-362343-1.asp	Nacional	01/09	Iniciativa quer valorizar experiências participativas na elaboração ou revisão dos planos de educação	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
106	http://www.otempo	Nacio-	03/09	Plano de BH pode excluir gênero	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos

	.com.br/cidades/plano-de-bh-pode-excluir-g%C3%AAnero-1.1102410	nal				
107	http://www.anpae.org.br/website/noticias/283-de-olho-nos-planos-inscreva-se	Nacional	03/09	Inscrições abertas: reconhecimento nacional valoriza escolas, fóruns e movimentos com experiências participativas sobre Planos de Educação	Internet	Produção de matéria: De Olho nos Planos
108	Centro de Referências em Educação Integral, Blog Educação, Portal Aprendiz	Nacional	03/09	Iniciativa reconhece experiências na elaboração dos planos de educação	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
109	http://www.alvoradafm.com.br/noticias/buscar/10352	Nacional	03/09	O TEMPO - PLANO DE BH PODE EXCLUIR GÊNERO	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
110	http://www.agenciajovem.org/wp/?p=23196	Nacional	04/09	Vídeo coletivo: para você o que é um Plano de Educação?	Internet	Produção de matéria: Iniciativa De Olho nos Planos
111	http://revistaeducacao.com.br/textos/0/iniciativa-reconhece-experiencias-participativas-nos-planos-de-educacao-364058-1.asp	Nacional	04/09	Iniciativa reconhece experiências participativas nos planos de educação	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
112	http://www.extraclasse.org.br/edicoes/2015/09/questoes-de-genero-sao-suprimidas-da-adequacao-dos-planos/	Nacional	11/09	Questões de gênero são suprimidas da adequação dos planos	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
113	http://caindonobrasil.com.br/de-olho-	Nacional	11/09	ONG Ação Educativa está com inscrições abertas para o	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos

	nos-planos/			Reconhecimento Público De Olho nos Planos		
114	http://www.fnp.org.br/noticias/item/618-iniciativa-de-olho-nos-planos-reconhece-experiencias-na-construcao-de-planos-de-educacao	Nacio-nal	16/09	Iniciativa de Olho nos Planos reconhece experiências na construção de Planos de Educação	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
115	http://www.neteducacao.com.br/noticias/Not%C3%ADcia/curso-a-distancia-de-monitoramento-e-avaliacao-de-planos-de-educacao-tem-inscricoes-abertas	Nacio-nal	22/09	Inscrições abertas: curso à distância contribuirá com sistematização, monitoramento e avaliação de Planos de Educação	Internet	Citação: Iniciativa De Olho nos Planos
116	Undime	Nacio-nal	29/09	Última semana: experiências e propostas participativas podem ser inscritas no Reconhecimento Público De Olho nos Planos	Internet	Citação Ananda Grinkraut
117	http://revistaescolapublica.com.br/textos/47/um-longo-caminhoa-grande-maioria-dos-municipios-93-conseguiu-elaborar-365197-1.asp	Nacio-nal	01/10	Como os municípios farão seus planos de educação funcionarem	Internet	Entrevista: Iniciativa De Olho nos Planos
118	http://www.camara.sp.gov.br/apartes/revista-apartes/numero-17/o-primeiro-plano/	Nacio-nal	01/10	O primeiro Plano	Internet	Entrevista: Iniciativa De Olho nos Planos
119	UEL, Folha de Londrina, Blog do	Nacio-nal	03/10	Cinco estados mantêm termo "gênero" nos PEEs	Internet	Entrevista: Iniciativa De Olho nos Planos

	Chaguinhas					
120	Folha Web	Nacio-nal	03/10	Cinco estados mantêm termo 'gênero' nos PEEs	Internet	-
121	Correio Popular	Nacio-nal	19/10	ONU condena cortes de orçamento da educação	Internet	Citação Salomão Ximenes
122	Municípios Bahianos	Nacio-nal	20/10	ONU condena cortes de orçamento da educação	Internet	Citação Salomão Ximenes
123	JPress	Nacio-nal	27/10	Vamos tod@s cirandar	Internet	-
124	Terra Notícias	Nacio-nal	27/10	Enem desafia tabus feministas, apontam especialistas	Internet	Citação Michele Escoura
125	Revista Escola Pública	Nacio-nal	Out/Nov.	Como os municípios farão seus planos de educação funcionarem	Internet	Entrevista com Ananda Grinkraut
126	http://extra.globo.com/noticias/educacao/estado-nao-atinge-meta-de-ensino-do-proprio-plano-17988596.html	Nacio-nal	09/11	Estado não atinge a meta de ensino do próprio plano	Internet	Entrevista: Iniciativa De Olho nos Planos
127	Centro de Refêrencias em Educação Integral	Nacio-nal	30/11	Especialistas defendem que escolas se autoavaliem	Internet	-
128	Revista Apartes	Nacio-nal	03/12	Aprovada na CMSP, lei traça planejamento inédito para o sistema educacional nos próximos dez anos	Internet	Entrevista Ananda Grinkraut

Tema: Financiamento da educação

Nº	**Veículo**	**Abran-gência**	**Data**	**Título da matéria**	**Mídia**	**Observação**
1	Observatório do PNE	Nacional	18/06	Custo Aluno-Qualidade Inicial irá a debate público a partir de setembro, afirma MEC	Internet	Reproduz matéria do Observatório da Educação

2	Estadão	Nacional	15/09	ONGs alertam ONU sobre impacto do ajuste fiscal na educação	Impresso	Cita relatório elaborado por Ação Educativa, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Conectas e Anced
3	Estadão	Nacional	19/10	ONU condena cortes de orçamento da educação no Brasil	Internet	Cita relatório elaborado por Ação Educativa, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Conectas e Anced
4	UOL	Nacional	19/10	ONU condena cortes de orçamento da educação no Brasil	Internet	Cita relatório elaborado por Ação Educativa, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Conectas e Anced

Tema: Privatização da educação

Nº	**Veículo**	**Abran-gência**	**Data**	**Título da matéria**	**Mídia**	**Observação**
1	Contra Corriente	Interna-cional	Janeiro	"A presença de sistemas de ensino privados nas escolas públicas enfraquece as comunidades educativas enquanto sujeitos ativos e criadores"	Internet	Entrevista com Gustavo Paiva sobre Sistemas Privados de Ensino
2	CLADE	Interna-cional	03/07	Brasil: Privatización de la educación en Haití se destaca en debate del pre-lanzamiento de la película "Dignité" en São Paulo	Internet	Cita debate realizado na Ação Educativa
3	Centro de Referência em Educação Integral	Nacional	16/09	Relatório critica cortes no orçamento, privatização e militarização na educação brasileira	Internet	Cita relatório elaborado por Ação Educativa, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Conectas e Anced
4	Undime	Nacional	24/09	Comitê dos Direitos da Criança da ONU considera alertas da sociedade civil brasileira na 70 Sessão	Internet	Cita relatório elaborado por Ação Educativa, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Conectas e Anced
5	UOL	Nacional	19/11	Município que usa sistema privado de ensino gasta em dobro, aponta estudo.	Internet	Reportagem cita pesquisa da Ação Educativa sobre Sistemas Privados de Ensino e tem fala de Salomão Ximenes

6	Todos Pela Educação	Nacional	19/11	Município que usa sistema privado de ensino gasta em dobro, aponta estudo	Internet	Reportagem cita pesquisa da Ação Educativa sobre Sistemas Privados de Ensino
7	CNTE	Nacional	17/12	ONU diz não à privatização e militarização das escolas	Internet	Cita relatório elaborado por Ação Educativa, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Conectas e Anced
8	Blog do Salomão Ximenes	Nacional	09/12	Consequências da privatização para o direito humano à educação no Brasil	Internet	Cita relatório produzido por Ação Educativa e Campanha Nacional pelo Direito à Educação sobre o tema

Tema: Educação e Gestão Pública

Nº	Veículo	Abran-gência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Educação Integral - Cultura, desenvol-vimento e Tecnologia	Nacional	02/05	DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR A função social da escola e as atribuições político-pedagógicas do conselho escolar	Internet	-
2	TV Brasil	Nacional	30/05	Programa avalia novo lema do governo federal: Brasil, pátria educadora	Internet	Participação Roberto Catelli no programa Brasilianas
3	Jornal GGN	Nacional	01/06	Brasilianas avalia plano "Brasil, pátria educadora"	Internet	Repercussão Participação Roberto Catelli no programa Brasilianas
4	TV Brasil	Nacional	03/06	Debates Brasilianas.org - O Programa Federal Pátria Educadora (TV Brasil)	Internet	Participação Roberto Catelli no programa Brasilianas
5	Jornal A Cidade	Regional	11/06	Educação traça metas para a próxima década	Internet	-
6	Educação Integral	Nacional	12/06	Novo corte orçamentário do MEC pode afetar programas de Educação Integral	Internet	-
7	Gife.org.br	Nacional	24/08	Estudo aponta cenários transformadores para a Educação Básica no Brasil	Internet	Sobre o estudo "Cenários Transformadores para a Educação Básica no Brasil"

8	Todos pela Educação	Nacional	08/09	Publicação apresenta cenários para a Educação em 2032	Internet	Sobre o estudo "Cenários Transformadores para a Educação Básica no Brasil"
9	Blog da Techne	Nacional	10/09	Publicação apresenta cenários para a educação em 2032	Internet	Sobre o estudo "Cenários Transformadores para a Educação Básica no Brasil"
10	Centro de Referências em Educação Integral	Nacional	16/09	Relatório critica cortes no orçamento, privatização e militarização na educação brasileira	Internet	Entrevista com Salomão Ximenes
11	RP1 Comunicação	Nacional	23/09	Instituto C&A realiza seminário de educação junto com a Unama e a Fidesa	Internet	Divulgação de seminário com a presença de Denise Carreira
12	Todos pela Educação	Nacional	24/09	País envelhece e Ensino Básico perde 5,1 milhões de alunos em 14 anos	Internet	Citação Roberto Catelli
13	EBC Rádios	Nacional	23/10	Enem 2015: o maior exame do país acontece neste final de semana	Internet	Citação Luis Felipe Serrao
14	Estadão Educação	Nacional	14/11	Escolas cheias têm qualidade 22% menor no ensino médio	Internet	Entrevista Roberto Catelli
15	Estadão Educação	Nacional	14/11	Rede Estadual de SP tem 15% de escolas com sala lotada	Internet	-
16	UOL Educação	Nacional	16/11	Rede estadual de SP tem 15% de escolas com salas lotadas	Internet	Entrevista Roberto Catelli
17	Dirigente Escolar	Nacional	23/11	Seminário ao vivo: Avaliação Institucional no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (25/11)	Internet	-
18	Ne10	Nacional	27/11	Corte de bônus deve afetar até 15 mil na rede estadual de SP	Internet	Citação Salomão Ximenes

Tema: Avaliação educacional

Nº	Veículo	Abran-gência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	http://avaliacaoeducacio-nal.com/2015/03/28/entrevista-6/	Nacional	28/03	Entrevista Luiz Carlos de Freitas	Internet	Entrevista sobre avaliação educacional e gestão democrática
2	http://educacaointegral.org.br/noticias/especialistas-defendem-que-escolas-se-autoavaliem/	Nacional	30/11	Especialistas defendem que escolas se autoavaliem	Internet	Entrevista: Indicadores da Qualidade na educação

Tema: Direito à Educação

Nº	Veículo	Abran-gência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Mundo ao Minuto	Nacional	04/02	Relatório ONG denunciam violações dos direitos da criança no Brasil	Internet	Citação Ação Educativa no relatório
2	SEMESG	Regional	11/02	Especialistas criticam taxa para realização de prova de reclassificação	Internet	Citação Salomão Ximenes
3	R7 Portal	Nacional	11/02	Especialistas criticam taxa para realização de prova de reclassificação	Internet	Citação Salomão Ximenes
4	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Educação Superior do Estado	Local	11/02	Especialistas criticam taxa para realização de prova de reclassificação	Internet	Repercussão matéria R7 /Citação Salomão Ximenes

	de Goiás (SEMESG)					
5	Educar para crescer	Nacional	26/02	Entenda a determinação que estabelece que crianças com 6 anos completos até o dia 31 de março sejam matriculadas no primeiro ano	Internet	Traz declaração de Allyne Andrade e Silva
6	HeyEvent	Nacional	15/04	Lançamento do livro: Direito à Qualidade na Educação Básica	Internet	Citação da Ação Educativa como apoiadora
7	Observatório do Terceiro Setor	Nacional	09/06	Educação no Brasil	Internet	Participação Vera Masagão Ribeiro programa de rádio
8	Síntese	Nacional	01/10	XV Congresso: Salomão Ximenes lança livro sobre qualidade na educação	Internet	Divulga lançamento de livro
9	Blog do Salomão Ximenes	Nacional	09/12	Consequências da privatização para o direito humano à educação no Brasil	Internet	Divulga artigo publicado no livro Direitos Humanos no Brasil, produzido em parceria com Gustavo Paiva

Tema: Laicidade na educação /Ensino religioso

Nº	Veículo	Abran-gência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Jota	Nacional	11/03	Exigência de ensino religioso em audiência pública no STF	Internet	Texto acerca do *Amicus Curiae* em que a Ação Educativa é uma das entidades proponentes
2	Estadão	Nacional	13/03	Ensino religioso versus Laicidade no STF	Impressa e Internet	Texto sobre a ADI 4439, ação que questiona o ensino religioso nas escolas públicas de autoria do Salomão Ximenes.
3	Agência Soma	Nacional	29/05	Ensino religioso nas escolas públicas em debate no STF. Saiba como participar!	Internet	Texto sobre audiência pública da ADI 4439, destacando a participação da Ação Educativa como expositora e *amicus curiae*

4	FONAPER	Nacional	05/06	Seminário "Ensino religioso e laicidade do Estado: questões em debate no STF"	Internet	Divulgação do Seminário sobre ensino religioso proposto pela Ação Educativa
5	Canal Rio Claro	Regional	12/06	OAB-RC confere audiência pública do STF pela TV Justiça sobre ensino religioso	Internet	Notícia sobre audiência pública no STF com participação da Ação Educativa
6	O estado de São paulo	Nacional	13/06	STF debate religião em escolas públicas	Internet	Entrevista de Salomão Ximenes acerca da posição da Ação Educativa na ADI 4439
7	Consultor Jurídico	Nacional	13/06	Debate sobre ensino religioso ocorre nesta segunda-feira (15/6) no Supremo	Internet	Texto sobre audiência pública da ADI 4439, destacando a participação da Ação Educativa como expositora
8	Olhar jurídico	Nacional	15/06	Mais especialistas expõem seus argumentos na audiência pública sobre ensino religioso	Internet	Resumo dos argumentos da Ação Educativa em audiência pública sobre ensino religioso nas escolas públicas, realizada no Supremo Tribunal Federal.
9	EBC	Nacional	15/06	Assista à audiência pública sobre ensino religioso nas escolas	Internet	Trata de audiência pública sobre ensino religioso nas escolas públicas, realizada no Supremo Tribunal Federal e traz a participação da Ação Educativa.
10	JusBrasil	Nacional	15/06	Audiência pública no STF discute a possibilidade do ensino religioso nas escolas públicas	Internet	Trata de audiência pública sobre ensino religioso nas escolas públicas, realizada no Supremo Tribunal Federal e traz a participação da Ação Educativa.
11	Contee	Nacional	15/06	Manifesto em defesa da aplicação integral dos limites constitucionais ao ensino religioso nas escolas públicas brasileiras	Internet	Texto acerca do manifesto pela vedação do ensino religioso, lançado por ocasião da audiência pública na ADI 4439. A Ação Educativa é uma das instituições que impulsionou a articulação e divulgação para o manifesto
12	Anped	Nacional	15/06	Organizações sociais lançam manifesto em defesa da laicidade na educação pública	Internet	Texto acerca do manifesto pela vedação do ensino religioso, lançado por ocasião da audiência pública na ADI 4439. A Ação Educativa é uma das instituições que impulsionou a articulação e divulgação para o manifesto

13	Centro do Professorado Paulista	Nacional	15/06	STF debate religião em escolas públicas	Internet	Trata de audiência pública sobre ensino religioso nas escolas públicas, realizada no Supremo Tribunal Federal e traz a participação da Ação Educativa.
14	Olhar Jurídico	Nacional	15/06	Mais especialistas expõem seus argumentos na audiência pública sobre ensino religioso	Internet	Trata de audiência pública sobre ensino religioso nas escolas públicas, realizada no Supremo Tribunal Federal e traz a participação da Ação Educativa.
15	Rede Brasil Atual	Nacional	16/06	Supremo Tribunal Federal debate o ensino religioso nas escolas públicas	Internet	Trata de audiência pública sobre ensino religioso nas escolas públicas, realizada no Supremo Tribunal Federal e traz a participação da Ação Educativa.
16	Geledés	Nacional	16/06	Especialistas expõem seus argumentos na audiência pública sobre ensino religioso	Internet	Trata de audiência pública sobre ensino religioso nas escolas públicas, realizada no Supremo Tribunal Federal e traz a participação da Ação Educativa.
17	EcoDebates	Nacional	16/06	Organizações e movimentos sociais lançam manifesto em defesa da laicidade na educação pública	Internet	Texto acerca do manifesto pela vedação do ensino religioso, lançado por ocasião da audiência pública na ADI 4439. A Ação Educativa é uma das instituições que impulsionou a articulação e divulgação para o manifesto.
18	Rádio Fácil	Nacional	17/06	ENSINO RELIGIOSO CONFESSIONAL ESTÁ NO FIM, INDICA AUDIÊNCIA.	Internet e Rádio	Resumo dos argumentos da Ação Educativa em audiência pública sobre ensino religioso nas escolas públicas, realizada no Supremo Tribunal Federal.
19	Revista Nova Escola	Nacional	19/06	Na rede, internautas debatem a polêmica sobre ensino religioso	Internet	Resumo dos argumentos da Ação Educativa em audiência pública sobre ensino religioso nas escolas públicas, realizada no Supremo Tribunal Federal.
20	Cedeca Ceará	Local	02/07	Debate: Educação e Laicidade	Internet	Divulgação de seminário com a presença de Salomão Ximenes
21	Portal da UFC	Local	02/07	Debate sobre Educação e Laicidade acontece sexta-feira (3) no Campus do Benfica	Internet	Divulgação de seminário com a presença de Salomão Ximenes

Tema: Educação e Desigualdades

Nº	Veículo	Abran-gência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Diário de Pernambuco	Nacional	01/01	País tem 1 ano para colocar na escola 2,9 milhões de crianças e adolescentes	Internet	Repercussão de reportagem da Agência Estado / Entrevista Salomão Ximenes
2	Gazeta do Povo	Nacional	01/01	País tem 1 ano para colocar na escola 2,9 milhões de crianças e adolescentes	Internet	Repercussão de reportagem da Agência Estado / Entrevista Salomão Ximenes
3	UOL Educação	Nacional	01/01	País tem 1 ano para colocar na escola 2,9 milhões de crianças e adolescentes	Internet	Repercussão de reportagem da Agência Estado / Entrevista Salomão Ximenes
4	O Alto Acre	Regional	01/01	País tem 1 ano para colocar na escola 2,9 milhões de crianças e adolescentes	Internet	Repercussão de reportagem da Agência Estado / Entrevista Salomão Ximenes
5	Observatório do Terceiro Setor	Nacional	05/03	Especialistas defendem reestruturação das escolas brasileiras	Internet	Citação Raquel Souza

Tema: Educação e relações raciais

Nº	Veículo	Abran-gência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Editora do Brasil	Nacional	17/08	Diga não ao ciclo do fracasso, não ao racismo	Internet	Entrevista com Denise Carreira
2	UNIPOP	Nacional	04/10	Redes, educação e transformação social é tema de seminário em Belém	Internet	-
3	FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO ÉTNICO RACIAL DO RN/MEC/SECADI	Nacional	07/10	A implementação da LDB alterada pela lei 10.639/2003 na educação	Internet	Entrevista Denise Carreira Entrevista Jaqueline Santos

4	Geledés	Nacional	11/10	Por que o racismo é um obstáculo à garantia do direito à educação?	Internet	Entrevista Denise Carreira
5	Redireito	Nacional	13/10	Por que o racismo é um obstáculo à garantia do direito à educação?	Internet	Entrevista Denise Carreira
6	Notícia Já	Nacional	11/11	FOMEDE e AMFRI sediam lançamento da Coleção Educação e Relações Raciais	Internet	-
7	Correio Braziliense	Nacional	24/12	União contra o preconceito	Impresso	Entrevista Ação Educativa
8	http://www.gsnoticias.com.br/uniao-contra-preconceito.aspx	Nacional	24/12	União contra o preconceito	Internet	Entrevista Ação Educativa

Tema: Marcha das Mulheres Negras

Nº	Veículo	Abran-gência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	REVISTA PUBLICUM	Nacional	18/11	Marcha das Mulheres Negras Contra o racismo, a Violência e pelo Bem-Viver	Internet	Artigo de Allyne Andrade e Silva

Tema: Educação Infantil

Nº	Veículo	Abran-gência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Estado de Minas	Nacional	13/01	Prefeitura muda cálculo de novas vagas em creches e conta criança duas vezes	Internet	Repercussão de reportagem da Agência Estado / Entrevista Salomão Ximenes

2	R7 Notícias	Nacional	13/01	Prefeitura muda cálculo de novas vagas em creches e conta criança duas vezes	Internet	Repercussão de reportagem da Agência Estado / Entrevista Salomão Ximenes
3	Veja.com	Nacional	13/01	Gestão Haddad infla número de vagas criadas em creches	Internet	Repercussão de reportagem da Agência Estado / Entrevista Salomão Ximenes
4	Diário do Grande ABC	Regional	13/01	Prefeitura muda cálculo de novas vagas em creches e conta criança duas vezes	Internet	Repercussão de reportagem da Agência Estado / Entrevista Salomão Ximenes
5	Yahoo Notícias	Nacional	13/01	Prefeitura muda cálculo de novas vagas em creches e conta criança duas vezes	Internet	Repercussão de reportagem da Agência Estado / Entrevista Salomão Ximenes
6	Estadão	Nacional	17/01	Creches - o fato e a versão	Impresso	Citação Entrevista com Salomão Ximenes
7	Blog Padre Telmo Figueiredo	Nacional	17/01	Creches - o fato e a versão	Internet	Citação Entrevista com Salomão Ximenes
8	Jornal Jabaquara Em Notícias	Local	26/01	Movimento Educação Para Todos	Internet	Cita Ação Educativa como parte do Movimento Educação para Todos, represen-tada pelo Salomão Ximenes
9	Último Segundo (IG)	Nacional	27/01	Para cumprir ordem judicial, SP tem 5 meses para criar 27 mil vagas em creche	Internet	Citação Salomão Ximenes
10	Último Segundo (IG)	Nacional	27/01	Para cumprir ordem judicial, SP tem 5 meses para criar 27 mil vagas em creche	Internet	Repercussão matéria IG / Citação Salomão Ximenes
11	Amambai Notícias	Regional	29/01	Apesar do crescimento, Norte e Nordeste ainda têm baixo atendimento em creche	Internet	Repercussão Agência Brasil Citação Salomão Ximenes
12	Agência Brasil	Nacional	29/01	Apesar do crescimento, Norte e Nordeste ainda têm baixo atendimento em creche	Internet	Citação Salomão Ximenes
13	R7	Nacional	29/01	Norte e Nordeste ainda têm baixo atendimento em creche	Internet	Repercussão Agência Brasil Citação Salomão Ximenes
14	Revista Educação	Nacional	27/04	Redes públicas contratam profissionais sem formação	Impresso/ Internet	Entrevista Salomão Ximenes

				na educação infantil		
15	APROESP	Nacional	27/04	Redes públicas contratam profissionais sem formação na educação infantil	Internet	Repercussão matéria Revista Educação / Entrevista Salomão Ximenes
16	CM Consultoria	Nacional	27/04	Redes públicas contratam profissionais sem formação na educação infantil	Internet	Repercussão matéria Revista Educação / Entrevista Salomão Ximenes
17	Conexão Futura - Canal Futura	Nacional	21/05	A falta de creches no Brasil	Internet	-
18	SPTV	Nacional	27/07	Mães esperam por mais de 01 ano por vaga na creche	TV	Entrevista de Allyne Andrade sobre vagas na creche relativa ao processo de Educação Infantil da Ação Educativa
19	http://www.avante.org.br/avante-participa-de-debate-sobre-experiencia-de-santos-com-indicadores-de-avalicao-da-ei/	Nacional	20/10	Avante participa de debate sobre experiência de Santos com indicadores de avalição da EI	Internet	Citação Ação Educativa

Tema: Alfabetismo funcional /Educação de Jovens e Adultos

Nº	Veículo	Abran-gência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Consultor Jurídico	Nacional	13/01	Estado pode ser responsabi-lizado por analfabetismo	Internet	Citação INAF e Ação Educativa
2	Plataforma do Letramento	Nacional	06/02	Brasil e São Tomé e Príncipe realizam projeto de EJA	Internet	Citação Edneia Gonçalves
3	Revista Escola Pública	Nacional	01/03	A hora dos adultos	Mídia impressa	Matéria sobre educação de adultos com fala de Roberto Catelli
4	El País	Interna-cional	13/05	Isso ainda não é democracia	Internet	Citação INAF
5	Universidade Caxias do Sul	Nacional	14/05	Projeto Ler e Escrever o Mundo: a esperança na luta para garantir o direito à educação de jovens e	Internet	-

				adultos.		
6	Unicamp	Nacional	14/05	Educação de jovens e adultos é tema de seminário na Unicamp	Internet	-
7	Universidade Caxias do Sul	Nacional	14/05	Projeto Ler e Escrever o Mundo: a esperança na luta para garantir o direito à educação de jovens e adultos	Internet	-
8	Escola Pública	Nacional	15/05	Diversidade: a hora dos adultos	Internet	Cita Inaf e apresenta fala de Roberto Catelli
9	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	Nacional	15/05	*I Conpeja será aberto nesta quarta-feira* Evento, realizado conjunta-mente pela UENF e pelo IFF, tem por objetivo discutir a qualidade da educação no país, com foco regional	Internet	Citação Sergio Haddad - abertura
10	EBC	Nacional	26/05	30% dos alunos da Educação de Jovens e Adultos têm entre 15 e 19 anos no Brasil	Internet	Matéria sobre perfil de matriculados na EJA com falas de Roberto Catelli
11	EBC	Nacional	27/05	Atraso escolar e trabalho forçam evasão na Educação Básica	Internet	Matéria sobre juventude e sua relação com educação e trabalho, com fala de Roberto Catelli.
12	Oreporter.com	Nacional	30/06	Uma pátria deseducadora	Internet	Artigo de opinião citando INAF
13	Plataforma do Letramento	Nacional	30/06	A Pnad e as políticas educacionais de alfabetiza-ção de crianças, jovens e adultos	Internet	Matéria sobre alfabetização e educação de adultos com falas do Roberto Catelli
14	Canal Eventos IFSP - Campus Guarulhos	Nacional	28/08	Palestra: Jovens e Adultos, seu Direito ao Trabalho e à Educação na EJA	Internet	Palestra com participação de Roberto Catelli
15	G1	Nacional	08/09	'O analfabeto acha que a culpa é dele', diz professora	Internet	Cita levantamento feito pela Ação Educativa

				de jovens e adultos		
16	Casa Civil - MA	Nacional	24/09	Governo promove formação para mais de 250 professores e supervisores de EJA	Internet	-
17	Governo do Maranhão	Nacional	24/09	Governo promove formação para mais de 250 professores e supervisores de EJA	Internet	Entrevista com Edneia Gonçalves
18	Valor Econômico	Nacional	24/09	País envelhece e Ensino Básico perde 5,1 milhões de alunos em 14 anos	Impresso	Entrevista com Roberto Catelli
19	Jogo do Poder	Nacional	24/09	Envelhecimento do país abre espaço para oferta de ensino em tempo integral	Internet	Entrevista com Roberto Catelli
20	Abrelivros - Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares	Nacional	24/09	País envelhece e Ensino Básico perde 5,1 milhões de alunos em 14 anos	Internet	Entrevista com Roberto Catelli
21	Valor Econômico	Regional	24/09	País envelhece e Ensino Básico perde 5,1 milhões de alunos em 14 anos	Internet	Matéria sobre dinâmicas demográficos e impacto nos sistemas escolares, com fala de Roberto Catelli
22	Economídia	Nacional	09/11	Analfabetismo funcional: vamos falar sobre o assunto?	Internet	-
23	Tribuna do Norte	Nacional	15/11	Metade dos analfabetos vive no NE	Internet	Matéria sobre dados nacionais de analfabetismo no Brasil e regiões com falas de Roberto Catelli.
24	EBC Rádios	Nacional	25/11	Analfabetismo funcional: como combater?	Internet	-

Tema: Educação de pessoas privadas de liberdade

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Observatório da Educação e Ação Educativa	Nacional	06/03	SP: Audiência pública debaterá Plano Estadual de Educação nas Prisões	Internet	Produção de matéria para divulgação da audiência pública com dados da pesquisa realizada pelo Grupo Educação nas Prisões (Ação Educativa, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Conectas Direitos Humanos, Geledés – Instituto da Mulher Negra, Instituto Práxis de Direitos Humanos, Instituto Terra Trabalho e Cidadania, Pastoral Carcerária e Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos - SP)
2	http://www.acaoeducativa.org/index.php/educacao/50-educacao-de-jovens-e-adultos/10005063-2015-03-17-17-48-28	Nacional	15/03	Nota pública de repúdio à Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo em decorrência da ausência de representação em audiência pública para discutir o Plano Estadual de Educação nas Prisões	Internet	Produção de matéria para divulgação da audiência pública com dados da pesquisa realizada pelo Grupo Educação nas Prisões (Ação Educativa, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Conectas Direitos Humanos, Geledés – Instituto da Mulher Negra, Instituto Práxis de Direitos Humanos, Instituto Terra Trabalho e Cidadania, Pastoral Carcerária e Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos - SP)
3	http://carceraria.org.br/pcr-e-entidades-publicam-nota-de-repudio-a-secretaria-de-educacao-do-estado-de-sao-paulo.html	Nacional	17/03	PCR e entidades publicam Nota de Repudio à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo	Internet	Matéria sobre a divulgação da audiência pública com dados da pesquisa realizada pelo Grupo Educação nas Prisões (Ação Educativa, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Conectas Direitos Humanos, Geledés – Instituto da Mulher Negra, Instituto Práxis de Direitos Humanos, Instituto Terra Trabalho e Cidadania, Pastoral Carcerária e Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos - SP)
4	My Fan City JP UOL	Nacional	27/03	Debate: Direitos das crianças e adolescentes e medidas alternativas ao encarceramento	Internet	Citação Ação Educativa

5	Abong e Ação Educativa	Nacional	08 e 14/04	Redução da maioridade penal: um retrocesso calcado em mentiras	Internet	Matéria sobre a divulgação da audiência pública com dados da pesquisa realizada pelo Grupo Educação nas Prisões (Ação Educativa, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Conectas Direitos Humanos, Geledés – Instituto da Mulher Negra, Instituto Práxis de Direitos Humanos, Instituto Terra Trabalho e Cidadania, Pastoral Carcerária e Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos - SP)
6	Instituto Terra Trabalho e Cidadania	Nacional	24/04	A luta pelo direito à educação nas penitenciárias	Internet	Citação dos membros do grupo Educação na Prisões / Citação à pesquisa da Ação Educativa / Citação Ester G. Rizzi

Tema: Ensino Superior e Acesso ao Ensino Superior

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1.	Portal EBC	Nacional	29/04	Debate nesta quarta-feira faz balanço sobre os 10 anos de Prouni	Internet	Cita debate organizado pela Ação Educativa
2	Educar Para Crescer	Nacional	30/04	Os 10 anos do ProUni em debate	Internet	Cita debate organizado pela Ação Educativa
3	Educar para Crescer	Nacional	30/04	10 anos do ProUni em debate	Internet	http://educarparacrescer.abril.com.br/blog/boletim-educacao/2015/04/30/os-10-anos-prouni-em-debate/
4	Federação dos Professores do Estado de São Paulo (Fepesp)	Estadual	30/04	Falta de transparência do MEC dificulta comprovar a efetividade do ProUni, dizem especialistas	Internet	http://fepesp.org.br/ensino-superior/noticias/falta-de-transparencia-do-mec-dificulta-comprovar-a-efetividade-do-prouni-dizem-especialistas
5	Carta na Escola	Nacional	11/06	ProUni, dez anos depois	Impresso e Internet	http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/prouni-dez-anos-depois/

Tema: Reforma Política e Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

Nº	Veículo	Abran-gência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Rede Nossa São Paulo	Nacional	20/03	Organizações avançam na construção do Fórum Social Temático – Reforma Política	Internet	Citação Sérgio Haddad
2	Observatório do Terceiro Leve	Nacional	20/08	A importância do marco regulatório do terceiro setor, com Vera Masagão	Internet	Entrevista com Vera Masagão Ribeiro

Tema: Lei de Acesso à Informação

Nº	Veículo	Abran-gência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Prefeitura de SP	Regional	23/04	Oficina sobre a Lei de Acesso à Informação com Educação	Internet	Citação Ação Educativa
2	Rede Nossa São Paulo	Regional	23/04	Oficina sobre a Lei de Acesso à Informação com Educação	Internet	Citação Ação Educativa

Tema: Poder Judiciário

Nº	Veículo	Abran-gência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	JUSDH	Nacional	08/05	Aprovação da PEC da Bengala é circunstancial, diz advogado	Internet	Citação Allyne Andrade-

2	JusDH	Nacional	07/10	Reformas do Judiciário: sem debate público não construi-remos o Judiciário que precisamos	Internet	Divulga artigo de Allyne Andrade publicado na 6ª edição do Caderno Direitos Humanos, Justiça e Participação Social.

Tema: Agenda Pós-2015

Nº	**Veículo**	**Abrangência**	**Data**	**Título da matéria**	**Mídia**	**Observação**
1	SAM	Nacional	21/03	Líderes de 180 países se reúnem esta semana para definir metas para a educação	Internet	Cita evento organizado pela Ação Educativa
2	Educar Para Crescer	Nacional	10/04	Um raio-x da Educação mundial	Internet	Cita evento organizado pela Ação Educativa sobre o tema